

Suzana Gonçalves Batista Naglis

“MARQUEI AQUELE LUGAR COM O SUOR DO MEU ROSTO”

Os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND
(1943 - 1960)

Suzana Gonçalves Batista Naglis

“MARQUEI AQUELE LUGAR COM O SUOR DO MEU ROSTO”:

Os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND
(1943 - 1960)



2014

Universidade Federal da Grande Dourados

Editora UFGD

Coordenação editorial: Edvaldo Cesar Moretti

Administração: Givaldo Ramos da Silva Filho

Revisão e normalização bibliográfica:

Raquel Correia de Oliveira e Tiago Gouveia Faria

Programação visual: Marise Massen Frainer

e-mail: editora@ufgd.edu.br

CONSELHO EDITORIAL

Edvaldo Cesar Moretti - Presidente

Wedson Desidério Fernandes

Paulo Roberto Cimó Queiroz

Marcelo Fossa da Paz

Célia Regina Delácio Fernandes

Rozanna Marques Muzzi

Luiza Mello Vasconcelos

Impressão: Gráfica e Editora De Liz | Várzea Grande | MT

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Central da UFGD, Dourados, MS, Brasil

N151m	Naglis, Suzana Gonçalves Batista. “Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto” : os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943 - 1960) / Suzana Gonçalves Batista Naglis – Dourados-MS : UFGD, 2014. 144 p.
-------	--

ISBN: 978-85-8147-016-0

Possui referências.

1. Dourados/MS – História. 2. Colônia Agrícola Nacional de
Dourados - Mato Grosso do Sul.

CDD: 981.71

Responsável: Vagner Almeida dos Santos. Bibliotecário - CRB.1/2620

A minha mãe, Aparecida.

Ao meu esposo, Carlos Magno.

Àqueles que inspiraram este trabalho: minha avó Maria Braga, e
meu avô, Antonio Batista da Silva (in memoriam).

Sumário

Apresentação	13
Introdução	17
CAPÍTULO 1	27
Criação e implantação da CAND: Marcha para Oeste	
CAPÍTULO 2	
Os colonos e suas experiências: a difícil conquista da terra para viver	59
CAPÍTULO 3	
Os colonos e suas experiências: conflitos, trabalho e festas	97
Referências	139

Lista de Abreviaturas

APE-MS - Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul
APMT – Arquivo Público de Mato Grosso
CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CDR – Centro de Documentação Regional/UFGD
DTC - Divisão de Terras e Colonização, do Ministério da Agricultura.
INIC - Instituto Nacional de Imigração e Colonização
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
NCD - Núcleo Colonial de Dourados
NDIRH - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFMT/Cuiabá-MT.
NEPPI - Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas
NOB - Ferrovia Noroeste do Brasil
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
SMT - Sul do antigo Mato Grosso
UCDB - Universidade Católica Dom Bosco
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso

AGRADECIMENTOS

Quero deixar registrado meu agradecimento à professora que me deu a oportunidade de entrar para o mundo da pesquisa, por meio da iniciação científica: Professora Doutora Mariluce Bittar. Não posso também deixar de agradecer à Professora Doutora Kátia Vietta, cujos ensinamentos sobre os povos indígenas foram muito valiosos para minha formação acadêmica e humana.

Ao Professor Doutor Antonio Brand(*in memoriam*), agradeço pelas discussões acadêmicas que contribuíram na construção do projeto de pesquisa para o mestrado.

Agradeço ao Professor Doutor Paulo Roberto Cimó Queiroz, pela sua paciência e incentivo na realização da pesquisa. Seu grande conhecimento sobre História e sua magnífica capacidade intelectual foram um incentivo a mais nesta caminhada.

Agradeço à Professora Adriana Martins Vieira, pela sua companhia na localização e realização das entrevistas no município de Fátima do Sul. Sem a sua cooperação, essa tarefa teria sido quase impossível.

Não posso deixar de registrar meus agradecimentos aos funcionários dos arquivos e instituições em que realizei a coleta dos dados. Agradeço aos funcionários do INCRA (Dourados), Museu Histórico de Dourados, CDR da UFGD e Arquivo Público Estadual, que sempre foram atenciosos quanto à disponibilização de grande parte dos documentos que utilizei para este trabalho.

Aos entrevistados que compartilharam suas vidas comigo e autorizaram a utilização das entrevistas neste trabalho, obrigada!

Agradeço também aos parentes que me abrigaram durante a realização do mestrado e a da pesquisa. Em Dourados: tia Cleuza, seu esposo, Daniel, e primas Bruna e Vanessa. Já em Fátima do Sul, meu reconhecimento ao tio Antonio (*in memoriam*), sua esposa, Irene, e prima Cleide.

A minha amiga, quase irmã, Ana Carolina (*in memoriam*), agradeço pelo apoio e incentivo constante.

APRESENTAÇÃO

A implantação da antiga Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), nas décadas de 1940 e 1950, constituiu um processo de grande envergadura histórica, firmemente articulado com a política nacional daquela época e responsável por decisivas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais na porção meridional do atual estado de Mato Grosso do Sul.

Tratou-se aí, de fato, de um processo que mobilizou energias e providências de variados agentes históricos, tais como o Estado Nacional brasileiro, os poderes estaduais e locais e, sobretudo, os milhares de migrantes e imigrantes – homens, mulheres e crianças – que deram substância ao projeto.

A transcendente importância desse processo tem motivado, nos últimos anos, notáveis esforços para sua compreensão, esforços esses materializados em várias monografias, dissertações e teses acadêmicas, dentre as quais se incluem, entre outros, os valiosíssimos trabalhos dos professores Benícia Couto de Oliveira, Nilton Paulo Ponciano e Claudete de Andrade Santos.

Nesse panorama historiográfico, contudo, um destaque especial cabe ao presente trabalho da Prof^a Suzana Gonçalves Batista Naglis, originalmente uma dissertação apresentada em 2008 no Programa de Mestrado em História da UFGD. Tendo tido a feliz oportunidade de acompanhar o desenvolvimento dessa pesquisa praticamente desde o seu início, lembro-me de haver assegurado à Prof^a Suzana, por mais de uma vez, que seu trabalho constituiria uma espécie de divisor de águas na historiografia sobre a CAND. É certo que, com tal avaliação, eu buscava, em parte, animá-la e incentivá-la naqueles difíceis momentos pelos quais costuma passar todo

pesquisador sério, quando os obstáculos parecem insuperáveis e a meta final chega a afigurar-se inatingível. Mas o fato principal é que eu estava efetivamente convencido, desde o início, da inédita contribuição que sua pesquisa poderia aportar ao conhecimento da história da CAND.

De fato, o trabalho da Profª Suzana se distingue por dois importantes aspectos. O primeiro diz respeito às fontes, já que este trabalho foi o primeiro a utilizar extensamente a documentação da própria CAND existente no Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul – documentação habilmente complementada, aliás, por vários depoimentos orais e outras fontes igualmente valiosas.

O outro aspecto consiste no *objeto específico* do trabalho, isto é, os *colonos*. É inegável, por certo, que a implantação da CAND não pode ser compreendida fora do âmbito das políticas do Estado nacional brasileiro, vale dizer, dos interesses estatais relativos à chamada “nacionalização das fronteiras”, no interior da célebre *Marcha para Oeste* lançada por Vargas em fins dos anos de 1930. Tal compreensão, embora decisiva, é insuficiente para dar conta dessa história. Em outras palavras, era necessário ultrapassar a ideia de que a CAND veio a existir simplesmente porque, em 1943, o governo do Estado Novo editou um decreto-lei “criando” tal colônia. Assim, demonstrando claramente uma nova compreensão, a Profª Suzana começa por evidenciar, por exemplo, a existência de uma articulação local, no âmbito do então recém-criado município de Dourados, destinada a pressionar o governo com vistas à efetiva implantação daquele empreendimento. Além disso, ela destaca o fato – aparentemente óbvio, mas ainda não realçado – de que a implantação da CAND se efetivou após o final do Estado Novo, de modo que a explicação da existência da Colônia precisa levar em conta outros contextos além daquele inicial. Finalmente, e mais importante, a autora mostra a importância que teve, para a efetivação da CAND, o afluxo de um numeroso contingente de “candidatos a colonos”, sobretudo brasileiros de diversas procedências que, movidos pelas informações recebidas por meio de parentes e amigos, deslocaram-se para a

região e passaram a constituir, com sua “simples” presença, um poderoso instrumento de pressão com a finalidade de organizar a Colônia.

Desse modo, a Profª Suzana destaca, ao longo de todo o processo, o importante protagonismo dos colonos e suas famílias – protagonismo que foi sempre muito além do preconizado nos discursos oficiais da época da criação da Colônia, os quais procuravam exaltar a figura do trabalhador disciplinado e submisso. A riqueza da documentação utilizada permitiu à autora estender-se longamente sobre inúmeros aspectos do dia a dia dos colonos, suas demandas, lutas, iniciativas, estratégias, festas etc. Permitiu-lhe trazer, além disso, novas contribuições para o conhecimento de importantes episódios da história da CAND, como a célebre ocupação da chamada *Segunda Zona*, situada à margem direita do rio Dourados, e a especulação que rodeava a Colônia, dentre outros eventos.

Enfim, renunciando à vã tentativa de antecipar todos os temas abordados no livro, deixo aos leitores o prazer de desfrutar do conhecimento nele contido – exposto, aliás, numa narrativa feita de forma clara, agradável e perfeitamente acessível ao público. Para encerrar, reafirmo apenas que a pesquisa da Profª Suzana (embora não pretenda, evidentemente, esgotar a rica história do processo analisado) efetivamente marca um “antes” e um “depois” na historiografia da CAND, indicando e ampliando o caminho para as investigações de toda uma nova geração de historiadores que vem por aí.

Paulo Roberto Cimó Queiroz
Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD
Agosto 2009

INTRODUÇÃO

A história do tema

Não é raro ouvir falar que historiador nem sempre escolhe o tema de sua pesquisa, mas que é o próprio tema que o escolhe. Pois foi justamente assim que surgiu o tema da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e propriamente o interesse pelo estudo da vida dos colonos. Sem dúvida foi o tema que me escolheu, pois esteve presente na minha história de vida, o que é fácil de entender. Meus avós paternos migraram do Estado de São Paulo para o município de Dourados na década de 1950 e se tornaram colonos da CAND, onde trabalharam e viveram na região até os anos 70, quando deixaram a vida no campo e foram morar em Campo Grande.

Lembro-me de na infância ouvir minha avó falar da “Colônia”, e um dia quando perguntei a ela sobre o que era essa tal “Colônia”, minha avó respondeu que eram “as terras que o Presidente Vargas tinha dado aos colonos, povo da roça, para trabalhar e viver”. Outro fato pitoresco é que quando íamos visitar os familiares no município de Fátima do Sul, minha avó sempre se referia à mesma cidade também como “Colônia”, fato que ocorre até hoje. Eu achava engraçado, mas, na verdade, desconhecia o porquê daquela associação que minha avó fazia entre Fátima do Sul e a “Colônia”.

Cresci e a “Colônia” ficou presente na minha vida, porém, o tempo passou e as histórias da “Colônia” ficaram meio esquecidas. Quando decidi fazer o curso de História, senti um desejo de conhecer o que realmente tinha sido a Colônia Agrícola Nacional de Dourados. No primeiro ano de graduação, quando cursei a disciplina História Regional, pensei ser o momento decisivo para estudar a CAND. Sendo assim, li por conta própria sobre a Colônia, e sempre ficou a vontade de saber mais.

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

No segundo ano da graduação, tornei-me integrante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, com um tema voltado à história da educação superior no Mato Grosso do Sul. Para esse projeto realizei um ano de pesquisas intensas nos arquivos do jornal *Correio do Estado*, lendo diariamente jornais das décadas de 1950 a 1990. Além de investigar sobre o ensino superior, aproveitava para pesquisar também sobre a CAND. Posteriormente, quando estava no terceiro ano de graduação, participei de outro projeto de pesquisa, sobre as populações indígenas, mais precisamente dos índios Kaiowá da região do Panambizinho. Foi aí que tive a oportunidade de pesquisar sobre a Colônia, visto que sua implantação se deu em terras originalmente ocupadas pelos Kaiowá.

Durante a realização da pesquisa, chamavam-me a atenção as poucas referências sobre os colonos. Foi no quarto ano da graduação, com a exigência de elaborar o projeto da monografia, que sem sobra de dúvida, decidi enfim pesquisar sobre a Colônia Agrícola Nacional de Dourados. No entanto, ficava a pergunta: investigar o quê? Foi então que um dos objetivos do meu projeto, que tratava dos colonos, tornou-se o tema central da minha pesquisa. Na busca das fontes, passei a visitar o Arquivo Público Estadual localizado em Campo Grande e, percebendo a riqueza da documentação, verifiquei que uma monografia não poderia abarcar toda a gama de informações que os documentos continham.

Não tive mais dúvidas, mas, sim, uma certeza: de que eu estava diante de um grande desafio, que era investigar e conhecer a história dos colonos, pessoas que para mim pareciam não ter rosto, não ter história, visto que a bibliografia contribuía muito pouco. Desvendar a penumbra do esquecimento que esconde o rosto dessas pessoas, que formaram e fizeram a CAND, é também, ao mesmo tempo, conhecer a história da minha família, dos meus avós, não somente como neta, mas, sobretudo, como historiadora e com o rigor científico que a História exige.

O objeto de estudo e a relevância da pesquisa

A história da Colônia Agrícola Nacional de Dourados começa em 1941 quando foram criadas as Colônias Agrícolas Nacionais. A CAND foi

criada com o Decreto-Lei nº. 5.941 de 28 de outubro de 1943, instalada inicialmente em terras da União, mais precisamente no Território Federal de Ponta Porã, criado em 1943 e extinto em 1946¹. A CAND fazia parte das ações de intervenção da política de nacionalização das fronteiras, que, por sua vez, estava inserida em um projeto mais amplo do Estado Novo intitulado Marcha para Oeste, cuja finalidade era a expansão agrícola e a colonização.

Diante da implantação das Colônias Agrícolas Nacionais, e de modo especial, a CAND, surge uma pergunta: quais seriam as pessoas que fizeram parte desse grande empreendimento? Como era a vida na condição de colono? E, sobretudo, como viviam as pessoas que passaram a estar na condição de colonos na CAND? Afinal, foram os colonos que formaram um grande contingente de migrantes que percorreram o interior do país, com a formação das Colônias Agrícolas Nacionais, inclusive a CAND, que recebeu no início da sua formação um grande fluxo migratório proveniente de diversas regiões. Foweraker descreve o panorama da migração na região sul do estado de Mato Grosso antes e depois da implantação da Colônia:

No caso de Mato Grosso, a densidade populacional era tão baixa no estado em geral que o imenso fluxo migratório para o sul alterou radicalmente a composição demográfica do estado inteiro [...]. Esse crescimento maciço, por sua vez, deveu-se principalmente a Dourados, área da colônia federal e principal centro de cultivo. Durante a década, sua população cresceu em torno de 611%, respondendo pelo crescimento municipal mais rápido do Estado (1982, p. 71 e 72).

1 Segundo Oliveira: “O Decreto-Lei nº. 3059, que dispunha sobre a criação de colônias agrícolas nacionais, data de 14 de fevereiro de 1941. O Decreto Lei que criou a Colônia Federal de Goiás, a primeira colônia do Centro-Oeste, data de 19 de fevereiro de 1941, portanto ambos datam do mesmo mês e ano. Entretanto, o Decreto-Lei que criou a CAND, no Sul de Mato Grosso, somente foi oficializado em 28 de outubro de 1943. Isto confirma as dificuldades enfrentadas pelo governo estadonovista para agir na referida área” (2002, p. 15).

Diante disso, percebe-se o impacto da criação da Colônia não somente por sua característica singular de representar investimentos estatais até então nunca vistos na região, mas, sobretudo, por conta da migração intensa para a região sul do estado, proporcionando crescimento populacional e econômico. Por isso, quando a história da ocupação não-índia no sul de Mato Grosso é abordada, sempre há menção à Colônia Agrícola Nacional de Dourados como empreendimento que incentivou o povoamento.

É relevante, portanto, investigar quem foi o colono que participou da implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND, com ênfase especial na sua origem, nas razões que o fizeram migrar para a região, e o modo de vida por ele trazido para a Colônia. E conhecer como foi estar e viver na condição de colono, na certeza de que foi o colono que se tornou a peça fundamental no empreendimento da CAND e que definiu os rumos dessa iniciativa de colonização.

Os estudos até então realizados referentes à CAND têm a percepção desse empreendimento estatal inserido na política de nacionalização das fronteiras, com a concepção do Estado Novo sobre as pessoas envolvidas, no caso, os colonos. O que se propõe é um olhar para os colonos inseridos na CAND, na perspectiva destes, e não do Estado.

Objetivo e metodologia da pesquisa

Por isso, a pesquisa que deu origem a este trabalho teve como objetivo investigar quais as origens e características do colono (religião, cultura, orientação política) e quais as razões que o fizeram migrar para a Colônia; identificar as atividades econômicas que o colono desenvolveu na CAND; investigar como se deu a relação do colono com a administração e com as normas estabelecidas internamente; e também estudar a relação do colono com as outras instituições presentes na Colônia. Vale ressaltar que a bibliografia existente não contribui de forma significativa com dados e análises mais consistentes sobre o colono.

Dessa maneira, as fontes primárias se tornaram o principal foco para desvendar e conhecer a história dos colonos. Daí a complexidade

imane ao trato com as fontes. Como trabalhar as fontes? Qual método utilizar? Penso que um passo inicial poderia ser o enfoque na produção das fontes pelos sujeitos históricos no passado. Segundo Thompson, as fontes são produtos da não-intencionalidade; esclarece o autor: “nenhum dos atores teve a intenção de registrar fatos interessantes para uma vaga posteridade” (1981, p. 36). Ao levantar e analisar as fontes sobre a CAND, percebe-se que elas foram produzidas mediante a necessidade burocrática de um órgão estatal, tendo os atores históricos quase nenhuma preocupação com a posteridade, apenas a preocupação com o seu tempo, o seu momento. Num primeiro olhar, essas fontes tratam somente de assuntos administrativos, financeiros ou mesmo burocráticos, mas é com a complexidade dos questionamentos feitos aos documentos que se abre o universo particular sobre a vida dos colonos na CAND.

Afinal, os fatos não falam por si, não são dados ao acaso, mas passam pelo trabalho metodológico e teórico do historiador. Não é necessário somente elaborar perguntas, mas considerar que os “‘fatos’ são mentirosos, que encerram suas próprias cargas ideológicas, que perguntas abertas, inocentes, podem ser uma máscara para atribuições exteriores [...]” (THOMPSON, 1981, p. 39). Diante disso, os fatos constituem o objeto de estudo do historiador, que é influenciado e movido pelas preocupações do seu tempo presente. A percepção do historiador é imbuída de seus próprios valores e os de seu tempo, cabendo a ele fazer novas perguntas às fontes.

É como se elementos invisíveis que sempre estiveram nas fontes tomassem a proporção do visível e real. Daí a necessidade das fontes serem trabalhadas, investigadas, interrogadas e analisadas. Sidney Chalhoub (1990), por meio do exemplo de *Zadig*, de Voltaire, descreve como é possível, com uma observação cuidadosa, ler os sinais não aparentes, mas presentes. A partir da investigação das fontes, principalmente de caráter administrativo, é necessário ler nas “entrelinhas” dos documentos, ou, como diz Ginzburg (1989), perceber os indícios. Pois há inúmeras informações que estão implícitas e que necessitam ser descobertas. Ainda mais diante da necessidade de investigar os colonos por meio de fontes que

não foram produzidas por eles, mas que falam indiretamente sobre eles. É necessário fazer como Zadig, “articular as pistas”, ou seja, perceber as mudanças que ocorreram na história, a partir da perspicácia do historiador (CHALHOUB, 1990, p. 17).

Os arquivos visitados

Para o desenvolvimento da pesquisa foram consultados vários arquivos localizados no Estado de Mato Grosso do Sul.

O *Arquivo Público Estadual*, em Campo Grande, comporta a documentação relevante referente à CAND, como comunicações internas, ofícios, atas, cartas, telegramas, processos administrativos e mapas. Mantém, sobretudo, documentos referentes aos colonos, por exemplo, atestado de conduta, certidão de casamento, levantamentos de lotes, cartas pessoais e outros. Além dos dados pertinentes aos colonos, essa documentação permitiu conhecer o funcionamento e a organização da estrutura administrativa da CAND, fornecendo subsídios para conhecer a atuação da Colônia junto aos colonos.

Em 2003, teve início a minha pesquisa junto ao Arquivo, na época localizado no Parque dos Poderes. Naquele período os funcionários estavam começando a organizar os documentos nas caixas, motivo pelo qual parte da documentação coletada e mencionada neste trabalho não contém o número da caixa. Já algumas fontes documentais pesquisadas posteriormente contêm o número da caixa correspondente, citadas nas notas de rodapé. No final do ano de 2006, o Arquivo mudou-se para a região central de Campo Grande e, apesar da mudança ser feita para um local com melhor infraestrutura, a documentação ainda se encontra deteriorada. Quase a totalidade dos documentos está em estágio de decomposição devido à falta de higienização e preservação e não há previsão para que o acervo seja tratado e microfilmado.

Os documentos se encontram armazenados em 33 caixas, organizadas de forma simples conforme a tipologia documental: telegrama, panfletos, jornal, correspondência e processos. Esse Arquivo foi o que

mais contribuiu para a pesquisa devido ao seu *corpus* documental; infelizmente está propenso a perder seu acervo sobre a Colônia devido à falta de tratamento adequado para conservar a documentação. Todas as caixas foram pesquisadas, umas de forma voraz, outras de modo mais superficial, devido ao tempo limitado e à densa massa documental. No total, mais de 200 documentos foram compilados durante a realização da pesquisa.

O *Centro de Documentação Kaioná/Guarani* está inserido no Núcleo de Estudos das Populações Indígenas – NEPPI, da Universidade Católica Dom Bosco. Localizado em Campo Grande, comporta documentação microfilmada e também digitalizada de diversos arquivos do país. Mesmo sendo um arquivo voltado principalmente para a história dos povos indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul, há coleções documentais importantes, dentre as quais a Coleção da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, que está microfilmada e digitalizada em parte, pertencente ao Arquivo Nacional (RJ), onde foram coletados documentos referentes à criação da CAND. Também de grande utilidade foi a Coleção do Museu do Índio (RJ), composta por 44 microfilmes, entre eles o microfilme do Posto Indígena Francisco Horta, localizado em Dourados, onde foi possível pesquisar correspondências administrativas que tratam de conflitos entre índios e colonos.

O *Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados*, localizado no município de Dourados, apresenta, além de documentação primária, um conjunto de dissertações e teses sobre a história de Mato Grosso do Sul. Desse Centro, foram fotocopiados dissertações, livros de memorialistas e trabalhos de acadêmicos.

Outra instituição visitada foi o *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA*, em Dourados/MS. O INCRA não possui um arquivo permanente para consulta. Assim, não tive acesso ao arquivo, mas foi-me dada uma documentação já fotocopiada e selecionada pelos funcionários. Alguns documentos estavam sem data e até mesmo com as páginas fora da ordem, o que dificultou a pesquisa. No levantamento feito foram encontrados documentos referentes a litígios de terras, além de vários decretos do período estudado, o que tornou a pesquisa válida e relevante.

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

Em Fátima do Sul - MS, visitei o *Acervo da Paróquia Nossa Senhora de Fátima*. A única fonte existente foi o livro-tombo escrito na década de 60, que trouxe várias informações importantes no que se refere à história do povoamento da região nos anos 50. O pároco Amadeu Amadori, já falecido, foi o autor responsável pelo início do livro-tombo e participou inicialmente do processo de colonização da região, sendo apontado por muitos como um grande conhecedor da história do município e região.

O *Museu Histórico de Dourados* reúne, em exposição permanente, vários objetos relacionados com a história do município. Nesse arquivo foram pesquisados os jornais *O Douradense* e *O Progresso*. Os jornais também foram utilizados para tentar compreender as pistas que as fontes dos arquivos apresentam. Porém, a utilização dos jornais será feita para buscar informações complementares no sentido de fornecer mais elementos para a pesquisa, num caráter secundário se comparado com as fontes dos arquivos.

Fora do nosso Estado, visitei o *Arquivo Estadual de Mato Grosso*, localizado em Cuiabá, onde foi possível pesquisar os relatórios dos governadores do Estado de Mato Grosso da década de 1950, e também alguns jornais e relatórios sobre a colonização no Estado. Ainda em Cuiabá, visitei o *Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional* da Universidade Federal de Mato Grosso, onde pesquisei periódicos microfilmados.

As fontes orais

As fontes orais foram utilizadas com o objetivo de enriquecer o trabalho com a história vivida pelos ex-colonos, considerando que “é de importância capital resgatar a subjetividade” (GARRIDO, 1993, p. 39). Thompson (1992) menciona o uso de fontes orais como “corretivo fundamental” aos registros escritos; já Garrido (1993) estabelece que a oralidade deve ser usada como uma fonte documental a mais, com o intuito de construir uma interpretação histórica mais completa, rica e complexa.

Apesar da abundância de informações que as fontes escritas proporcionaram, as fontes orais foram utilizadas para a coleta de dados, tendo em vista as experiências dos colonos. A perspectiva foi de estabelecer uma

crítica das fontes orais com a documentação escrita existente ora pesquisada. As fontes são produzidas por meio das representações dos sujeitos históricos no tempo, sejam elas escritas ou não. Afinal, “também existem espaços dissimulados que se escondem na documentação escrita [...]” (BARROS, 2004, p. 133). As fontes escritas ou orais têm a mesma carga de valores e, de certa forma, implicam que o historiador corra os mesmos riscos; por isso, ambas foram utilizadas no desenvolvimento da pesquisa.

No caso de um projeto de pesquisa desenvolvido junto ao programa de pós-graduação, os prazos costumam determinar também a opção pelas fontes que privilegiem a agilidade do trabalho do pesquisador. Por isso, apenas dez pessoas foram entrevistadas; entre elas estão ex-colonos e filhos de ex-colonos residentes nos municípios de Campo Grande, Dourados e Fátima do Sul. Porém utilizei neste trabalho a entrevista de oito pessoas. Entre os entrevistados se encontra Maria Braga, que, além fornecer dados preciosos, é minha avó. Para a localização e formação da rede dos ex-colonos contei com o auxílio dos meus familiares residentes nos municípios de Fátima do Sul e Campo Grande.

Saliento que, entre os historiadores, parece ainda haver uma resistência por parte de alguns pesquisadores em trabalhar as fontes orais porque associam a oralidade dos sujeitos à subjetividade, às emoções e, sobretudo, à memória. Vale ressaltar que, concomitantemente ao uso das fontes orais, está a questão do uso da memória, fato que não pode ser esquecido. Afinal, “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história” (LE GOFF, 1996, p. 425). Muitos são os autores que têm dado ênfase à questão da memória; entre os quais destaco Bosi (1994), Guarinello (1994) e Le Goff (1996).

A opção pela forma de escrever

Depois do levantamento das fontes documentais e da pesquisa de campo, outro ponto importante para o historiador é a escrita, visto que escrever o texto histórico é tão importante quanto trabalhar com as fontes, pois é nessa fase que o conhecimento pesquisado é ordenado e ganha forma.

Diante disso, justifico a opção por escrever na primeira pessoa, pois a subjetividade do historiador é, de certa forma, colocada em evidência já que “a escrita em História é um discurso pessoal” (MATTOSO, 1988 p. 29). Há um elo entre o historiador e o texto por ele produzido, tanto que o autor salienta a necessidade de escrever o texto na primeira pessoa: “Ao dizer que o texto histórico não se pode separar do autor que o escreveu, não me refiro, portanto, ao processo discursivo que invoca o direito de opinião, mas à necessidade de escrever em nome próprio e na primeira pessoa” (1988, p. 29).

Na composição do texto tentei não inserir citações demasiadamente longas, mas isso foi quase impossível devido à riqueza de informações que os documentos proporcionaram. Trazer os documentos, as falas dos entrevistados como parte do texto é uma opção pessoal que talvez não agrade ao leitor, mas que contribui para que outros historiadores possam, a partir da leitura desses fragmentos, conhecer, questionar e contribuir com a forma de emprego que fiz das fontes.

CAND: a sigla utilizada

Durante todo este trabalho será empregada a sigla CAND. Tal esclarecimento é relevante, pois, no ano de 1956, a CAND passou oficialmente a ser denominada Núcleo Colonial de Dourados (NCD). Porém, mesmo depois desta data, as fontes já pesquisadas usam a sigla CAND, ou mesmo Colônia Federal de Dourados. Há autores, como Brand (1997), que utilizam o termo CAN, Colônia Agrícola Nacional. Em algumas fontes encontrei também a expressão “C. F. de Dourados”, Colônia Federal de Dourados.

A opção por simplesmente denominar a Colônia Agrícola Nacional de Dourados como “Colônia” se deve ao fato de eu assim tê-la conhecido, e também por ser assim que os entrevistados a ela se referiram.

Capítulo 1

CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA CAND: MARCHA PARA OESTE

A história de Mato Grosso do Sul tem em sua gênese um dilema. Um dilema de fronteiras. Afinal, a região foi palco de disputas entre duas grandes potências europeias do século XVI: Portugal e Espanha. A singularidade da região situada entre fronteiras implicou uma série de conflitos e disputas ao longo do processo de ocupação não-índia. Foram travados não somente conflitos de interesses políticos, econômicos e territoriais, mas, sobretudo, conflitos étnicos e culturais, visto que a região agregou, além dos indígenas, espanhóis, portugueses, africanos, bolivianos, paraguaios e mestiços.

Queiroz sintetiza algumas das características da região ao longo dos séculos, entre elas “vastidão territorial; situação fronteiriça; grande distância dos centros dirigentes brasileiros; precariedade das vias de comunicação [...]; população não-índia diminuta e dispersa; estrutura fundiária marcada pela grande propriedade” (2003, p. 20).

É nessa perspectiva que a ocupação não-índia sofreu entraves consideráveis, sendo o processo do povoamento um dos aspectos marcantes na história da ocupação da região. Desde a passagem dos primeiros espanhóis até a fundação de Xerez, e mesmo com a andança dos paulistas na busca por índios das Missões do Itatim, somente a descoberta do ouro de Cuiabá proporcionou a fixação e permanência do povoamento na região.

No século XVIII a disputa entre lusitanos e espanhóis resultou em um embate político e diplomático, o que configurou a história de Mato Grosso do Sul como sendo, ao mesmo tempo, espanhola e portuguesa. A

extração de ouro, as monções e a ocupação portuguesa nas terras então espanholas se intensificaram. Assim, o processo de migração para a região possibilitou que a posse das terras em litígio passassem definitivamente para a Coroa Portuguesa, após acordos e tratados.

Outro marco na história da região foi o cenário pós-Guerra do Paraguai no século XIX, quando uma comissão de limites percorreu a região ocupada pelos Kaiowá e Guaraní entre o rio Apa (atual Mato Grosso do Sul) e o Salto de Sete Quedas, em Guáira, Paraná, terminando, em 1874, os trabalhos de demarcação das fronteiras entre Brasil e Paraguai. O responsável pelo abastecimento da comissão é Thomaz Laranjeira, que percebeu a grande quantidade de ervais nativos existentes na região e, também, a abundante mão de obra pós-guerra disponível.

Em 1882, através do Decreto de nº. 8799, de 9 de dezembro, Laranjeira obteve do Império brasileiro o arrendamento das terras para a exploração da erva-mate nativa, porém, sem o direito de impedir a colheita da mesma erva por parte dos moradores locais. Surgiu a Cia Mate Laranjeira, resultante da composição de Laranjeira com os Murtinho². Thomaz Laranjeira perdeu o controle sobre a empresa e, em 1902, a Companhia Laranjeira, Mendes & Cia, com sede em Buenos Aires, adquiriu todos os bens da Companhia Mate Laranjeira.

A área de concessão foi sendo sucessivamente ampliada, sempre com o apoio de políticos influentes como os Murtinho e Antônio Maria Coelho³. Com o advento da República, as terras devolutas passaram para a responsabilidade dos Estados, o que favoreceu os interesses de Laranjeira. Dessa forma, através do Decreto nº. 520, de 23/06/1890, ele ampliou os limites de suas posses e conseguiu o monopólio na exploração da erva-mate em toda a região abrangida pelo arrendamento. Finalmente, atra-

2 Joaquim Murtinho foi Ministro da Fazenda no governo de Campos Sales e irmão de José Manoel Murtinho. Foi o primeiro governador constitucional do Período Republicano, eleito em 20 de agosto de 1891.

3 O General Antônio Maria Coelho foi governador provisório do estado de Mato Grosso.

vés da Resolução nº. 103, de 15/07/1895, a Companhia obteve a maior área arrendada, tendo ultrapassado os 5.000.000 ha., tornando-se um dos maiores arrendamentos de terras devolutas do regime republicano para um grupo particular em todo o Brasil (ARRUDA, 1997).

No entanto a influência da Companhia ultrapassou em muito a área fixada nos decretos acima, chegando às barrancas do rio Paraguai, em Porto Murtinho, e, do lado leste, até Bataguçu (GRESSLER e SWENSSON, 1988). As concessões feitas à Companhia Mate Laranjeira atingiram em cheio o território dos Kaiowá e Guarani, o que resultou no engajamento dos índios nos trabalhos relacionados com a colheita e com o preparo da erva-mate (BRAND, 1997).

A Companhia Mate é referência pelo fato de ter exercido não somente poder econômico e político, mas, sobretudo, pela grande concentração de terras devolutas sob seu domínio. Assim, o sul do Estado de Mato Grosso, desde o período pós-Guerra do Paraguai, ficou sob o virtual monopólio econômico da Companhia Mate Laranjeira por meio da exploração da erva-mate nativa, havendo grande concentração de terras.

A Matte Laranjeira dominou politicamente o Estado de Mato Grosso, e por seu contrato com o estado dominou também a região sul. Esse contrato foi progressivamente limitado para 200 mil ha mais ou menos, mas a companhia continuou a ocupar pelo menos 600.000 ha, e dizem alguns, 1 milhão ha (FOWERAKER, 1982, p. 134).

Além da grande extensão de terras ocupadas, o complexo de produção da Cia Mate Laranjeira fica evidente nos lucros altíssimos, maiores do que a arrecadação anual do Estado de Mato Grosso. É o que Foweraker afirma sobre os rendimentos da Companhia “De fato, o único Estado dentro de um Estado era a própria companhia, economicamente mais poderosa que o estado hospedeiro de Mato Grosso” (1982, p. 134).

No Estado Novo surge a política desenvolvimentista denominada Marcha para Oeste, que tinha como objetivo ocupar os espaços considerados vazios, povoar as regiões fronteiriças do país e promover a integração

dos estados brasileiros, sobretudo das regiões Norte e Centro-Oeste do país. É importante ressaltar que a Marcha para Oeste tinha por finalidade a nacionalização das fronteiras através da expansão agrícola e da colonização do interior. Eram enfocadas a segurança nacional e a ocupação estratégica das fronteiras.

Na região sul do Estado de Mato Grosso um conjunto amplo de medidas foram tomadas. Destaca-se a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a ampliação do ramal de Ponta Porã. A construção do ramal no SMT vai ao encontro da necessidade do Estado de nacionalizar as fronteiras. Afirma Queiroz “[...] parece possível dizer que, nessas ‘fronteiras perigosas’, a presença da ferrovia poderia jogar um papel nacional [...]” (2004, p. 81). Houve ainda a criação estratégica do Território Federal de Ponta Porã em 13 de setembro de 1943, ação que “foi decisiva para ‘limpar’ a área que apresentou dificuldades à consolidação da política de colonização estadonovista no sul do Estado de Mato Grosso” (OLIVEIRA, 1999, p. 217).

Os fatos que levaram ao surgimento da política da Marcha para Oeste são anteriores ao período do Estado Novo, remetendo, sobretudo, ao movimento tenentista, quando os militares percorreram o interior do país e experimentaram as condições precárias em que viviam as populações rurais (FERES, 1990). O autor explicita os fatores vivenciados pelos militares que compunham o movimento tenentista, que, de modo significativo, influenciariam, posteriormente, a política da Marcha para Oeste:

Os militares que haviam peregrinado pelo país, durante a marcha da Coluna Prestes, conheciam bem a situação de desagregação das comunidades rurais (e experimentaram, inclusive, a dificuldade de atingi-las, física e ideologicamente). Isto reforçava entre os tenentes a idéia de urgência de reorganizar o país a partir do interior. Uma questão prioritária para esses militares era também o problema do interior, despovoado e inexplorado, principalmente nas regiões ao longo da fronteira ocidental (1990, p. 317).

Como característica peculiar, Getúlio Vargas reforçava a necessidade de um governo centralizado, devido à necessidade de manter equilibrada a disputa entre os distintos grupos políticos que formavam a elite brasileira e suas respectivas reivindicações. É nesse contexto que Vargas atendeu aos anseios dos tenentistas a respeito da questão da segurança nacional, lançando a política da Marcha para Oeste como um grande empreendimento do Estado Novo. É o que Feres afirma “o governo procurava atender a pressões militares, estimulando a campanha denominada Marcha para Oeste: a ocupação estratégica das terras ao longo da fronteira, especialmente nas áreas tomadas pelos Estados do Paraná e Mato Grosso” (1990, p. 318).

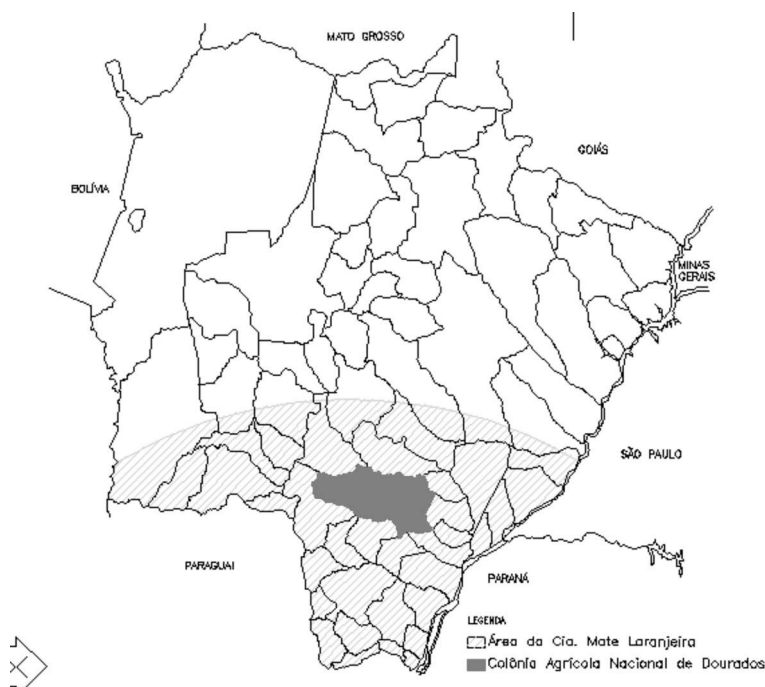
Sobre essa política, Getúlio Vargas, em um discurso proferido na virada do ano de 1937 para 1938, dizia que a Marcha para Oeste, “mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária [...]” (*apud* LENHARO, 1986a, p. 23). A Marcha para Oeste recebeu por parte do Estado Novo lugar de grande destaque, sendo também concebida ideologicamente como “imperialismo brasileiro”. Segundo Lenharo, “o imperialismo brasileiro consistia na expansão demográfica e econômica dentro do próprio país, que fazia a conquista de si mesmo e promovia a sua integração ao Estado [...]” (1986a, p. 23).

As medidas de nacionalizar e colonizar foram parte da solução contra o latifúndio e o poder exercido por meio da Companhia Mate Laranjeira, que dominava politicamente, sobretudo, o SMT.

Nesse contexto político foram criadas as Colônias Agrícolas Nacionais por meio do Decreto-Lei n 3.059, com data de 14 de fevereiro de 1941. No Centro-Oeste foram duas: a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, em fevereiro de 1941; e, em 28 de outubro de 1943, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, com suas terras localizadas no Território Federal de Ponta Porã. Dessa forma, a CAND estava inserida no bojo das políticas de intervenção e nacionalização das fronteiras, como já mencionado anteriormente. Segundo Oliveira, a CAND consolidou “a política de colonização, como parte integrante da Marcha para o Oeste” (1999, p. 170).

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

MAPA 1 – Área de abrangência da Companhia Mate Laranjeira e da CAND.



Fonte: SMANIOTTO, Celso Rubens (2005)

1.1. A CAND e o governo do Estado de Mato Grosso: as políticas de colonização

Colonizar, desde o período colonial até o contemporâneo, foi um desafio, um obstáculo a ser vencido pela Nação, devido aos dispêndios financeiros e às grandes proporções do território brasileiro. Da transição do Brasil Colônia ao Império a garantia da posse das terras era feita por meio do apossamento, isto é, da ocupação da terra, pois não havia uma legislação que regulamentasse a sua posse. A partir de 1850, a Lei de Terras teve o objetivo de “pôr ordem na confusão existente em matéria de propriedade rural, determinando que, no futuro, as terras públicas fossem vendidas e não doadas, como acontecera com as antigas sesmarias [...]”

(FAUSTO, 2004, p. 196). Assim, passou a vigorar o critério da compra e não mais do apossamento (CARLI, 2005, p. 31).

Com a proclamação da República, em 1889, e a promulgação da Constituição, em 1891, Carli afirma que “os Estados iniciaram movimentos em busca do desenvolvimento vinculado de núcleos coloniais” (2005, p. 32).

Vasconcelos elucida a estrutura de órgãos criados para promover a colonização, como “a Repartição Geral de Terras Públicas, primeiro órgão do governo central, criado em 1854, com o objetivo de tratar dos assuntos ligados ao povoamento e à colonização” (1986, p. 9). Em 1876 foi criada a Inspeção Geral de Terras e Colonização; já em 1892 surgiu a Diretoria de Obras Públicas, Terras, Minas e Colonização; e em 1909 criou-se o Serviço de Povoamento.

Na década de 1930, outros órgãos foram estabelecidos, como o Departamento Nacional de Povoamento, em 1931, e a Divisão de Terras e Colonização, do Ministério da Agricultura, em 1938, que “atuou durante 16 anos e implantou vários núcleos coloniais, dentre os quais se destacaram as Colônias Agrícolas Nacionais em vários Estados, como a Colônia Agrícola Nacional de Goiás - CANG - e a de Dourados, em Mato Grosso. Em 1954, foi criado o Instituto Nacional de Colonização – INIC, com o objetivo de “traçar e executar, direta e indiretamente, o programa nacional de colonização” (VASCONCELOS, 1986, p. 10)⁴. O INIC absorveu os três departamentos federais que haviam previamente repartido a responsabilidade nesse campo: o Conselho de Imigração e Colonização, a Divisão de Terras e Colonização (DTC), do Ministério da Agricultura, e o Departamento Nacional de Imigração, do Ministério do Trabalho (FOWERAKER, 1982, p. 179).

4 Segundo Vasconcelos (1986, p. 10 e 11), posteriormente foram criados: em 1962 a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), que absorveu as atribuições do INIC; em 1964 criou-se o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA); em 1970 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo extintos o IBRA e o INDA.

É importante situar o contexto logístico federal no qual estava inserida a CAND: a Colônia pertencia à Divisão de Terras e Colonização e, a partir de 1954, passou a ser de responsabilidade do INIC, ambos pertencentes ao Ministério da Agricultura.

O fato de a CAND estar inserida no contexto de vários mandatos presidenciais é esquecido pela historiografia, e o mesmo ocorre em relação aos governos estaduais. No período estudado (1943-1960), a CAND perpassou pelo mandato de seis governadores, sendo alguns deles interventores federais. A Colônia foi criada na administração de Júlio Strubing Müller (1937-1945), interventor federal nomeado por Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Com a eleição do presidente Eurico Gaspar Dutra foram nomeados dois interventores que governaram o Estado de Mato Grosso por um período reduzido: Olegário Moreira de Barros (1945-1946) e José Marcelo Moreira (1946-1947), que promoveu eleições estaduais (GUIMARÃES e CAMPESTRINI, 1991). Depois assumiu Arnaldo Estevão de Figueiredo (1947-1950) e, posteriormente, os governadores Fernando Correa da Costa (1951-1955) e João Ponce de Arruda (1956-1961). É importante destacar que, no levantamento das fontes escritas, grande parte é proveniente da vigência do governo de Fernando Correa da Costa.

As terras devolutas do Estado de Mato Grosso somavam milhares de hectares; as terras, porém, não eram produtivas, o que dificultava o desenvolvimento econômico do Estado, tornando-se um desafio para os governadores. A fim de sanar o problema, uma série de órgãos surgiu em Mato Grosso para implementar o povoamento. Na esfera estadual foi criada, em 1931, a Delegacia Especial de Terras e Obras Públicas, em Ponta Porã, com jurisdição sobre os municípios de Ponta Porã, Entre Rios (atual município de Rio Brillhante), Campo Grande, Coxim, Aquidauana, Miranda, Porto Murtinho, Bela Vista, Nioaque e Maracaju. Em 1935 a Delegacia foi extinta; em 1947, porém, por meio da Lei 71, foi “recriada” a Delegacia Especial de Terras⁵. Simultaneamente foi criado, em 1946, o Departamen-

5 Dados do Relatório do Departamento de Terras e Colonização, referente ao período

to de Terras e Colonização. Dessa forma, na década de 1940, eram dois os órgãos estaduais responsáveis por prover a colonização.

Concomitante aos departamentos públicos, uma legislação pertinente à colonização também foi elaborada. Foram promulgadas duas leis relevantes: a Lei 238, de 13/12/48, que incentivava a venda de terras devolutas; e a Lei 336, de 6 de dezembro de 1949, que criava o Código de Terras do Estado, que “regularizou a transferência de terras devolutas para o domínio de particulares. A justificativa também passava pelo fato de que, assim fazendo, ao vender terras a particulares, aumentava-se a receita dos cofres estaduais” (LAMOSO, 1994, p. 43). Com a coexistência de uma legislação e de um aparelho estatal específicos, teve início o processo de colonização estadual.

A colonização dirigida, ou controlada, é considerada por Octavio Ianni (1979) como uma contrarreforma agrária, pois impede que o agricultor promova uma ocupação espontânea de grandes latifúndios, o que resultaria na necessidade de reforma agrária. Vale enfatizar que a colonização estadual é caracterizada como dirigida, dividida em duas modalidades: oficial, na qual o governo estadual era o encarregado de colonizar, e particular, em que as pessoas físicas e empresas particulares eram as responsáveis pela colonização. Na modalidade particular o governo estadual contribuía de forma secundária, com a implantação de estradas e ampliação da rede elétrica (CAMPOS, 1969). Lamoso (1994) detalha as quantias de terras oferecidas para a colonização particular, onde os lotes variavam entre 20 e 200.000 ha. a serem oferecidos a pessoas físicas e companhias particulares. Grandes porções de terras foram vendidas a empresas colonizadoras que formaram núcleos coloniais. A autora ainda esclarece como se deu o processo da colonização particular, que superou a colonização oficial “[...] no período compreendido entre 1943 e 1964 foram efetivamente implantadas no Estado de Mato Grosso, trinta e duas colônias agrícolas,

de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1954, assinado por José Villanova Torres, diretor. APMT.

sendo treze oficiais e dezessete promovidas por Companhias particulares” (1994, p. 46).

Vasconcelos (1986) caracteriza dois momentos no processo de colonização estadual na década de 1950, sendo que o primeiro corresponde ao governo de Fernando Correa da Costa (1951-1955), quando o governo vendeu terras a empresas e a particulares. Campos também afirma a venda intensa de terras nesse período: “a intensificação da venda de terras devolutas, os contratos de colonização e medidas afins, [...] foi a grande realização do governo de Fernando Correa da Costa” (1969, p. 24). Já o segundo momento corresponde ao governo de João Ponce de Arruda (1956-1961), que cumpriu os contratos que haviam sido estabelecidos anteriormente.

A iniciativa estadual de colonizar baseada em políticas e legislação específicas foram uma constante na década de 1950, mesmo regida por governadores diferentes, como afirma Vasconcelos. É importante observar que a venda de terras devolutas não tinha apenas o objetivo de promover a colonização, o povoamento, mas aumentar a produção agrícola e consequentemente o desenvolvimento econômico. As terras devolutas foram usadas em favor das negociatas políticas, resultado de um aparato estatal corrupto e incipiente que não coibia as irregularidades na venda de terras do Estado de Mato Grosso.

É o que demonstra o Relatório do Departamento de Terras e Colonização sobre as atividades referentes ao ano de 1954⁶. As deficiências administrativas eram diversas, como a extensão territorial e a dificuldade na comunicação que acarretavam a centralização administrativa. O relatório elaborado pelo diretor do Departamento de Terras e Colonização sugeria “a divisão do Estado em distritos [...] a exemplo do que foi feito no Paraná”, a fim de facilitar a fiscalização. Ainda segue o Relatório com graves denúncias sobre a venda das terras devolutas:

⁶ Relatório do Departamento de Terras e Colonização. APMT.

Pouco conhecido como é o território do nosso Estado, tem este Departamento que se louvar, para os seus pareceres, única e exclusivamente, nas informações dos senhores engenheiros e agrimensores encarregados das medições.

Não dispondo o Estado de um cadastro e nem mesmo de cartas precisas de seu território, pelas quais possa, conferindo os trabalhos que lhe são apresentados, saber se exprimem ou não a expressão da verdade, basta que sejam tais informações dolosas para que esteja o Estado a endossar um crime contra o seu próprio interesse [...] (p. 7).

Um aparato estatal frágil possibilitou a especulação fundiária por parte da elite política aliada a grandes empresas. Lenharo (1986b) afirma que “Nos idos dos anos 50, grupos de políticos locais, de fora, grupos econômicos formaram uma ciranda de alianças empresariais e eleitorais cujo jogo principal incidia no controle da distribuição das terras devolutas do Estado” (p. 53).

1.2. A Colônia Agrícola Nacional de Dourados, os colonos e a historiografia

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados sempre foi relacionada pela historiografia com a política da Marcha para Oeste, ambas caracterizadas como criações varguistas que surgiram durante o período de ditadura do Estado Novo (1937-1945). Mas isso não corresponde totalmente ao processo histórico, visto que a Colônia foi somente concebida no Estado Novo e efetivamente implantada no governo de Eurico Gaspar Dutra (1945-1950). Quando Vargas assumiu novamente a presidência em 1951 e governou o país até o ano de 1954, a CAND voltou a ser administrada por seu presidente fundador. A partir de 1954, a CAND tornou-se também um projeto inserido nos governos dos presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. É importante elucidar a história da CAND e o contexto histórico e político no qual estava inserida, pois comumente é entendido que se tratava somente de um projeto do Estado Novo, uma criação de Getúlio Vargas. Na verdade, a CAND foi um projeto de colonização que

perpassou governos de diversos presidentes brasileiros. Poucos autores destacam esse contexto administrativo e político.

Os autores são quase unânimes em enfatizar a “responsabilidade” de Getúlio Vargas sobre o surgimento da Colônia. Para Carmello, a CAND foi uma “idealização do então Presidente Vargas” (s/d, p. 19); e Lima escreveu “Mas eis que é o Presidente Getúlio Vargas que vem resolver um problema secular nosso, cuja solução o Estado, com os recursos próprios, não poderia sequer tentar, tal o vulto de verbas que demanda a execução de um plano de colonização” (1941, p. 109). Santos argumenta que “Em síntese, o início da implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados deu-se a partir de iniciativa do governo Vargas com a finalidade de desarticular o poderio da Mate Laranjeira [...]” (2000, p. 26). Guillen também afirma que “[...] a criação da Colônia pode ser entendida como o resultado de uma política governamental para controlar o poder da Mate Laranjeira e dirimir o conflito pela terra [...]” (1999, p. 164). Outros autores como Abreu (2001), Capilé (1999), Ponciano (2002 e 2006), Costa (1998) e outros relacionam a criação da CAND diretamente com a decisão de Vargas durante o Estado Novo, sem mencionar a existência de razões internas que possivelmente tivessem relevância.

A própria criação de uma Colônia Agrícola Nacional em terras sul-mato-grossenses é instigante, visto que o território brasileiro é grande e outras regiões poderiam ter sido escolhidas. Outro aspecto importante é a suposta demora na criação da CAND, em 1943, quando comparada à Colônia Agrícola Federal de Goiás (CANG), criada em 1941, no mesmo ano da Lei 3.059, que instituiu as Colônias Agrícolas Nacionais.

Um conjunto de fatores sobre o contexto da criação da CAND no SMT já foi exposto acima, referentes à Marcha para Oeste e à nacionalização das fronteiras. Mas haveria outros fatores que incentivaram a criação da CAND além da decisão central do presidente Getúlio Vargas, baseado em estudos ministeriais?

As fontes pesquisadas apontam que o processo de criação da CAND foi mais amplo e complexo do que o mencionado pela historio-

grafia, pois perpassou pelos interesses de uma elite local. Uma evidência foi o ano de 1941, quando Getúlio Vargas visitou o SMT. Lima (1982), em sua obra “*Glória de Dourados: datas e fatos*”, relata que o presidente Vargas, durante sua estada em Dourados, foi visitado por uma comissão formada pelas “pessoas mais influentes e de destaque da sociedade douradense” onde:

A principal reivindicação levada pela comissão ao Presidente da República foi a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), que abrangeria uma área de 300.000 ha., de terras de elevada potencialidade a qualquer espécie de exploração agrícola. Depois que o presidente tomou conhecimento da extensão de tão útil terreno, deu seu assentimento, dependendo apenas da aprovação dos ministérios, aos quais ficaria subordinada à administração da futura colônia (p. 10).

Além da suposta comissão de 1941, houve um abaixo-assinado, de 8 de outubro de 1942⁷, encaminhado ao presidente Getúlio Vargas, com assinaturas de 52 pessoas das mais diversas ocupações (médicos, militares, agricultores, comerciantes, açougueiros, barbeiros, fotógrafos, entre outros), que se organizaram e solicitaram por escrito a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados. O motivo seria a postura do governo estadual, que era contrária à criação da CAND.

Segundo o abaixo-assinado:

O GOVERNO DO ESTADO [destaque do original], não quer fazer cessão da gleba de terras escolhidas pelos técnicos do Ministério da Agricultura, muito embora o Conselho de Segurança Nacional tenha dado seu parecer favoravelmente, diante as ponderações apresentadas; pelo que, empenhados na grandiosa obra de engrandecimento da Nação, não podem deixar de recorrer a V. Excia. dando alguns dados para tornarem em realidade **o sonho**

7 Arquivo Nacional/RJ. Coleção da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. NEPPI/UCDB.

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

que os acalentou desde a vossa passagem por este Estado da União (grifo nosso)⁸.

De fato, o governo estadual causou empecilhos, segundo Demosthenes Martins: “Esta Colônia deveria ter sido criada antes mas, como declarou o despacho presidencial de 19 de fevereiro de 1942: ‘Não querendo o Estado fazer cessão das terras escolhidas (que eram em Dourados) pelos técnicos do Ministério da Agricultura, não pode ser criada a Colônia’ [...]” (s/d p. 117).

Diante desse embate de interesses, faz sentido questionar a postura do governo estadual da época: afinal, quais os motivos para a não criação da CAND? Por que o próprio interventor federal, Júlio Muller, foi contrário às intenções varguistas?

Oliveira (1999) esclarece a respeito dos empecilhos para a implantação da CAND. Segundo a autora:

[...] as dificuldades encontradas para a concessão das terras destinadas ao projeto colonizador na região da Grande Dourados estão vinculadas a uma série de questões, como, por exemplo, a intenção de dividir o Estado [...], a luta da Mate em continuar explorando os ervais na área, entre outras (p. 165).

Queiroz (2004) esclarece um aspecto singular que desmistifica o poder estadonovista de Vargas frente à elite local:

[...] não se pode exagerar o poder e eficácia das medidas centralizadoras e ‘civilizadoras’ da era Vargas. De fato, é mais do que sabido que, mesmo durante o Estado Novo, o poder central não logrou impor cabal derrota às velhas oligarquias estaduais, e até mesmo no SMT as limitações das iniciativas estadonovistas foram notáveis (p. 180).

8 Arquivo Nacional/RJ. Coleção da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. NEPPI/UCDB

Todavia o abaixo-assinado indica certa ligação entre a passagem de Vargas em Dourados no ano 1941 e a comissão mencionada por Lima (1982). Outro indício da existência de uma mobilização da elite douradense foi que, no mesmo abaixo-assinado enviado ao presidente Vargas em 1942, constam três pessoas mencionadas na obra de Lima (1982) como membros da comissão de 1941. São eles: Manoel Pompeo Capilé (proprietário), Januário Pereira de Araújo (hoteleiro) e Emídio Rosa (comerciante e agente dos Bancos do Brasil e do Estado de São Paulo). Dessa forma, a comissão e o abaixo-assinado têm certa ligação. Capilé Júnior et al. também mencionam sem muitos detalhes uma certa mobilização em prol da criação da CAND:

Já desde o início da povoação de Dourados, todos os seus habitantes, e especialmente aqueles sobre cujos ombros pesavam mais as responsabilidades pelo controle da comunidade, eram unânimes em reconhecer a necessidade do governo voltar suas vistas para a rica região [...]. Comissões organizavam-se para um trabalho que pudesse sensibilizar as autoridades constituídas, através de relatórios mostrando a excelente qualidade da terra, equiparando-se às melhores do país (1995, p. 37).

Diante disso, é possível afirmar que surgiu uma mobilização dos munícipes de Dourados e região a favor da criação da CAND, o que é uma evidência de que Getúlio Vargas não foi o único responsável por essa criação. O processo de instalação da CAND também atendeu aos interesses da elite local, que a viam como início de progresso para a região.

Nas obras escritas pelos memorialistas⁹ a Colônia é considerada um projeto responsável pelo progresso econômico para a região devido à colonização, ao povoamento e ao incentivo à produção agrícola. Pompeu relata que o progresso do município de Dourados está diretamente

9 Memorialistas são autores que produziram obras relevantes, porém, com a ausência do entrecruzamento de fontes diversas e sem um aporte teórico e metodológico de caráter científico.

relacionado com a criação da Colônia. Segundo a autora, a CAND foi “A porta que se abriu para o desenvolvimento e grandeza de Dourados. O progresso chegou com os milhares de colonos que estão tirando da terra a transformação que hoje constitui o slogan: Dourados, cidade que mais cresce em Mato Grosso” (1965, p. 55). O progresso mencionado pelos autores corresponde ao crescimento econômico capitalista.

Já Capilé Júnior et al. destacam outra consequência positiva para a região: o aumento da população, que “[...] cresceu de tal forma que chegou a atrair grandes empresários [...]”. Segundo os autores, a cidade de Dourados passou a ter mais relevância, pois “tornou-se conhecida em todo o país, saindo de um anonimato que a postergou por tanto tempo” (1995, p. 22). Carmello considerou a CAND como “a viga mestra” da economia (s/d, p. 19).

Já nas obras de caráter acadêmico, a CAND também está associada ao progresso e povoamento. Para Arakaki, “a CAND representou impulso econômico e crescimento populacional notável para o município. Em apenas uma década, Dourados tornou-se a cidade mais populosa da região sul do Estado de Mato Grosso” (2003, p. 49). Abreu destaca que a CAND “contribuiu para a expansão da atividade agrícola do Mato Grosso que até então era pecuarista-extrativista, tendo atraído, como se viu, grandes contingentes de migrantes [...]” (2001, p. 58). Segundo Tolentino, com a criação da CAND em 1943, “houve uma considerável expansão das atividades rurais com incentivo às pequenas propriedades [...]” (1986, p. 164).

Sobre os colonos, tanto as obras acadêmicas como as escritas pelos memorialistas são unânimes em inseri-los na condição de migrantes ou de nordestinos. “Atraiu-se gente de quase todos os quadrantes, principalmente nordestinos, em busca de realizar o sonho de adquirir um pedaço de terra [...]” (SANTOS G., 2000, p. 27). Segundo Oliveira, chegaram à CAND “[...] trabalhadores rurais comprovadamente pobres, vindos de vários Estados do país, sendo a maioria da região nordeste” (1997, p. 17). Ponciano também escreve que “Eram migrantes procedentes sobretudo do Nordeste brasileiro [...]” (2002, p. 140). Lima enfatiza que vieram: “[...]”

famílias dos Estados de São Paulo, Paraná e, principalmente dos Estados do Norte e Nordeste deste País [...]” (1982, p. 11). Abreu também menciona que a CAND “recebeu grande contingente de nordestinos e também de paulistas e mineiros, entre outros” (2001, p. 57). Carmello relata os Estados de origem dos colonos: “Vieram nossos irmãos do Ceará na sua maioria, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe, do Maranhão, enfim, de todos os Estados do Norte e Nordeste brasileiro não se falando nos paulistas, mineiros e demais Estados da Federação” (s/d, p. 19).

1.3. O processo de instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados

O Decreto-Lei nº. 5.941, que criou a CAND em 28 de outubro de 1943, estipulava que “A área demarcada não será inferior a 300.000 (trezentos mil) hectares”, sendo implantada em terras do Território Federal de Ponta Porã. Como esse Território Federal foi extinto em 1946, coube ao governo estadual reservar a mesma área para a CAND. Legalmente isso ocorreu por meio da Lei 87, sancionada em julho de 1948 pelo governador Arnaldo Estevão de Figueiredo, que estabelecia de modo claro e preciso os limites geográficos da Colônia, visto que o Decreto 5.941 não delimitou a localização da futura Colônia Agrícola em terras pertencentes ao Estado de Mato Grosso. Segundo o Artigo 3º, a área demarcada teria os seguintes limites:

Partindo da confluência do córrego da Picada no rio Dourados, pela margem esquerda e subindo pelo referido córrego de Picada, até sua cabeceira, deste ponto, segue pelas divisas das propriedades de Ciro Melo e outros até encontrar a cabeceira do córrego Laranja Lima, pelo córrego Laranja Lima abaixo até a barra com o córrego Laranja Doce, daí pelo Laranja Doce abaixo até a sua confluência com o rio Brilhante, pelo rio Brilhante acima até a barra do córrego Panambi, pelo córrego Panambi acima, dividindo com terras da Colônia Municipal de Dourados, até a sua cabeceira, daí pela divisa das terras de Aral Moreira até a confluência dos córre-

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

gos Barreirinho e Saltinho, daí pelo Saltinho acima até encontrar a linha do Patrimônio de Dourados e seguindo por essa divisa até a cabeceira do Engano, pelo córrego do Engano abaixo até a sua barra no rio Dourados, daí pelo rio Dourados abaixo, até a sua confluência do córrego S. Francisco, pela margem direita, daí segue pelo córrego S. Francisco acima à sua cabeceira, daí por uma linha seca até encontrar a cabeceira do arroio Formosa, daí, por esse arroio abaixo até a barra com arroio 14 de Maio, deste ponto pelo rio Guirai abaixo até a barra do arroio Pirajuí, pelo arroio Pirajuí acima até sua cabeceira, daí este abaixo até a sua confluência com o rio Ivinhema, pelo Ivinhema acima até sua confluência com o rio Brilhante acima, até sua confluência com rio Dourados, pelo rio Dourados acima até a barra do córrego da Picada, pela margem esquerda, ponto da partida (*apud* GRESSLER E SWESSON, 1988, p. 90).

No processo de medição, os engenheiros constataram uma área muito acima de 300.000 hectares, que se tornou alvo de requerimentos por parte de terceiros. Segundo Relatório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, de 1984 ¹⁰, foi demarcada uma área total de 409.000 hectares, isto é, um excedente de 109.000 hectares, visto que a legislação federal em 1943 reservou para a CAND uma área não inferior a 300.000 hectares. Esse excesso de terras foi causa de litígios e de especulação.

O Relatório do INCRA, intitulado “Histórico do Projeto Fundiário de Dourados” (1984) esclarece que “Daquela área total de 409.000 ha, a Colônia ficou reduzida pra 267.000 ha, dividida em duas parcelas distintas: 1ª zona ou parcela, 68.000 ha; 2ª zona ou parcela, 199.000 ha”. Ponciano (2006) afirma que um dos aspectos que justificam a demarcação final da CAND ficar compreendida em 267.000 ha é a legislação estadual, no caso, a Lei 87.

10 Histórico do Projeto Fundiário de Dourados. INCRA – Dourados/MS.

Por isso é relevante compreender o que propunha o Artigo 4 da Lei 87, que preservava os direitos de terceiros “Dentro das terras reservadas (da CAND) e a serem demarcadas, serão respeitados os direitos adquiridos por terceiros, mediante títulos de domínio, expedidos pelo Governo do Estado [...]”. Na verdade, tal artigo garantia os direitos de pessoas que não eram colonos, mas que teriam títulos de terras situadas no “entorno” da Colônia, títulos estes previamente expedidos pelo governo do Estado de Mato Grosso. Ponciano (2006) faz um questionamento importante sobre o Artigo 4 da referida Lei. Segundo o autor:

Este artigo torna-se relevante e não pode passar despercebido uma vez que, se a área a ser demarcada não poderia ser inferior a 300.000 ha, **então como respeitar os direitos adquiridos no interior desta, mesmo que seja em pequena quantidade, sem diminuir sua área de implantação, uma vez que seus limites já estavam demarcados?** (grifo nosso) (p. 83).

Posteriormente, a Lei 340, de 9 de dezembro de 1949, deu nova redação ao artigo 4 da Lei 87: “Serão respeitados os direitos adquiridos, expedidos pelo Governo do Estado, em data anterior a 20 de julho de 1948”. A omissão de uma data limite gerou controvérsias; afinal, a Lei 87 abria brechas sem precedentes para que futuros requerentes solicitassem ao governo estadual terras no entorno ou dentro da área da Colônia. Dessa forma, houve uma série de requerimentos de terras na região onde se implantaria a CAND, feitos ao governo do Estado.

As fontes pesquisadas descortinam os bastidores da política em que a terra foi a protagonista num palco de disputas entre administradores da Colônia e o governo estadual de Mato Grosso. Os conflitos entre governo do Estado e administradores da CAND serão abordados no capítulo 2.

Inicialmente a CAND passou pela etapa de demarcação de suas terras, e até os trabalhos para a implantação decorreram treze anos. O relatório do primeiro administrador explicita as condições naturais encontradas que provocaram o atraso na implantação da Colônia:

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

[...] local inóspito, dificultando, desta forma, os trabalhos do INIC de medição e demarcação e propriamente o assentamento, porque os agricultores não se habilitavam ante os problemas regionais (malária, falta de acesso, rodovias, etc.), somente 13 (treze) anos de criação é que foram concluídos os trabalhos de medição e demarcação da área (*apud* GRESSLER e SWESSON, 1988, p. 82).

Em meio às intempéries foram construídas estradas, dentre elas a estrada de Dourados a Rio Brilhante, com o objetivo de fazer a ligação com a Estrada de Ferro Sorocabana, incluindo uma ponte sobre o Rio Brilhante e mais 200 km de estradas vicinais. Entre as benfeitorias da CAND, constam as seguintes construções: serraria, marcenaria, serralheria, olaria, doze escolas e dois postos médicos. Além do aparato da infraestrutura, foram distribuídos, entre os anos de 1943 e 1950, cerca de mil lotes, de 30 hectares cada, construindo, em 200 deles, casas de madeira para colonos (GRESSLER e SWENSSON, 1988, p. 85).

Como foi mencionado, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados foi dividida em duas partes, denominadas zonas. A 1ª zona teve um desenvolvimento rápido, por conta da implantação da infraestrutura, principalmente no que se refere à demarcação dos lotes. Já na 2ª zona surgiu o primeiro povoado, chamado Vila Brasil (onde hoje se localiza o município de Fátima do Sul), em que a demarcação dos lotes foi um processo demorado que abriu precedente para atuação de grupos que vendiam ilegalmente terras da Colônia, episódio que será exposto adiante.

1.4. CAND: a especulação da terra

A historiografia menciona a área da Colônia em 300.000 (trezentos mil) hectares; somente alguns autores relataram a demarcação das terras excedentes da CAND, como Brand (1997), Costa (1998), Ponciano (2006)

e também Gressler e Swesson (1988)¹¹. A partir desses autores, pode-se fazer uma pergunta: em que a demarcação em excesso de terras da CAND prejudicou ou contribuiu com os colonos? Afinal, se a quantia de terra demarcada ficou além do previsto por lei, significaria que mais colonos poderiam ser assentados nas terras federais. Mas não foi o que ocorreu; como já foi explicado anteriormente, a área final da Colônia ficou reduzida a 267.000 hectares.

A redução da área da Colônia ocorreu por conta da especulação e cobiça das terras devolutas encontradas dentro do perímetro da demarcação; feito o levantamento, o excedente de terras devolutas foi constatado. É oportuno lembrar que nesse período o próprio governo de Mato Grosso fazia a venda de terras, consideradas devolutas. Essa política de colonização estadual abriu precedente para que terceiros solicitassem ao governo estadual a compra de terras devolutas, que passaram ao conhecimento público por conta da demarcação da CAND.

É o que atesta edições do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso publicadas no ano de 1950. Nas publicações pesquisadas dos meses de janeiro a março há vários pedidos de compra de terras devolutas feitas ao Departamento de Terras e Colonização, que estavam inseridas no excesso de terras da CAND. No total somam mais de 40 requerimentos de compras de glebas que variavam de 2.000 a 10.000 hectares. Uma parte considerável dos pedidos traz o local de residência dos requerentes, que ou moravam em Mato Grosso, principalmente em Campo Grande, ou eram do Estado de São Paulo, em sua maioria das cidades de Presidente Prudente, Presidente Epitácio e Cafelândia. Todos os requerimentos de compras das terras devolutas em questão trazem como justificativa a demarcação excedente das terras da CAND. Segundo o Diário Oficial:

11 Gressler e Swesson (1988) trazem em sua obra o Relatório do INCRA de 1984, que menciona o excedente das terras demarcadas.

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

Sabendo que as terras reservadas à Colônia Nacional de Dourados não deverão ultrapassar de 300.000 ha. E que no cômputo aerofototopográfico por ela efetuado, foi encontrada área muito superior compreendida nos limites que a ela foram atribuídas; e considerando que o presente lote está dentro desses limites que a ela foram atribuídas; fica o mesmo subordinado a encontrar-se ele na área que por ventura venha ser excluída por efeito da extremação dos 300.000 ha que cabem à sobredita Colônia¹².

Diante da redução do território da Colônia, cabe outro questionamento: como a redução da área estabelecida por lei influenciou o acesso dos colonos à terra? Sobre as terras excedentes, vale ressaltar que a historiografia quase não contribui com fontes primárias mais consistentes sobre o excesso de terras que resultou na especulação e litígios posteriores. A pesquisa permitiu coletar algumas fontes do período de 1949 a 1954 que evidenciam fragmentos de um conflito burocrático, administrativo e político com o envolvimento dos governadores estaduais e administradores.

Em 1951 a CAND teve dois administradores: Tácito Pace e Lloyd Ubatuba. Essa época é marcada pela discussão de irregularidades quanto à concessão de títulos e venda de terras que faziam parte da área da Colônia, por parte do governador Fernando Correa da Costa.

O administrador da Colônia, Tácito Pace, escreveu em 27 de março de 1951 ao governador Fernando Corrêa da Costa (1951-1955) sobre a “concessão viciosa”, por parte do governo estadual a quatro requerentes de títulos de terras que pertenciam à Colônia. Tais concessões eram possíveis devido às lacunas que a legislação estadual, no caso a Lei 87, proporcionava aos especuladores. Por meio de ofício, o administrador denunciou que a “Lei Estadual 87 de 20/07/48 traçou as fronteiras da CAND, ao sabor dos interesses que começam a revelar-se e que denota irregularidade, à revelia da Administração da Colônia”.

12 Diário Oficial do estado de Mato Grosso, de 14 de março de 1950, p. 3. APMT.

Escreveu Tácito Pace que a área requerida era de 31.000 hectares, e que a divisão de lotes já havia sido iniciada em 1947. A mesma área estava densamente povoada pelos colonos quando da concessão de lotes pelo governador Fernando Correa da Costa em 1951. Assim, restava à Administração e também ao governo estadual a solução de cassar os títulos provisórios dos quatro requerentes, sendo que mais 100 colonos já residiam na área em litígio, e que estes já tinham recebido os títulos provisórios. Como afirmou o administrador “[...] o governo federal assegurará o direito dos demais 100 colonos que receberam títulos provisórios legitimamente”¹³. Para Tácito Pace, a causa do conflito fundiário era a legislação estadual, sobretudo a Lei 87, que estava norteadada pelos interesses da elite mato-grossense, pois:

A delimitação foi produzida sem haver acordo com o Governo Federal, por pessoas que agora encabeçam a lista dos interessados em algumas áreas propositadamente excluídas, naquela ocasião, dos limites da CAND: como Porto Vitória e margem direita do Córrego Laranja Lima (grifo nosso). Quando traçaram o limite da CAND por não haverem consultado a Administração, [...] deixaram uma extensa área completamente incorporada à CAND, na qualidade de devoluta [...] (grifo nosso)¹⁴.

O prejuízo de concessão de títulos provisórios estava no ato de desalojar colonos que já estavam radicados nos lotes, uma vez que os títulos eram expedidos pelo próprio governo estadual, baseado na legislação já citada. Para o Administrador só restava uma única solução: “[...] cassar os títulos provisórios dos quatro requerentes, [e] o governo federal assegurará o direito dos demais 100 colonos que receberam títulos provisórios legitimamente”¹⁵.

13 Ofício 95, de 27/03/1951. APE - MS.

14 Idem.

15 Ibidem.

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

Pela análise das fontes, Tácito Pace aparenta ser contra a ação do Estado em vender terras excedentes, demarcadas como sendo da Colônia. As correspondências apontam que não houve consenso entre Administração e governo estadual.

Tácito menciona a necessidade do serviço foto-aéreo fazer um levantamento mais consistente da área real da CAND, enfatizando, “Aliás, a finalidade do levantamento aéreo foi precisamente situar, dentro de uma grande superfície topográfica, as próprias terras da CAND [...]”. O excesso de terras foi constatado e o governo do Estado não demorou a dar títulos de propriedades a terceiros. É o que denuncia o Administrador ao diretor do DTC:

[...] tomei conhecimento de que o Estado já determinara, à revelia da Administração da CAND e sem sua aprovação final, **as divisas que deveriam conter a área de 300.000 hectares (máxima para a conveniência do Estado), divisas escolhidas por deputados estaduais e outros interessados, sem assistência federal** (grifo nosso).

[...] considero gravemente afetados os interesses da CAND e, muito mais, concluo por ter sido a obra do governo adulterada em seus objetivos e oneradas as realizações, dentro de um período de 10 anos ainda¹⁶.

Ainda segundo o ofício, as concessões definitivas foram averbadas na “Coletoria de Dourados no espaço de pouco mais de um mês”. Diante da legalização e concessão das terras da Colônia, o administrador apelou ao governo estadual: “apelei mais uma vez para o Governo conforme telegrama [...] de 8 de março”. Finalizou o Ofício “[...] essas ocupações estão garantidas pela Constituição do Estado, pelas citadas leis 87, 187 e 340 e por muitos usucapiões alguns concedidos com a CAND em pleno funcionamento”¹⁷.

16 Ofício 95, de 27/03/1951. APE - MS.

17 A lei 340 de 9 de julho de 1949, garantia o direito de terceiros que já possuíam títulos

É obvio que mais estudos poderão contribuir com esses números, visto que há discrepâncias quanto às terras excedentes encontradas. A Escritura de Doação feita pelo governo do Estado de Mato Grosso, expedida em 12 de novembro de 1959, também afirma que a área total doada ao governo federal foi de 267.685 hectares e 8.798 m².

Algumas contradições entre a postura dos administradores podem ser percebidas, isso em curto espaço de tempo. No caso, no mesmo ano de 1951, o outro administrador, Lloyd Ubatuba, solicitou ao Diretor do DTC um novo levantamento territorial. Para Ubatuba, “[...] a realização de um trabalho aero-fotogramétrico nada valeu, porque a Colônia não está demarcada, nem se conhece a sua área”¹⁸. Para delimitar novamente a área da CAND, em tempo inferior a um ano, novamente solicitou “[...] a liberdade de manifestar a essa Diretoria o seu reiterado propósito de medir e demarcar a área da CAND, por se tratar de uma iniciativa imprescindível como barreira àqueles que se mancomunaram para o assalto às terras da União”¹⁹.

Essa discrepância entre as posições dos administradores abre uma série de precedentes que podem ser analisados. Em um contexto permeado por especulações fundiárias, as posturas dos administradores Tácito Pace e Lloyd Ubatuba são distintas em alguns pontos. Tal distinção pode estar relacionada com os interesses e alianças políticas e sociais dos administradores com a elite local quanto a uma nova demarcação das terras federais. Outra questão relevante é quanto ao dinheiro público aplicado de forma negligente pelos dirigentes estatais. Talvez o dinheiro tenha sido aplicado, mas uma fiscalização incipiente poderia ter resultado numa falha das ações pretendidas que constam nos ofícios pesquisados. Outro fato que pode estar relacionado com as diferenças significativas entre dois administradores é a falta de competência quanto ao cargo ocupado, não

provisórios e definitivos expedidos pelo governo estadual anterior a 20 de julho de 1948.

18 Ofício 261, de 09/11/1951. APE - MS.

19 Ofício 261, de 09/11/1951. APE - MS.

somente dos dois citados, mas também dos demais que passaram pela CAND.

Pela análise das correspondências coletadas, o ano de 1951 desponta como um período marcado por denúncias oriundas da Câmara dos Deputados sobre atos ilícitos cometidos pela Administração da CAND. Ainda na administração de Ubatuba, alguns ofícios coletados demonstram que seu mandato foi alvo de questionamentos e acusações, por parte do deputado federal Filadelfo Garcia, quanto à venda de terras federais. O administrador respondeu por meio de ofícios sobre duas acusações feitas pelo deputado: sobre a venda de terras e sobre a quantidade da área demarcada até aquele momento. É nos esclarecimentos sobre as denúncias que se percebe o fato de Ubatuba, ao contrário de Tácito Pace, tentar preservar e isentar a responsabilidade do governador Fernando Correa da Costa sobre a especulação das terras da CAND.

O administrador Lloyd Ubatuba toma a posição de defesa do referido governador. No mesmo ofício escreveu que “o atual governador mato-grossense tem sempre recusado o atendimento aos requerentes e intrusos, dentro da área da CAND, de modo que cessaram as pretensões latifundiárias sobre o patrimônio federal de Dourados”²⁰. Em outro ofício, referente ao mês de outubro, Lloyd Ubatuba escreveu “Reitero aqui o meu pedido de providência contra este caluniador [Filadelfo Garcia], a fim de que, com sua seqüela, não intranqüilize o trabalho construtivo de nosso governo, com a opinião pública com intrigas e mentira”²¹.

Nesse contexto de concessão de títulos legalizados pelo governo estadual ocorreram muitas invasões nas terras da CAND. Algumas foram posteriormente legalizadas devido à legislação estadual, outras não tiveram o mesmo fim. Porém, alguns ofícios pesquisados demonstram que os administradores tiveram que lidar com invasores e solicitantes legais

20 Ofício 231, de 15/10/1951. APE - MS.

21 Ofício 251, de 31/10/1951. APE - MS.

das terras federais. Na vigência do mandato de Ubatuba, alguns exemplos foram coletados. Ao que parece, o indivíduo com o documento da concessão da terra ia até a Administração solicitar seu quinhão. No Ofício 261, já citado anteriormente, Ubatuba assim se refere à ação dos intrusos nas terras federais: “Devem existir muitos intrusos na área da Colônia e esta Administração precisa expurgar esses elementos que constituem uma ameaça constante aos legítimos agricultores, que desejam terras para cultura e não para negócios”²².

Mas o que impressiona é a quantidade de terra doada pelo governo do estado de Mato Grosso aos titulares, como ilustram os ofícios de Lloyd Ubatuba ao governador Fernando Correa da Costa:

A administração recebeu do Sr. Ariano Serra, advogado em Campo Grande, uma carta, sem data, pelo qual, **alegando direitos do Sr. Elizário Vieira Nascimento, sobre 2.980 ha. 9761 mts², na região denominada Bocajá**, além do córrego Laranja Doce e entestando com o córrego Vaquaria (grifo nosso)²³.

A terra e os supostos direitos de Elizário V. Nascimento não foram atendidos prontamente pela Administração, pois a área cedida pelo governo do Estado abrigava vários colonos que ali já residiam. O requerente solicitou a Ubatuba que retirasse os colonos, mas o administrador resistiu às pressões:

Pede à CAND a transferência dos colonos ali localizados. Esta Colônia, pretendendo reagir contra os mutiladores de seu patrimônio, **pede a V.Excia, se digne mandar a quem de direito examinar o assunto em foco e opinar sobre a legalidade ou não do título de posse definitivo que teria o Governo do Estado de Mato Grosso expedido em favor do Sr. Elizário Vieira Nascimento,**

22 Ofício 261, de 09/11/1951. APE - MS

23 Ofício 208, de 11/10/1951. APE - MS.

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

quando já havia sido doada a área de 300,000 à CAND (grifo nosso) ²⁴.

No mês seguinte, outro caso de requisição das terras da CAND foi recebido pelo administrador, que remeteu tal solicitação a Fernando Correa da Costa. Escreveu, em 14 de novembro de 1951, Lloyd Ubatuba:

Que, em data de 10/10/51, V. Excia expediu o título definitivo com a área de 1.192ha. 8.103m 2,78 cm², no lugar denominado ‘Canta Galo’ desconhecido desta Administração, ao sr. Domingos Gonçalves da Silva, residente em Campo Grande (grifo nosso).

Que este cidadão mandou o seu representante, Sr. Dioclécio Pimentel a esta administração tratar do assunto que é objeto deste ofício, o qual apresentou o título definitivo registrado Tabelionato Oficial do Registro de Dourados.

Que esta Administração permite-se a liberdade de informar a V. Excia. que a denominação ‘Canta Galo’ foi dada ao lugar que até o presente só se conhece por Bocajá.

As invasões não foram somente recorrentes no período de 1951, como as fontes demonstram. Jorge Aguirre, em 1949, já mencionava a permanência de invasores nas terras devolutas, área demarcada como sendo da CAND, quando o processo de demarcação estava em andamento, o que significa que invasões à revelia da Administração já ocorriam em anos anteriores. Aguirre escreveu ao Prefeito de Dourados sobre a invasão “[...] tendo chegado ao meu conhecimento que diversas pessoas estão requerendo as áreas devolutas, reservadas para a Colônia Agrícola Nacional “Dourados”, as quais já se encontram com trabalhos realizados de loteamento [...]”²⁵. O administrador ainda solicitou a ajuda do Prefeito:

24 Idem.

25 Ofício 13, de 29/01/1949. Caixa 19. APE - MS.

[...] venho solicitar vossas valiosas providências, junto às autoridades superiores, como zelador das terras devolutas do Estado neste município, no sentido de que seja sustada toda e qualquer concessão nessas áreas, sendo que as principais são: campos do porto Vitória [...], terras desde as divisas de Cyro Mello e margem direita do Laranja Lima e margem direita do ribeirão do Coqueiro [...]²⁶.

As invasões e concessões tornaram-se um problema grave para a Administração, sobretudo para os colonos que tiveram que ser desalojados ou tiveram seus lotes invadidos por terceiros. Mas esse cenário de conflitos e desordem não pode ser somente relacionado com a legislação estadual, com os interesses do governador Fernando Correa da Costa, mas, também, com a falta de organização e infraestrutura da Colônia em demarcar primeiramente sua área. Outro fato a ser considerado é a ausência de documentos para dar a posse legal e autêntica aos verdadeiros colonos. Sobre isso, o próprio administrador Ubatuba escreveu ao diretor do DTC, em 22 de outubro de 1951:

[...] consulto essa Chefia sobre o assunto que é objeto deste ofício, **a fim de que o colono desta CAND possua um documento que o defenda da situação em que se encontra, que mal se diferencie do simples intruso, sem um documento que justifique sua localização no lote que lhe foi distribuído** (grifo nosso).

É verdade que há um cadastro, espécie de assentamento precário, sem validade jurídica, que é apenas da Administração. O histórico de sua entrada, sem, contudo, habilitá-lo a provar em qualquer tempo, a regularidade de sua localização, ficando à inteira mercê do Administrador²⁷.

Por outro lado, havia outro caso em que os administradores eram acusados de ocupar terras de terceiros em prol dos colonos. A carta de

26 Idem.

27 Ofício 244, de 22/10/1951. APE - MS.

Nerino Pires Carvalho abre um precedente importante para a compreensão de que não seria somente o governo de Mato Grosso que isoladamente esteve como pivô das invasões das terras da CAND. Afirmo o autor da carta que seu pai, Abílio de Matos de Carvalho, já era residente nas terras próximas à cidade de Dourados desde 1914. A posse da terra se deu pelo direito do usucapião. Nerino relatou em sua carta que a propriedade de sua família foi invadida “pelas terras da Colônia Federal”:

[...] certos fatos falam dos direitos que meu progenitor tem sobre as referidas terras: no ano de 1914, ele, ainda jovem, localizou-se nas terras em apreço, mais tarde casou-se e então ambos enfrentaram a luta no desbravamento das terras o que naquele tempo era difícil, devido à falta de transporte de remédios e mesmo o perigo de índios e feras e ainda assaltantes que muitas vezes passaram a fronteira do Paraguai e invadiam esta região.

Quando meus velhos pais pareciam poder colher os frutos das suas energias gastas, **tudo fora desfeito pelos administradores da Colônia Federal, que determinaram a invasão da referida propriedade (grifo nosso)**. Os meus progenitores não tiveram outra alternativa e assim mudaram-se para uma chácara junto à cidade de Dourados [...] ²⁸.

Vale ressaltar que o pedido de reconsideração sobre a propriedade pode ser uma tentativa de legalizar terras devolutas que nunca foram ocupadas, tendo como embasamento legal o direito de usucapião. Afinal, se as terras de Abílio Carvalho estivessem mesmo sendo produtivas e ocupadas, seriam alvo do suposto engano por parte do administrador? A referida carta também pode ser analisada na perspectiva de que pessoas que já moravam na região também foram afetadas pela incompetência, pelos interesses pessoais e pela falta de interesse no processo de demarcação da CAND e de assentamento dos colonos. Contudo é interessante

28 Carta manuscrita de Nerino Pires Carvalho, de 9/06/1953. Caixa 16. APE - MS.

observar a “preocupação” que o autor mostrou em relação aos colonos que estariam sendo prejudicados, pois, outorgada ao requerente a posse da terra, haveria assim um despejo em massa: “Parece-me que V. Excia. deve tomar uma resolução imediatamente para que não sejam prejudicados **os colonos que tem ocupado as terras em questão, pois assim eles poderão ocupar outros lotes que se tornarão suas propriedades legítimas [...]**” (grifo nosso)²⁹.

Outra fonte documental expõe os problemas fundiários e elucida detalhes importantes sobre o emaranhado de erros na demarcação da CAND. O relatório elaborado em 1955 por Paulo Ferdinando Thiry³⁰ faz uma síntese dos desdobramentos da especulação e demarcação das terras excedentes da Colônia. Afirmo o Relatório que, pela falta de conhecimento do traçado de alguns córregos, somado aos interesses de terceiros, os limites territoriais foram sendo desenhados ao gosto de interesses de especuladores. Paulo Thiry escreveu:

Em 1948-1949, a secção de Engenharia do Núcleo, por desconhecer o verdadeiro córrego Laranja Lima, e de comum acordo com confrontantes, traçou a divisa [...]. Posteriormente, pessoas interessadas em terras valorizadas descobriram que, entre o verdadeiro córrego Laranja Lima e o Córrego Cruz Alta, então admitido como sendo o primeiro, se encontrava **uma área de terra que, embora loteada e ocupada por cerca de 100 colonos**, não se achava circunscrita pela discriminatória constante no Decreto Lei 87 (grifo nosso) (p. 06)³¹.

Finalizou Thiry seu Relatório declarando que terceiros, cientes do erro da demarcação, “[...] **requereram e obtiveram do Estado a cessão**

29 Idem.

30 Relatório de 20/09/1955. Assinado pelo Engenheiro Agrônomo Paulo Ferdinando Thiry (datilografado). 16 p. INCRA/ Dourados - MS.

31 Idem.

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

dessa área que monta a 4.267 hectares, pretendendo desalojar os colonos³² (grifo nosso).

A especulação das terras da Colônia, feita com o respaldo legal do governo estadual e contando também com a incompetência ou interesses de administradores, ilustra a questão fundiária do SMT.

É importante ressaltar que não houve pelo Estado nenhuma política pública no tocante aos povos indígenas, referentes à implantação da CAND. A área ocupada pela Colônia Agrícola Nacional de Dourados compreende a região de Panambi, onde atualmente estão inseridas as aldeias de Panambi e Panambizinho. É o que afirma Brand:

A implantação dessa Colônia trouxe, para os Kaiowá, problemas bem diversos daqueles criados com a Cia Matte Larangeira. [...]. Confrontavam-se eles, agora, com colonos em busca de propriedades. Portanto, o conflito entre as comunidades indígenas e a CAN foi imediato e total (1997, p. 75).

Fica evidente que, no processo de colonização, a população Kaiowá e Guarani, que anteriormente já habitava parte do território onde foi implantada a CAND, ficou à margem desse processo. A presença dos índios se tornou um “empecilho” para a instalação dos colonos e a distribuição dos lotes feitos pela CAND.

32 Ibidem.

Capítulo 2

OS COLONOS E SUAS EXPERIÊNCIAS: A DIFÍCIL CONQUISTA DA TERRA PARA VIVER

A Colônia estava inserida numa região da fronteira, onde a terra distribuída gratuitamente pelo governo federal foi o que motivou um número considerável de pessoas a virem para o SMT. As pessoas, homens e mulheres, ao chegarem à CAND, passaram a ser genericamente denominadas de colonos. Apesar de ser um termo masculino, vale ressaltar que não somente homens participaram da Colônia, mas também as mulheres que, na condição de esposas, acompanhavam seus maridos. Também jovens e crianças, filhos dos colonos, passaram a constituir parte da força de trabalho.

O colono e sua família passaram a almejar a propriedade. A distribuição gratuita de terra foi utilizada como mecanismo para atrair os colonos para o projeto de colonização da CAND (OLIVEIRA, 1999). Segundo Foweraker, quando os colonos recebiam notícias da terra “[...] ‘terra comum’, da ‘terra livre’ ou da ‘terra da nação’ que podem tomar para si mesmos. Avançam na esperança de conseguirem terra. É a atividade por eles desenvolvida que materialmente cria a fronteira” (1982, p. 42).

Como consequência da distribuição de terras, a migração foi acionada pelo governo federal através da propaganda. Oliveira (1999) esclarece que:

Para atrair trabalhadores para a Colônia Agrícola de Dourados, o governo estadonovista desencadeou uma intensa propaganda através de toda a imprensa, para a divulgação do implemento. Segundo consta, esse mecanismo deu bons resultados, uma vez que para a

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

região migraram centenas de famílias dos vários estados do país em busca da terra como meio de trabalho (p. 186).

Um exemplo é Clara Alexandrina, que morava no município de Pesqueira, no Estado do Ceará, e cujos vizinhos que ora trabalhavam no Paraná, de volta para Pesqueira, levaram a notícia das terras mato-grossenses que estavam sendo distribuídas. Clara conta que seu marido, Gaudêncio, ao receber tal informação, não hesitou em ir até Mato Grosso. Segundo ela “[...] meu marido ficô doido pra vim pra cá, aí ele falô: ‘eu vou lá olhá, nem vou esperá eles [vizinhos] irem, que eles ainda vão vendê as coisas. Se for bom mesmo e nós ganhá as terras, eu te escrevo, e tu vende tudo e vai com eles [vizinhos]’”. Meses mais tarde, por meio de carta, Clara Alexandrina foi informada por seu marido que ele a esperava em Mato Grosso.

Somente um entrevistado, Martin de Carvalho, que chegou na CAND em 1956 ainda criança, afirma que foi a propaganda do rádio a responsável por comunicar a sua família sobre as terras do SMT. Segundo ele “Foi através da Rádio Nacional de São Paulo. Nós vivia em Alagoas, e de lá eles [família] vieram direto pra cá”. É oportuno lembrar que, depois de fixados na terra, os migrantes que já eram colonos também foram responsáveis pela vinda de seus familiares. Também afirmaram os entrevistados que, depois de terem recebido o lote, vários familiares vieram em busca do mesmo resultado. Isso porque “[...] enviavam notícias aos parentes e amigos contando como era o lugar, confirmando o recebimento de terra gratuita, e incentivando outras pessoas a migrarem para a região” (OLIVEIRA, 1999, p. 195).

Autores como Lenharo (1986a), Oliveira (1999 e 2002), Carli (2006) e Ponciano (2006) apontam o aspecto ideológico propagado pelos discursos varguistas, que teriam incentivado a população a migrar para o interior do país. Ponciano (2002) escreveu que houve um aspecto mítico por meio do qual se deu o processo de colonização, com a “[...] necessidade de conduzir a ocupação territorial através do símbolo da brasilidade” (p. 138). Oliveira (1999) afirma “Nessa perspectiva, os discursos, as propagandas

funcionaram como meios para a implementação e realização dos projetos de políticas públicas, sobre a colonização do Estado Novo” (p. 184). As fontes orais, porém, apontam para duas circunstâncias distintas desse contexto mítico e ideológico. A primeira é que grande parte dos colonos ficou sabendo sobre a Colônia por intermédio de parentes e vizinhos que já moravam na CAND, sem terem contato com as propagandas estatais. Foi a propaganda “boca a boca”, como popularmente se fala, a responsável por propagar notícias sobre a CAND e motivar a migração. A segunda circunstância que deve ser considerada é que os colonos eram humildes agricultores ou trabalhadores rurais, e o que os motivou realmente foi o desejo de ter a terra própria, calcado na expectativa de uma vida melhor. Foweraker esclarece “Em geral, continua sendo verdadeiro que nenhuma iniciativa política do Estado tem sido necessária para encorajar a maioria dos migrantes a mudar-se e estabelecer-se na fronteira” (1982, p. 102). Que fatos então incentivaram os nordestinos, mineiros e outros a migrarem?

É importante destacar que não só a distribuição de terras fez com que famílias migrassem para a CAND; houve motivos materiais e imateriais que influenciaram o deslocamento. Para Foweraker (1982), entre as causas que contribuíram para a migração, está a falta de terra por conta da formação dos latifúndios, a má condição de vida, ausência de trabalho, a diminuição da eficácia do solo; somando-se a isso ainda constam os desastres naturais, como as constantes secas.

Devido à falta de oportunidades em Macaúbas, no Estado da Bahia, Manoel Rocha afirma que “naquela época o Nordeste não prestava”, pois seu pai “mexia com tropa, mexia assim, de uma cidade pra outra. Pegava rapadura aqui num engenho e ia lá, seis, sete léguas levando aquela rapadura, ou farinha de mandioca ou outra coisa [...] em cima do burro ou do jegue”. Mesmo como tropeiro, seu pai não desistia de ter um pedaço de chão, pois “lá perto da serra tocava um pedacinho de roça no Nordeste”. Ao chegar ao Mato Grosso em 1954, na 2ª zona da CAND, mais precisamente na 5ª linha, que ficava próxima ao atual município de Vicentina, Manoel Rocha, ainda menino, conheceu a terra em que seu pai se tornou dono definitivamente.

As causas que levaram os colonos a engrossar as ondas migratórias e a percorrer o interior do país foram diversas. A distribuição de lotes não foi isoladamente o que determinou a migração dos colonos, sendo que grande parte deles era proveniente da região Nordeste do Brasil, que sempre sofreu as consequências da falta de políticas públicas eficazes, além das constantes secas que assolavam a região. Dessa forma, não houve um único motivo desencadeador do deslocamento de colonos, pois o contexto social e econômico no qual estavam inseridos, como também a trajetória pessoal, determinou a escolha pela Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

Deixar casa, família, amigos não está somente relacionado com motivos materiais, como expõe Santos: “Analisar a trajetória desses sujeitos somente pelo deslocamento no espaço geográfico descaracteriza as histórias vividas por eles e as reduzem apenas a cifras ou à mão de obra para ocupação de ‘espaços vazios’” (2000, p. 29). Tal é a história de Maria Braga, mineira moradora de Araçatuba, que tinha uma vida estável, mas uma série de tristes imprevistos fez com que seu marido, Antonio Batista, desistisse do interior de São Paulo “[...] nós teve um prejuízo muito grande, que nós ficô sem nada. Queimô a nossa casa! Meu marido vendeu o sítio e foi retirá o dinheiro pra podê comprá uns gado, pra alugá um pasto, e os ladrão tomô o dinheiro dele [marido]”. Maria Braga conta que, após as perdas, seu marido foi visitar parentes que moravam na Colônia “[...] o vêio veio aqui [CAND], desorientado com os prejuízos, não queria ficar mais lá”. Quando regressou para São Paulo, Antonio levou consigo o encanto da fartura dos cafezais que viu nas terras da Colônia. Para a viagem em busca da futura terra foi preciso deixar um pedaço de vida e trabalho para trás:

[...] ficêmo 8 dias na estrada. O vêio [marido] fretô um caminhão lá, um caminhãozinho que trouxe uma mudancinha. Não trouxe nada de trem de casa, trouxe mais coisa que comê, trouxe 8 latas de banhas, essas de 18 litros, essas coisas. A gente trouxe café pra che-

gá aí e plantá [...]. O caminhãozinho do homem era pequeno, não trouxe quase nada, o que coube dentro coube, o que não coube, a gente largou lá dentro da casa e viemo embora.

Vale ressaltar que boa parte dos entrevistados já estava em processo de migração pelo interior do país. Clara Alexandrina, antes de vir para Dourados, já havia estado no Paraná “cortando cana [...], derriçando café. Aí quando nós voltamo pro norte tava abrindo estas terras aqui [CAND] que o povo tava falando, foi o tempo que tava abrindo Brasília”. O senhor Antonio Lima, nordestino, e a senhora Maria Braga, mineira, afirmaram que, antes de chegarem a Mato Grosso, já haviam trabalhado em fazendas do interior do Estado de São Paulo.

Segundo a historiografia e também diante do que as fontes apresentam, a maioria dos colonos eram oriundos da região Nordeste do país. As fontes documentais mostram que quase todos os Estados tiveram seus representantes na CAND. Dona Maria Braga conta que o povo “era mais nortista!”. Sobre seus vizinhos de lote, informa que “O seu Antonio que era nortista, né? Ele era pernambucano, do outro lado o homem era sergipano, tanto ele como a mulher. [...] Eu e o véio [marido] era uma coisa só [mineiros]”. Manoel Rocha também afirma que “Era muita gente! Todo mundo vinha do Norte, de Minas, de São Paulo mesmo. Vinha por causa da terra, vinha pra pegá a terra... Todo mundo vinha interessado em isso aí”.

Mas as fontes também revelam que, além dos nordestinos, um número considerável de mato-grossenses receberam lotes, pelos menos oficialmente. O jornal *O Progresso*³³ publicou no dia 27 de maio de 1951 o Edital n.º.1 de convocação para 300 (trezentos) colonos comparecerem à Administração para receber o protocolo do lote. Na análise dos dados, uma surpresa: grande parte dos convocados residia em Mato Grosso, somando um total de 57,32%, dentre os quais 47,66% já eram residentes em

33 Museu Histórico de Dourados - MS.

Dourados e 13% já moravam nas terras da própria CAND. Isso é um fato relevante, pois na historiografia quase não há menção sobre a presença de mato-grossenses que se tornaram colonos. Todavia é quase insignificante no edital o registro de requerimento de colonos residentes na região Nordeste. Uma explicação seria que os colonos residentes na CAND mencionados acima seriam os nordestinos que, depois de migrarem para a região, ficavam, mesmo que de forma irregular, dentro da área da Colônia, esperando a entrega dos lotes. É o que esclarece Oliveira: “[...] muitos deles não tinham para onde ir. Enquanto aguardavam a demarcação dos lotes, acomodavam-se na casa de parentes e amigos, mas não desistiam de receber o torrão tão sonhado” (1999, p. 195). Já 22,66% moravam no Estado de São Paulo, em municípios como Andradina, Valparaíso, Penápolis, Votuporanga, Martinópolis, Tupi, Tupã e outros.

O percurso até a chegada na CAND era extenso. Vários foram os meios de transporte utilizados pelos colonos; alguns usaram caminhão, trem, avião ou até a saudosa jardineira. Devido à precariedade das estradas e à distância, grande parte dos colonos fez o caminho do trem. Quem veio da região Nordeste utilizou o caminhão conhecido como pau-de-arara para sair do município em que residia até a cidade de São Paulo. Em terras paulistas tinha início a segunda etapa, a viagem de trem, com os trilhos da Ferrovia Noroeste do Brasil trazendo as famílias até a estação de Itaum. De Itaum até Dourados são 60 quilômetros; esse trecho era feito pelas jardineiras, como conta seu Martim: “De Itaum nós pegamos uma jardineira que chama Do Guilherme, que era mista”. Manoel Rocha, que veio de Macaúbas, Estado da Bahia, também usou o mesmo meio de transporte: “Nós viemos de trem até Itaum, viemos de trem, e chegamos aí, tinha uma jardineira mista naquela época. Não tinha carro... Era difícil naquela época, que fazia corrida pra Dourados”. Martim de Carvalho foi o único a mencionar a gratuidade da passagem de trem de São Paulo até Itaum, “Nós vivia em Alagoas, e de lá eles [família] vieram direto pra cá, porque o governo federal liberou gratuitamente a passagem de vinda”. Na pesquisa não foi encontrada qualquer outra informação sobre a concessão

de passagem feita pelo governo federal. Porém, talvez seja um indício que possa explicar como tantas famílias numerosas conseguiram chegar até a Colônia.

Clara Alexandrina conta como foi sua viagem: “o caminhão veio cheio lá do Norte, mas lá em São Paulo separaram, mas quando a gente pegô o trem, nós pegô na Imigração até Itaum”. No trem que vinha para Mato Grosso, ela e seus vizinhos não eram os únicos, “Se juntemo uma turma que vinha do Ceará, nessa turma do Ceará veio 12 homens, [...] ficaram conhecido porque eles vinha do Ceará e nós do Pernambuco”. Outros entrevistados, como Martim de Carvalho, Antônio Lima e Adalberto Vieira, também relatam o mesmo caminho percorrido.

Ao mesmo tempo em que houve as viagens penosas nos caminhões, no outro extremo, colonos chegaram de avião. Em um ofício de 1951, o administrador da Colônia agradece ao Comandante da Base Aérea em Campo Grande pela recepção aos colonos que vieram de avião do Rio Grande do Sul³⁴. Uma possível explicação para a atenção “diferenciada” dada pelo administrador, Lloyd Ubatuba, talvez seja o fato de ser também gaúcho e, com suas influências políticas, poderia facilitar a vinda de seus conterrâneos e conhecidos.

Havia também na CAND a presença de estrangeiros, que era permitida pela legislação: “Estrangeiros, só os de conhecimentos agrícolas qualificados” (LENHARO 1986a, p. 52). Apesar de ser grande o número de brasileiros, é importante saber que a Colônia também recebeu estrangeiros, segundo consta no Livro de Registros, no qual 200 (duzentas) famílias de colonos estão cadastradas. Entre os duzentos registros está o dos casais Hirachi Murakami e Tamiko Fukuda, ambos nascidos no Japão (Registro nº. 65); Eduardo Thomas Charles Caim, argentino, e Joyce Evelyn Caim, inglesa (Registro nº. 82); Franz Trefzer e Rosa Crispim, da Alemanha (Registro nº. 96)³⁵.

34 Ofício nº. 211, de 1/10/1951. APE - MS.

35 Livro de Registros. CDR/Coleção CAND, UFGD.

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

Entre os estrangeiros, destaca-se a organização dos japoneses, que formaram duas colônias dentro da CAND: a Matsubara, que foi formada próximo à Vila Brasil, hoje Fátima do Sul, com “64 famílias, perfazendo mais ou menos 350 pessoas”; e a Kyoei, mais precisamente localizada na Linha do Barreirão, hoje estrada que liga Fátima do Sul a Dourados, “que se deu com a chegada de quatro famílias em 1953”. Mais tarde, em 1954 e 1955, chegaram mais famílias (INAGAKI, 2002, p. 102). A presença dos japoneses foi relatada por alguns entrevistados, porém todos desconhecem a forma como os japoneses conseguiram formar outra Colônia dentro da CAND. A Colônia Matsubara foi mencionada por Manoel Rocha: “Japonês era na 3ª [linha], lá era uma Colônia aberta só de japonês. Porque japonês chegou aqui em 52. E era só ele que abria a terceira linha, japonês só na terceira”. Manoel afirma que os japoneses empregaram muitos colonos na abertura dos lotes:

[...] meu pai trabalhô pra eles naquela época, trabalhava pra si mantê, pra podê abri o lote. Era prantá alho, café, e esse aí. Eles pegava meu pai e muitos pra trabalhá pra eles. Porque tinha um dinheirinho do Japão, naquela época foi eles. Era uma Colônia de japonês.

Clara Alexandrina, que tinha um hotel e bar perto do rio Dourados, na 2ª zona, vindo posteriormente a ser chamada de Vila Brasil, contou que “Quando passô os tempos veio japonês do Japão, veio bastante, eles vieram da imigração. Eles nem sabia conversá com a gente. [...] minha irmã tinha treze anos e ficava no balcão pra vendê as coisas pra eles. Ela escrevia o nome de tal coisa, aí ele procurava o nome [dicionário]”. Devo destacar que no mesmo ano de 1953, data da chegada dos primeiros japoneses na Linha do Barreirão, o jornal *O Progresso* publicou uma matéria sobre “insistentes notícias” de que estavam ocorrendo conflitos entre colonos japoneses e brasileiros, “[...] o administrador da Colônia Federal havia dado ordens para que fosse desocupada uma grande área daquela Colônia, já totalmente tomada por numerosas famílias de colonos brasileiros, para

que ali se instalassem colonos japoneses”³⁶. No mesmo ano os lotes dos colonos japoneses constavam entre as prioridades na aplicação das verbas federais, “demarcação de 62 lotes rurais de 30 hectares cada um, para os imigrantes japoneses, encaminhados por essa Diretoria à CAND”³⁷.

Sebastião Ducatti, dono de uma pequena farmácia na 2ª zona (Vila Brasil) relatou um conflito, “única disputa que teve por terra, inclusive, acho que não morreu nenhuma pessoa por causa disso aí, foi por causa do japonês”. Segundo o entrevistado “[...] os colonos se levantô e foi pra Dourados, foram armados de foice e de espingarda, e quando chegaram lá em Dourados a polícia colocou todo mundo para corrê de a pé”. Sebastião Ducatti não soube explicar qual colônia japonesa seria: a da 3ª linha ou a da Linha do Barreirão. Já Manoel Rocha, quando questionado sobre possíveis conflitos entre os colonos brasileiros e japoneses da 3ª linha, disse que não se lembrava. A convivência entre diferentes grupos tão distintos entre si não foi pacífica, ainda mais porque se tratava de uma situação de “convivência marcada pela pluralidade cultural e social e pelo estabelecimento de um espaço inteiramente novo na relação com o outro [...]” (MARTINS, 1997, p. 30).

2.1. O que era preciso para tornar-se colono: exigências legais

Além da distribuição da terra que impulsionava os migrantes lavradores, havia outras condições também atraentes, como “trabalho a salário” ou empreitada em obras ou serviços da colônia, pelo menos durante o primeiro ano; como assistência médica e farmacêutica e serviços de enfermagem [...]”. (LENHARO, 1986a, p. 52). Atrativos à parte, existiam algumas condições de caráter seletivo para tornar-se um colono e receber um pedaço de terra. Segundo a legislação do Decreto 3.049 seriam aptos

36 O Progresso, 14 de junho de 1953. Museu Histórico de Dourados - MS.

37 Ofício 150, de 26/08/1953. De Clodomiro Albuquerque ao Diretor do DTC. APE - MS.

“[...] os cidadãos brasileiros acima de 18 anos ‘que não forem proprietários rurais e reconhecidamente pobres’”; funcionários públicos estavam proibidos de adquirir lotes.

Tais aptidões precisavam ser comprovadas, ou melhor, deviam ser perpassadas por exigências legais; para isso, havia todo um caminho burocrático a ser percorrido. Para receber legalmente a terra, era necessário que o colono providenciasse uma série de documentos, resultando em um processo: atestado de conduta, atestado de vacina, atestado de saúde, declaração de experiência no campo, certidões de casamento e de nascimento dos filhos.

As fontes orais apontam que os colonos, ao chegarem, faziam o pedido do lote na sede da administração e recebiam o protocolo do lote, uma espécie de primeiro pedido averbado pelo administrador. Porém, os entrevistados não mencionam o recebimento do título provisório, somente do protocolo do lote, um pequeno documento onde constava o nome do titular, o número da quadra e do lote. O título definitivo foi dado muito tempo depois, cerca de dez anos. Quando perguntei aos entrevistados sobre as exigências para receber o lote, eles afirmaram que houve a entrega de “papéis”, documentos. Mas não mencionaram, por exemplo, a triagem sanitária pela qual deveriam ter passado, conforme exigia a legislação. Isso é uma evidência de que nem todos os colonos tiveram o mesmo tratamento ao chegar na CAND; para alguns houve exigências como mandava a lei; aparentemente, para uma grande maioria, foi solicitado somente o mínimo de documentos.

Alguns processos pesquisados atestam as exigências legais solicitadas pela Administração, como o processo do colono Argentino Matos, de 22 de março de 1953, que contém os seguintes itens: 1- Declaração de não ter propriedade, 2- Declaração de requerimento, 3- Certidão de nascimento e casamento, 4- Atestado médico expedido pela CAND com o seguinte laudo: “acha-se em estado de aparente integridade física e mental, não sofre de doença contagiosa ou repugnante e foi nesta data examina-

do não havendo, portanto, nada que o impossibilite de habilitar-se como colono”³⁸.

Outro processo analisado contém mais documentos, o que indica que grande parte dos processos que fazem parte do acervo do Arquivo Público Estadual – MS estão incompletos. No processo de José dos Santos Zerial consta que o colono residia em São Paulo, casado, pai de sete filhos. Vários documentos fazem parte do processo como: 1- pedido de solicitação do lote, 2- atestado de antecedentes criminais com data de 23/03/1951, 3- atestado de saúde, 4-título provisório do lote nº 2, quadra nº. 49 do Distrito de Panamby datado em 05/04/1954, 5- mapa de localização do lote, 6- ficha com foto, 7- discriminatória da medição, 8 – folha referente ao título definitivo. Observo que o período entre o atestado de antecedentes criminais e o do título provisório é um indício do tempo de espera para que o colono tivesse a garantia parcial do lote. É importante salientar que os processos citados podem não estar integralmente preservados, mas já são válidos para investigar como se dava a entrega dos títulos provisórios aos colonos³⁹.

Os atestados de conduta pesquisados foram, em sua maioria, expedidos pela delegacia de polícia do município de Dourados, porém constavam atestados retirados em outros Estados, o que indica que alguns colonos já vinham com parte da documentação exigida. O atestado de conduta tinha como objetivo constatar se não havia nenhuma pendência jurídica ou criminal contra o colono pretendente. Ter boa saúde era outro ponto primordial, por isso era exigido do colono o atestado de vacina, sobretudo de doenças como a varíola.

Na sequência estavam os atestados de saúde que comprovavam a realização de um exame clínico detalhado para constatar a aptidão física do colono para o trabalho na lavoura. “Todo colono, para ser admitido,

38 Processo de Argentino de Matos. Nº 2654. Caixa 16. APE - MS.

39 Processo de José de Santos Zerial. Caixa 16. APE - MS.

submeter-se-ia a um exame prévio, repetido periodicamente, e registrado na sua caderneta de saúde” (LENHARO, 1986a, p. 53). Nos trinta e cinco atestados de saúde pesquisados, expedidos entre os anos 1950 e 1956, constam nos diagnósticos clínicos observações quanto a possíveis defeitos físicos ou mentais, fatores que, se apresentados, poderiam comprometer o futuro colono. Lenharo esclarece o empenho do governo na questão sanitária “A disciplina médico-sanitária também foi regulamentada [...]. Uma sub-seção, ‘saúde’, atenderia a profilaxia geral das doenças transmissíveis [...]” (idem).

Além das condições sanitárias, o colono teria que apresentar aptidão para o trabalho na lavoura, ainda mais porque se tratava de uma colônia agrícola. Para tal comprovação, havia um termo de declaração datilografado pela própria administração da CAND, em que o colono afirmava sua experiência no campo e assinava.

Outra preocupação por parte da administração era saber se o colono pretendente já possuía alguma propriedade rural, o que era justo visto que a CAND constituía um projeto a fim de promover a colonização. Novamente, a própria administração expedia uma declaração que se tornava autêntica com a assinatura do colono. Em algumas situações, bastava o colono declarar verbalmente e a documentação era elaborada. Sendo assim, parece não existir apresentação de nenhum comprovante legal uma vez que tais informações poderiam não corresponder à verdade, indício de que o processo para obter lotes não era tão criterioso.

Chama a atenção o fato de que a maioria dos atestados de vacina e de saúde investigados era de homens, quase não havendo referência a mulheres e crianças. A justificativa para o número expressivo de pretendentes do sexo masculino está relacionada com o fato de que o homem, chefe de família, era o primeiro a vir conhecer a região. Depois, certificado da garantia de sobrevivência e do acesso à terra, traria a família ou começaria a busca por uma esposa. Uma das explicações para isso eram as viagens demoradas e longas que dificultavam e encareciam o movimento de migração dos colonos oriundos de regiões distantes do país.

No entanto, constatee a existência de atestados de vacina e de saúde de colonos acompanhados da esposa e dos filhos, o que revela que muitas famílias migraram completas para a CAND, porém em número menor quando comparado com os atestados pesquisados nos quais predominava o sexo masculino. Também eram exigidas certidões de nascimento dos filhos e certidão de casamento; alguns remanescentes de ex-colonos disseram que muitos colonos foram obrigados a casar formalmente para juntar a certidão de casamento no processo de requerimento de lotes.

As fontes orais indicam que muitos homens solteiros vinham conhecer a região e até mesmo garantir o lote. “Os homens vinham pra vê, depois iam buscá a família daquele lugá, daquela terra que moravam, enchiam o pau de arara e vinham bastante gente”, disse Clara Alexandrina. Depois de conhecer a região, voltavam para o Nordeste na busca da família, ou, no caso dos solteiros, em busca das esposas. José Anízio explica que “os casamentos, naquele tempo saía muito casamento. Casava! Casava pra chuchul! E sempre o cara solteiro que tirava lote tinha que casá, tirava lote quem era casado, solteiro não tirava lote não”. Adalberto Vieira também explica que seus pais tiveram que casar quando chegaram à Colônia, “muitos colonos tiveram que casá. Meu pai já morava junto, era casado! Casou pra recebe o lote”. Tanto que o sobrenome do pai de Adalberto foi alterado após o casamento: antes de chegar à Colônia seu nome era Antonio Braz da Rocha e depois do casamento passou a ser Antonio Viera Brás. Martim de Carvalho confirma que casar era necessário para garantir o protocolo do lote:

E aqui não tinha moça na época. As mocinhas eram... Então eles tinham que corrê lá no Nordeste pra si casá e voltá, e protocolá com o nome do casal. Então muitos solteiros tiravam [lote], mas pra ficá com o lote tinha que corrê pra casá. Ou arrumava uma mocinha daí e casava, e ficava com o sítio. Mas solteiro não podia.

Entretanto, entre o passo inicial de requerer o lote até a finalização das formalidades burocráticas, havia um tempo demasiadamente longo

para quem esperava obter sua pequena propriedade. Uma dimensão da espera pela terra foi a publicação, a pedido da CAND, no jornal *O Progresso* no ano de 1951, de dois editais em que 600 colonos que já haviam requerido lote eram chamados para “preencher as formalidades exigidas pelo Decreto 3.059”, para que os colonos tomassem definitivamente posse dos lotes já requeridos⁴⁰. Esses editais, porém, convocaram colonos que haviam feito requerimentos entre os anos de 1945 e 1951. Do requerimento à entrega do protocolo, que era uma garantia parcial da posse do lote, existia uma lacuna significativa de tempo que não pode ser relacionada somente com a burocracia imanente de um órgão estatal, mas também com os entraves administrativos e de infraestrutura precária para assistir os colonos.

2.2 A conquista da terra

Devido à morosidade na entrega de lotes e mesmo à falta de rigor da Administração da CAND, foi comum o fato de colonos viverem em terras da Colônia sem ter um lote demarcado oficialmente. A maioria das famílias chegava primeiramente na sede da Cooperativa da Colônia, atual Vila São Pedro⁴¹, onde era feito o pedido formal do lote à Administração. Ponciano explica que “As famílias que iam chegando eram orientadas a estabelecer-se provisoriamente em terrenos da administração da Colônia, no local onde atualmente se situa Vila São Pedro, em condições bastante precárias” (2002, p. 141). Segundo Martim de Carvalho, “você ia lá na administração que ficava na Cooperativa e protocolava. Você dava o documento que você tinha e ele fazia um cadastro seu”. A família de Martim, como a de outros colonos, não recebeu a terra logo que chegou; moraram de favor por um tempo na propriedade de outras pessoas. E para conseguir ganhar o sustento, os colonos recém-chegados trabalhavam para a

40 Jornal *O Progresso*. Museu Histórico de Dourados - MS.

41 Distrito que pertence ao município de Dourados.

Administração na abertura de estradas e de lotes como diaristas. Sobre a chegada no SMT, Martim de Carvalho esclarece:

Eles [família] tinham chegado imediatamente e não tinha onde ficá. Então deixaram a família na terra do véio Zuino [...]. Eles trabalhavam por dia lá, deixaram uma coisinha pra família, como feijão, arroz. Não, era só feijão e farinha. A gente comia o que Deus plantava. O que dava na natureza. Aí minha mãe descascava milho, com os vizinhos pra ganhá alguma coisinha pra fazê um café, alguma coisinha pra nós.

Inicialmente a família chegou e ficou na região do Panamby; depois da ocupação que ocorreu na 2ª zona, o lote lhes foi concedido. Era comum, inclusive, o fato de colonos trabalharem para outros colonos que tinham algum recurso próprio para o pagamento de diárias.

José Anízio conta que sua família recebeu o lote na 1ª zona assim que chegaram, mas, até derrubar a mata para ocupar o lote, foi preciso morar na casa de um tio “[...] que tinha um sítio lá na Colônia. Nós ficamos um ano lá. Meu tio que tinha um sítio lá em Indápolis, na terra da Colônia”. Conta José Anízio que, mais tarde, quando já moravam no lote e plantavam, também deram abrigo a outros colonos “[...] ficaram tudo lá no nosso sítio. É que a pessoa quando vinha marcá ficava acampada no sítio um ano, dois ano até marcá o lote”. Oliveira também esclarece essa situação:

A chegada de colonos em grande número causou muitos problemas na colônia, bem como para os migrantes que chegavam, pois muitos deles não tinham para onde ir. Enquanto aguardavam a demarcação dos lotes, acomodavam-se na casa de parentes e amigos, mas não desistiam de receber o torrão tão sonhado (1999, p. 195).

Se alguns ficaram na expectativa de receber o lote morando com parentes, outros ficaram morando dentro dos limites da Colônia, sem um lote demarcado, na condição de colonos irregulares. Para sobreviver era necessário produzir. A carta de autoria do colono Caim, encaminhada ao

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

administrador em 8 de novembro de 1954, demonstra a situação de penúria que perdurava durante a espera da terra:

Fazem já três anos que me acho aqui na colônia, e ainda me acho fora do lote, morando no rancho que o snr. visitou [...] eu não me rebacharia a pedir esmola, mas acontece que devido a seca, e chuva fora de tempo, ainda não consegui vender produção alguma, a não ser 8 arrobas de algodão. Isto em três anos⁴².

A situação de colonos considerados irregulares, em condições provisórias, pode ser tida como fato conhecido e, de certa forma, outorgado pelo poder dos administradores. Isso pode ser afirmado por meio de outra fonte documental. Um ofício de 1954 diz respeito ao caso do colono Caim, mencionado acima. O administrador Jorge Aguirre, em resposta ao desejo de uma família baiana de viver na Colônia, respondeu:

Não encontrando-se ainda divididos os lotes a serem distribuídos os interessados poderão localizar-se e trabalhar em roças provisórias, construindo por conta própria a sua habitação (grifo nosso). Para orientação dos interessados informo-vos que atualmente há dificuldade de acomodações em Dourados, tanto em pensões como hotéis⁴³.

A carta do administrador pode ser interpretada como um reconhecimento de que os colonos moravam de “modo provisório”, sem terra ou mesmo sem casa, alegando certo respaldo “legal”. Sabe-se que o volume de colonos cresceu muito a partir do ano de 1950 e, mesmo admitindo o fato de que a chegada em massa dos colonos fugiu ao controle da Administração, houve também uma parcela de responsabilidade dos administradores. Porém, em outra correspondência, o referido administrador teve uma atitude mais coerente com a realidade da Colônia ao responder o pedido de informações a outro interessado: “A CAN de Dourados, no

42 Carta manuscrita do colono Caim encaminhada a Elpideo Moreira. APE - MS. Parece tratar-se do mesmo colono do Livro de Registro já mencionado.

43 Ofício 37, de 16/11/1954. Caixa 23. APE - MS.

momento, não está em condições de receber colonos. No modelo anexo, encontrareis o endereço das Colônias que atualmente podem receber candidatos a lotes”⁴⁴.

Como o processo de implantação da Colônia foi se estendendo, consequentemente as formas de obter o lote também foram mudando. Em 1953, o administrador escreveu sobre a chegada maciça de colonos e a necessidade da demarcação de “450 lotes para os imigrantes nordestinos, que aqui chegam em ‘levas’ diárias, já montando em 5.000 famílias”⁴⁵. Mesmo no impasse diante de não ter o lote demarcado, os colonos praticavam a agricultura para sobrevivência.

Diante disso, nem todos os colonos vivenciaram a experiência de receber o lote por meio das formalidades exigidas pela Administração. Maria Braga chegou e foi direto para o lote. Não foi preciso fazer pedido e esperar protocolo junto à Administração. Qual a explicação da tamanha facilidade? Simples: o lote foi “comprado” de outro colono. Maria Braga fala com detalhes sobre o negócio que resultou na compra do seu lote, que ficava perto de Indápolis, na Linha do Guassu. Não foi só dinheiro a moeda utilizada:

[...] sei que nós trouxe o dinheiro de lá [Araçatuba], e o dinheiro não deu. *Nóis* ainda deu banha [de porco], o marido tinha deixado arroz, 25 sacas pra deixá pra comê. Nós vendeu mais 15 sacos de arroz pro homem. Vendeu lata de banha, o véio [marido] vendeu uma espingarda. Eu sei que nós catamo tanta coisa que o homem via, e falava que comprava. E nós ainda deu um pouco de dinheiro e um relógio.

A venda de benfeitorias e até mesmo de lotes constituía uma prática comum, da qual se beneficiaram colonos descontentes com a Colônia e colonos que não conseguiram terras da administração. A ex-colona Maria

44 Correspondência de 20/06/1952 de Jorge Aguirre a Miguel Antonio Gomes. Caixa 16. APE - MS.

45 Ofício 150, 26 de agosto de 1953. APE - MS.

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

Braga, que obteve seu lote por meio da compra, não foi um caso isolado. Quando perguntei a ela se outros colonos também fizeram esse mesmo tipo de negócio, respondeu:

Teve muitos! Muitos, que não dá nem pra falá quanto que era! E não teve nada. E nós tava lá meio amoitado, meio com medo. Mais depois eles chamaram quem tava dentro do sítio, que ia ser dono, que era pra ir lá pra passá no nome. E o véio foi e o lote ficô sendo nosso mesmo.

Abreu (2001) afirma essa atuação dos colonos, “Estudos revelam que muitos dos primeiros colonos que para lá se dirigiram, logo após a titulação definitiva, venderam ou fizeram permuta de seus lotes e seguiram para novas frentes de colonização ao norte” (p. 58).

Na verdade, a compra e venda de lotes da CAND era ilegal. Todos os ex-colonos entrevistados relataram ser cientes da ilegalidade da ação. Mas a “venda de benfeitorias” era uma ação corriqueira dentro da Colônia, que consistia na venda da propriedade sem nenhum tipo de documentação. Pagava-se supostamente pelo que estava construído, não pela terra em si. Santos também menciona essa situação: “Os trabalhadores que se dirigiam à CAND nas décadas de cinquenta e sessenta já não encontravam mais a terra gratuita, tinham que comprar os direitos de outros que lá estavam. Além disso, não existia uma documentação oficial dessas terras” (2003, p. 33).

Comprar um lote não era difícil. Adalberto Viera, que morou na 2ª zona, afirma que: “Por um porco, ou boi, o colono vendia seu lote. Era fácil comprá terra aquela época”. Seu Martim de Carvalho reproduz a mesma situação no seu depoimento, além de fazer uma comparação com a atuação do INCRA hoje. “Você chega lá com dois mil reais e você pega um sítio. Ele mesmo vende, ele não é honesto, ele fala que não pode, mas não aguenta vê dinheiro. Então naquele tempo você dava uma marcação por uma espingarda velha, um frango, um porco, uma coisa aí”⁴⁶.

46 O termo “marcação” é um termo usado pelos entrevistados que equivale a lote.

Maria Braga e seu esposo, Antônio Batista, compraram o lote de um conhecido da família e viveram com receio por conta do negócio até a regularização nas terras da Colônia:

nóis falava que nóis tava morando lá, mais nóis não falava que nóis era dono. Porque era tudo no nome do cara. Ai nóis moramo dois anos, aí veio uma lei que quem tava dentro do lote, do sítio, que era pra i lá na Colônia que eles ia passá o lote pro nome. Aí o marido correu lá eles passaram pro nome dele. Mas era nada! A gente já tinha pagado o homem.

Em 1953, a carta do colono Antônio Justiniano, protocolada no Ministério da Agricultura, denuncia outro cenário complexo em que estavam inseridos os colonos. Escreveu Antonio: “me acho com 8 meses morando na área desta colônia. Sendo explorado por outros colonos. E ainda não pude obter um lote para mim”. A espera parecia ser imensa, pois “tem muitas terras mais, mas não tem engenheiros para lotear”. Finalizou sua carta sobre a condição dos colonos “que os coitados brasileiros se acham nos meios das matas como bichos, invadindo as matas e havendo brigas entre o povo por não haver divisas nestas terras”⁴⁷.

A situação de colonos sem terra está também diretamente relacionada com a morosidade da entrega dos lotes e com a intensa chegada de colonos. Segundo Oliveira, “[...] a propaganda estatal intensa acerca da distribuição de terras gratuitamente continuava, o que resultou foi a vinda de um numeroso contingente de colonos [...]” (1999, p. 193). Mas, como já foi dito anteriormente, foi a propaganda entre os próprios colonos que colaborou com a divulgação da Colônia.

47 Carta manuscrita. APE - MS.

2.2.1. A ocupação da 2ª zona da Colônia: o surgimento de Vila Brasil.

A burocracia e a ausência de planejamento estatal foram as causas do processo lento e penoso da instalação dos colonos, que resultou em conflitos e invasões. A entrega dos lotes foi um difícil problema para a Colônia, principalmente porque os colonos, ao chegarem, deparavam-se com situação inusitada, pois grande parte da área da Colônia não tinha sido loteada. O primeiro administrador da Colônia, Jorge Coutinho Aguirre, escreveu sobre as dificuldades encontradas na instalação da CAND, “os trabalhos de construção da estrada principal, bem como de seus caminhos vicinais, vinculados ao loteamento para distribuição de terra com áreas de 30 hectares para cada família, foram extremamente difíceis e penosos para a Administração da Colônia [...]” (*apud* GRESSLER e SWESSION, 1988, p. 85).

A demora na demarcação gerou por parte dos colonos a iniciativa de “colonizar” por conta própria. Se a 1ª zona compreendia uma área territorial menor de 68.000 hectares, com a chegada em massa de colonos, as terras cultiváveis a serem demarcadas se tornaram escassas. Segundo Martin de Carvalho, a Administração “[...] queriam que preenchesse a 1ª zona, né? Mais como tinha restando aquele lugar de varjões, de terras fracas. O pessoal sondaram por lado de cá [do rio Dourados] tinha bastante terra fértil”. É o que afirma Oliveira:

[...] quando a primeira área já havia sido loteada e distribuída, foram-se acomodando numa área próxima, na espera da terra prometida. Tendo em vista a demora na demarcação, eles tomaram a iniciativa de ir abrindo picadas, demarcando, abrindo roças e iniciando a plantação (1999, p. 197).

Parece que a divisão das terras em duas zonas não possibilitou o crescimento da Colônia de maneira uniforme; ao invés disso, o desenvolvimento foi desigual e precário. No ofício de 13 de agosto de 1954, o administrador da CAND, Clodomiro Alburquerque, escreveu ao presidente do INIC que “a primeira zona constitui os 27% da área total de

CAND e já atingiu uma fase de pleno desenvolvimento”.⁴⁸ Sobre a situação da segunda zona, o administrador esclarece a necessidade de trabalho intenso “concentraremos então os nossos recursos na segunda zona, que representa os 75% de toda a área da Colônia e tem seu desenvolvimento retardado, até mesmo no que diz respeito ao loteamento, ponto básico dos nossos planos de trabalho”.⁴⁹

Quanto aos projetos da Administração para a abertura da 2ª zona, as fontes documentais em nada contribuíram com mais informações. O Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora de Fátima também registrou que “O local onde está formada hoje Vila Brasil era uma reserva da Colônia, feita pelo Administrador Dr. Elpideo”.⁵⁰ O projeto de colonização poderia não estar previsto, mas ocorreu de fato. As versões sobre o povoamento da 2ª zona têm em comum o fato de o rio Dourados ser uma fronteira que dividia a 1ª e a 2ª zonas, a ser atravessado pelos colonos. Outro ponto relevante é que a atitude dos colonos em permanecer no local foi de desobediência, visto que era proibido atravessar para a outra margem do rio sem a permissão da Administração.

Sobre o acontecimento da ocupação da 2ª zona, fiquei surpresa ao perceber que as versões não coincidem, até mesmo quanto aos períodos e o número de colonos responsáveis por tal feito. É certo que as versões têm em comum o fato de o colono ser o ator principal, que atuou em benefício próprio, contrariando os projetos da Administração. Um dos entrevistados, Martim de Carvalho, conta em detalhes que seu pai, João Viana, fez parte de um grupo que morava ainda acampado na 1ª zona em propriedade de terceiros, sem receber o lote, que se organizaram para procurar terras e ocupá-las:

48 APE - MS.

49 Idem.

50 Livro Tombo. Paróquia Nossa Senhora de Fátima. Igreja Matriz. Fátima do Sul - MS.

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

O pessoal sondaram por lado de cá [2ª zona] tinha bastante terra fértil. E quando foi o dia **19 de março de 1953**, na casa do Seu Juino, se juntaram, um total de 40 homens, do qual meu pai fez parte. Quando foi dia 16 foi a reunião. Dia 19 eles saíram de lá. Dia 19 saíram esses 43 homens a pé, e quando chegaram a noite na beira do rio Dourados (grifo nosso) [...].

A versão contada por Martim de Carvalho indica que seu pai teria feito parte do primeiro grupo a chegar na margem esquerda do rio Dourados e, em seguida, também teriam atravessado para a margem direita do rio. Como o ponto de partida foi o Travessão do Guilherme⁵¹, até o rio Dourados não existiriam lotes ainda marcados ou mesmo outros indícios de ocupação. Esse teria sido, então, o primeiro grupo a chegar na região. Martim explica que:

[...] do Travessão do Guilherme ao rio Dourados era plena mata (grifo nosso). Ai meteram a foice e facão e quando foi as cinco horas da tarde... Que não chamava rio Dourados, chamava rio dos Carajás. Rio dos Carajás, esse nome, foi dado pela Companhia Erva Mate Laranjeira. Fizeram jangada, **meu pai era um bom nadador, ele foi o primeiro a passá, passô e foi ajudando os demais a atravessá na jangada** com um pouco de matéria que vinha, um pouco de comida, feijão e farinha (grifo nosso).

Na obra de Oliveira constam depoimentos de ex-colonos que teriam chegado na 2ª zona no final de 1953, o que atesta a versão contada por Martim de Carvalho. Segundo a historiografia, consta que primeiramente teria se formado um povoado na margem esquerda do rio Dourados, posteriormente esse povoado foi crescendo e então foi configurada a invasão da margem direita, ultrapassado o rio. Nas obras memorialistas estima-se que em 9 de julho de 1954 deu-se a ocupação do lado direito do rio, que ficou como data oficial de aniversário de Fátima do Sul. Adauto Nascimento relata a ocupação:

51 Localiza-se atualmente a divisa entre os municípios de Fátima do Sul e Dourados.

[...] foi então que **a 9 de julho de 1954, de três para quatro horas da manhã, quatrocentos e cinquenta homens aproximadamente**, resolveram, contra a vontade da administração do núcleo colonial, invadir a margem direita do Rio Dourados [...] (grifo nosso) (1983, p.9).

A autora Cláudia Capilé escreveu a mesma versão, “Até que na madrugada do dia 09 de julho de 1954, 450 homens rompem a barreira que os separa e se aloja onde hoje se situa o centro de Fátima do Sul [...]” (p. 15). Ponciano escreveu que a invasão da 2ª zona foi um processo no contexto da ocupação da região. Afirmo o autor que “Os migrantes foram se deslocando para sudeste, terminando por concentrar-se junto à margem esquerda do rio Dourados, no referido Porto Ubatuba, na expectativa de que fosse iniciada a abertura e demarcação da 2ª zona da Colônia [...]” (2002, p. 142). O autor não menciona a suposta invasão planejada pelos colonos.

Foi formado um povoado na margem esquerda do rio; à revelia da Administração, o povoado foi ganhando características urbanas. Ponciano escreveu “O povoado formou-se com pequenos ranchos de pau a pique, cobertos de sapé, com famílias oriundas de várias regiões do Brasil e principalmente do Nordeste, na busca de seu sonho - a terra” (2002, p. 143). O Livro Tombo tem registrado que, em 8 de novembro de 1953, o Frei Frederico Mies, na celebração da primeira missa com a participação de 500 (quinhentas) pessoas, vendo que ali se encontravam pessoas de várias regiões do Brasil, sugeriu o nome de Vila Brasil. Enquanto o povoado ia se formando, muitos colonos já estavam no outro lado do rio, marcando seus lotes. Entretanto, ao que parece, as famílias permaneciam junto ao Porto Ubatuba, enquanto os homens atravessavam o rio para demarcar suas terras na 2ª zona.

O povoado tinha um obstáculo: o rio Dourados. Como os colonos já estavam na margem direita marcando os lotes e as famílias ficaram na margem esquerda, o povoado cresceu e foi preciso ultrapassar o rio.

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

Como solução foi construída uma balsa para transportar pessoas, animais e alimentos. Essa balsa até hoje é um elemento significativo na memória dos moradores, pois uma vez naufragou e algumas vidas se perderam. Posteriormente foi construída a ponte de madeira sobre o rio Dourados. Em 16 de junho de 1965, Vila Brasil foi elevada a município e passou a chamar-se Fátima do Sul.

Há diferenças quanto a algumas informações sobre a invasão dos colonos na 2ª zona e também a respeito das intenções ou projetos da Administração para aquela porção de território da CAND. É certo, no entanto, que o colono foi o agente responsável pela ocupação de parte das terras da Colônia, sobretudo sem a “permissão” oficial da Administração. Afinal, é relevante saber que a ocupação ou invasão partiu da iniciativa dos colonos, porém, se esse cenário se perpetuou, é porque houve um consentimento silencioso por parte dos responsáveis da CAND, que concederam a permanência dos colonos mesmo à revelia do planejamento oficial. Quando perguntei a Martim de Carvalho qual a atitude da Administração diante da invasão, ele respondeu “O que vai fazer? O povo invadiu! Quando passô esses 43, e aí foi gente pro lado de cá. Aí ninguém segurava. Aí invadiu, era gente em cima do outro, todo dia chegava gente de trem”.

2.2.2. A venda de datas e lotes na 2ª zona

Como a invasão da 2ª zona foi liderada pelos colonos, conflitos ocorreram por conta da marcação dos lotes. Segundo Martim de Carvalho, depois de acampados por um período longo é que a Administração fez o loteamento oficial da região:

E após dois anos que a gente tava morando nas matas é que eles começaram a abri as linhas. Aí então eles foram dando o nome ao local, e com aquele protocolo você ficava no lote. Lá a gente pensava que o lote ia saí assim e o engenheiro cortou assim a linha, o lote sai assim. Então quem tinha lote assim pegô dois lotes de outros cabra lá. A gente pegô parte da água todinha, aí aquela encrenca danada por causa de água, [...] teve bastante encrenca sobre isso.

A “encrenca” relatada por Martim de Carvalho está diretamente relacionada com o fato de os colonos, por conta própria, sem auxílio técnico dos engenheiros da Colônia, terem definido as divisas das terras. Posteriormente, quando o engenheiro fosse demarcar as terras, já havia colonos morando no local.

As fontes documentais atestam que a entrega dos lotes feita pela Administração foi lenta. A atuação da Administração da Colônia abriu precedente para outro grave problema, o da venda ilegal de lotes e datas, gerenciada pelos próprios colonos⁵². A Lei nº. 2.935, de 31/05/1956, no artigo 1º estabelecia que “Os lotes de terras [...] bem como outros que sejam concedidos para a colonização, não poderão ser vendidos, hipotecados, arrendados, permutados ou alienados da qualquer modo, direta e indiretamente, antes de decorridos 10 (dez) anos de expedição do título definitivo”.

No mesmo período essa prática ocorreu de modo intenso, gerando vários conflitos em Vila Brasil. Em 1956, segundo documentos da CAND, foi presidida pelo Chefe da Seção de Colonização da própria Colônia uma Comissão de Inquérito composta por vários funcionários da CAND, e também por um delegado e um cabo da polícia. É necessário ressaltar que não há menção, no referido documento, sobre a presença do administrador nas investigações realizadas. Os documentos estavam endereçados ao administrador, porém não consta o seu nome.

A investigação tinha o objetivo de fazer a apuração *in loco* sobre a venda indiscriminada de lotes pelos colonos. Todas as declarações foram anexadas, somando ao todo 19 (dezenove) pessoas interrogadas, entre os quais se encontravam testemunhas e os colonos acusados.

A ilegalidade de certa forma era “legalizada” entre os colonos uma vez que não havia intervenção estatal, o que abriu precedente para que os próprios colonos fizessem e ditassem as leis de acordo com seus interesses e necessidades. Afirmo o Chefe da Seção de Colonização:

52 Os lotes repartidos em porções menores recebiam o nome de datas.

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

Segundo as declarações da maioria dos moradores da Vila Brasil, [...] cabe exclusivamente à Administração do Núcleo, que por desleixo, até esta data não procurou resolver o problema da localização dos colonos, permitindo que, por se verem abandonados, procuraram a solução por suas próprias mãos, cortando a seu bel-prazer lotes e “datas” [...]⁵³.

Segundo os depoimentos, a venda de datas era feita tanto por homens que se diziam lavradores como por aqueles que já desempenhavam alguma atividade de comércio em Vila Brasil. Consta que Enoque Ferreira, morador, declarou ter “vendido um lote com 1½ alqueire de derrubada [...], ou seja, vendeu terras que não lhe pertencia, visto ser do domínio da União. Comprou duas ‘datas’ e vendeu uma. Declarou que quase todos na Vila compram ou vendem ‘data’.”

Nos demais depoimentos predominam declarações de que os interrogados eram somente compradores e não vendedores de ‘datas’. Tendo sido acusado de ser um dos vendedores ilegais de datas, Jair Teixeira afirmou “não ter vendido nenhuma terra e sim comprado quatro [...]”. Já Antonio dos Santos, vulgo “Antonio Pernambucano”, agricultor, afirmou que existia até mesmo um mapa de venda de “datas” e, segundo sua declaração, “[...] alegou que nunca vendeu ‘datas’, e que só marcava as ‘datas’. Confessou mais tarde que vendia as ‘datas’ que ele mesmo marcava, que não era engenheiro, mas garantia os serviços que fazia”. Um comerciante e contador informou à Comissão de Inquérito que “[...] o maior comércio da vila são as vendas de datas, e como contador, foi procurado para passar recibos; e que passou diversos; [...] alega que passava porque tinha necessidade de ganhar dinheiro”⁵⁴.

A venda de lotes e datas não ocorreu somente em Vila Brasil, mas foi fato considerado corriqueiro, estendendo-se por toda a 2ª zona, como

53 Documento enviado ao Administrador do N.C.D., por Mauricio Rabelo Gonçalves - Chefe da Seção de Colonização - N.C.D., em 10/01/1956. APE - MS.

54 Declaração de Raul Jofre Debreix, em 10/01/1956. APE - MS.

indica uma correspondência escrita por Adelino da Silva, fiscal da Colônia, ao Chefe da Secção de Colonização, referente a uma reunião dos colonos sobre a demarcação de terras na região de Jateí:

Ao chegarmos constatamos enorme massa do povo que ouvia atentamente ao Sr. Oliveira; parecendo ser ele o Chefe. No decorrer de sua oração, concitou o povo a esperar que a Administração mandasse cortar o patrimônio até o dia 10, **caso não fossem satisfeitos em suas exigências, que eles mesmos resolveriam a demarcação da área e corte de lotes, por conta própria, continuando assim a invasão** (grifo nosso) (08/01/1956)⁵⁵.

Outra correspondência, de janeiro de 1956, parece ser uma reação da Administração contra a venda de datas na 2ª zona, pois autorizava “[...] os fiscais a tornar-se sem efeito a ocupação de ‘datas’ por colonos que possuem mais de uma, marcada nesta Vila, enviando o nome do possuidor ilegal e localização da ‘data’ à administração para as providências cabíveis”. Os que ousassem continuar vendendo terras compradas ilegalmente seriam “[...] punidos severamente, todos os que não obedecerem rigorosamente, à proibição acima mencionada”⁵⁶.

A Administração da Colônia era ciente da prática ilegal dos colonos de Vila Brasil. No entanto os depoentes moradores dessa localidade da Colônia afirmam que a venda de terras era comum. Como esclarece Clara Alexandrina “a quando todos, meus irmãos, todo mundo queria vir... E tinha gente que tinha marcação de lote lá. Porque tinha gente sabida que marcô dois, três lotes lá pra vender depois pros outros. E aí nós compre-mos aquelas marcação... Porque não podia, era só doze alqueire de terra”.

A especulação da terra foi intensa, pois os colonos marcavam vários lotes que eram vendidos para os colonos que chegaram quando o processo de implantação da CAND já tinha atingido um considerável avanço.

55 Correspondência s/n. APE - MS.

56 Idem.

Alguns traziam algum recurso financeiro, como é o caso da família de Clara Alexandrina, que “[...] trouxeram um dinheirinho, aí eles comprava. Aí eu comprava porque eu ficava trabalhando. E, eu comprei marcação, meu marido comprou marcação, comprou pro Galego casado com uma irmã minha, comprou outro meu irmão bem de vida lá no norte”. Afirma ainda que os colonos tinham o conhecimento de que era errado vender os lotes, mas todos faziam isso: “Não podia. Eles [Administração] não sabia porque tudo o povo guardava segredo. O povo, todo mundo queria vivê naquele tempo. Mas eles [colonos] vendia baratinho, por qualquer dinheiro e dava graças a Deus porque ia ficar no fim do mundo [...]”. Manoel Rocha também menciona conflitos por causas de terras na região “porque uns marcava, e outro já tinha marcado, sabe? Outro marcava o lote e ia embora, e não voltava mais, e o outro invadia”. O conflito envolvendo colonos foi caracterizado pela lei do mais forte. Como conta José Anízio, houve mortes por conta da disputa da terra, “acontece que tem muito cara que invade o terreno do outro e isso aí que dava morte. Tinha invasão, quando o cara era mais frouxo, o outro era mais forte invadia, o outro não tinha coragem de enfrentar... Invadia logo”.

Diante das evidências que as fontes documentais e orais apresentam, considero que a Administração da Colônia não atuou de forma severa, como mencionou a circular acima. Ao invés disso, foram os colonos que se organizaram, mesmo contrariando as decisões estatais. Pode-se mesmo supor que a Administração não se importou em coibir verdadeiramente a ação dos colonos.

2. 3. “Foi no machado, na enxada e na foice”: a vida na CAND

A partir da leitura das fontes observei que a implantação das obras de infra-estrutura da CAND, bem como o funcionamento da máquina administrativa, foi um processo que perdurou durante toda a década de 1950. Isso fica evidente já no registro do primeiro administrador, Jorge

Aguirre, quanto à dificuldade de máquinas e implementos na construção de estradas: “[...] a Administração da Colônia que não possuía, à época, maquinaria própria como tratores buldozer, patrol, caminhões, bem como aparelhos topográficos [...]” (*apud* GRESSLER e SWESSION, 1988, p. 85).

A administração da CAND era responsável por articular soluções para sanear as necessidades básicas dos colonos, como um pedido de sementes, que, para ser obtido, era necessário percorrer os caminhos da burocracia. Em ofício, o administrador Clodomiro de Albuquerque, escreveu:

Solicito o obséquio de vossa atenção no sentido de ser fornecida a este Departamento, regular quantidade de sementes de várias hortaliças, para a distribuição entre os colonos aqui erradicados. **Deixo ao vosso critério as quantidades, de vês que reconheço se impossível atender às necessidades dos 5.000 colonos residentes nesta Colônia** (grifo nosso)⁵⁷.

O fato da Administração não atender às necessidades dos colonos não pode ser interpretado isoladamente, isto é, somente como negligência dos administradores, pois a CAND estava subordinada a uma hierarquia na esfera dos órgãos públicos federais. A falta de autonomia quanto à gerência das verbas é relatada em várias fontes. Como escreveu outro administrador, Lloyd Ubatuba, ao Ministro da Agricultura:

Oito meses de carência de verba, diversos serviços atrasados, como: reequipar com viaturas e máquinas para construção de rodovias; [...] construir pontes; equipar o hospital [...]. Ante a transcendência das tarefas que o momento impõe ousar pedir a V.E. AUTONOMIA PARA A MOVIMENTAÇÃO DA VERBA, sujeitando-me, como é obvio, aos imperativos legais, como prestação de contas e todas as demais normas administrativas (destaque do autor)⁵⁸.

57 Ofício s/n. APE - MS.

58 Ofício nº. 180, de 15/08/1951. APE - MS.

Ainda sobre a falta de verbas, outra correspondência evidencia que o pedido de “autonomia” não tinha sido atendido. O ano de 1951 parece ter sido um período difícil para a Administração. Lloyd encaminhou pedido sobre a urgência da aplicação das verbas destinadas à compra de materiais. O administrador se preocupou com uma possível inspeção por parte do governo federal:

Acontece que, possivelmente, serão inspecionadas pelo Governo todas as Colônias e esta Administração não quer, absolutamente, assumir a pesada responsabilidade de deixar de aplicar uma verba que se destina a favorecer o levantamento da Colônia que dirige e, mais grave, prejudicar o interesse nacional, **desamparando o colono trabalhador que, conseqüentemente, paralisará suas atividades** (grifo nosso)⁵⁹.

A relação CAND-Governo Federal era norteadada pela morosidade quanto ao envio de verbas e à falta de cumprimento de prazos, o que resultava em consequente atraso na execução das benfeitorias de infra-estrutura que beneficiariam os colonos. Mas essa situação não parece ser uma característica somente da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, mas das demais colônias. É o que escreveu Clodomiro Albuquerque:

[...] **estamos no início do terceiro trimestre de 1954 e diversos Núcleos e Colônias Agrícolas, desse Instituto ainda não receberam os seus suprimentos relativos ao segundo** (grifo nosso). Neste caso está a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, cujos trabalhos, já de si aquém das necessidades da mesma, sofrem grande atraso, com esse estado de coisas, além de ter comprometido o seu plano de execução⁶⁰.

59 Ofício n°.260, de 8/11/1951. APE - MS

60 Ofício de julho de 1954. Encaminhado ao Presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização. APE - MS.

Na leitura dos fragmentos das fontes documentais sobre a atuação da Administração, dois pontos devem ser observados. O primeiro é que a Administração aparenta, por meio dos documentos, executar com afincos as obras de infra-estrutura para a melhoria da Colônia. O segundo é que a falta de verbas federais foi quase constante na CAND, visto que essa situação perpassou o mandato de administradores diferentes e períodos distintos (1951 e 1954). Contudo, no confronto entre as fontes documentais e fontes orais, contradições importantes emergem. Todos os entrevistados afirmam que nenhum tipo de auxílio foi dado pela Administração. Na análise das falas, observei tristeza e mesmo revolta quando contaram sobre a abertura dos lotes, o começo da lavoura. Lenharo afirma que o colono receberia lotes de 20 a 50 hectares, mais as casas e outras benfeitorias. Seria oferecido ao colono trabalho e salário ou empreitada em obras ou serviços da colônia e assistência médica. (LENHARO, 1986a).

As condições atraentes oferecidas aos colonos não se concretizaram em sua plenitude, segundo os depoimentos dos entrevistados. “Naquela época não tinha ajuda nenhuma, naquela época meu pai enfrentou com fé mesmo”, disse Manoel Rocha. A ex-colona Maria Braga também é enfática ao afirmar que “Eles não ajudavam em nada. Eles ajudavam assim, quando você precisava de um papel, alguma coisa que você tava meio perdido você ia lá. Tinha uns escritório deles, as coisas... Agora esse negócio de dinheiro...”.

A maior dificuldade, após o recebimento do lote, foi o processo de limpeza e preparação da terra para a agricultura. Enquanto a mata dava lugar à terra para plantar, as necessidades básicas, de alimentação e moradia, eram enormes. “A casa era de pau a pique, e coberta de sapé. O pai fazia a cama no alto, e o pai fazia o fogo para aquecê nós lá em cima e a gente sobrevivia do que a natureza dava”, relata seu Martim de Carvalho. Nem a moradia foi dada por completo, José Anízio conta que sua família ganhou somente parte da casa:

Eu sei que a Colônia era pra dá a casa pra ele, mas não saiu a casa pra ele, ele recebeu as portas e as janelas, as taboas ele serrou. Ser-

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

rotão tudo na mão, angelim, cedro. Fez a casa, e ganhô as portas e as janelas da Colônia. Mas aí o certo era a Colônia dar uma casa feita, e uma vaca pra cada um.

Outra contradição se percebe pelo fato de, mesmo estando o colono sobre uma terra fértil e próspera, os primeiros anos foram de fome. “Mais difícil foi comê, porque foi um ano sofrido, tinha que plantá, mas tinha que derrubá ainda o mato, né? Uns trouxe um recursinho do norte, outros não trouxe. Então um vizinho ajudava o outro. E caçá, que tinha muito bicho do mato”, desabafa Manoel Rocha.

A fome durante os primeiros anos também é uma lembrança difícil de esquecer para Martim de Carvalho, “Bem cedo a gente sai dentro da mata caçando uma lagarta, uma lagarta branca, que dava em pau podre prá comê, não tinha comida, tinha que se virá”. Ainda sobre sua infância no lote recém-ganho, conta:

E a gente sobrevivia do que a natureza dava, macaúba, que é um coco; gabioba, pitanga. A gente não tinha roupa, a gente vestia um saquinho de açúcar, minha mãe fazia um calçãozinho de saco de açúcar. A gente não tinha cobertô, o pai fazia uma fogueira. E nós dormia junto da fogueira [...].

Limpar o lote para plantar foi uma tarefa “solitária” dos colonos, sem o auxílio da Administração. “Foi no machado, na enxada e na foice”, conta Manoel Rocha. Mesmo Maria Braga, tendo comprado o lote de outro colono, teve muito trabalho para desmatar a terra:

Quando nós compramo o sítio, um muito que tava derrubado era dois alqueires de terra, era um matão... Uma saroba... O meu marido é desses que trabalhava. As vezes era escurinho, tadinho, e ele tava carpindo. E carpia aquele quadrão, ele carpia e já ia aruando assim. Aquele negócio de queimá, eu ajudava muito ele. Ajudei muito ele.

Além de derrubar a mata e preparar a terra para o plantio, em boa parte das propriedades houve a necessidade de abrir poços, pois nem todas eram providas de água boa para o consumo. As falas dos entrevistados negam que a Administração tenha dado auxílio para a abertura dos poços. As fontes documentais atestam que a construção de poços era terceirizada, mas passava pela decisão do administrador. Vários ofícios sobre a abertura de poços foram encontrados referentes aos meses de março e abril de 1951, mas, comparado com o número de propriedades, os poços construídos foram ínfimos, o que significa que o provimento da água ficou por conta dos colonos. Adalberto Vieira conta que na região da Linha do Oculto, perto de Vicentina, “houve muita briga por causa de água, teve lote que foi cortado sem uma beira de água”. O que afirma Martim de Carvalho, “então quem tinha lote assim pegou dois lotes de outros cabras lá, a gente pegô a parte da água todinha, aí aquela encrenca danada por causa de água, [...] teve bastante encrenca sobre isso, mas foi passageiro, depois voltô tudo ao normal”.

Não somente o colono, chefe da família, mas também as esposas e filhos maiores somavam força de trabalho familiar. A quantidade de braços era importante, na abertura dos lotes, pois não havia nenhum tipo de máquinas, o trabalho da roça era totalmente manual. O trabalho dos filhos, principalmente os do sexo masculino em idade de prestação do serviço militar, era indispensável, tanto que o administrador Jorge Coutinho Aguirre fez um apelo ao General Comandante da 9ª Região Militar, em 1949, período da abertura dos lotes e acomodação das famílias:

[...] a retirada por qualquer circunstância de um elemento da família, obriga esta diminuição da capacidade produtiva, e por essa razão, solicitamos vossas imediatas providencias, no sentido de tornar os jovens em idade de prestação dos serviços militares, residentes no município de Dourados, isentos de acordo com a legislação em vigor do cumprimento desse dever. Caso não seja possível estender a lei a totalidade do município, então, sugiro que

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

ao menos para os residentes na Colônia Nacional filhos de nossos colonos, os favores dos dispositivos da lei⁶¹.

Os colonos que tinham seus filhos ainda crianças tinham a mulher como ajudante importante na lida com a roça. Outro mecanismo adotado pelos colonos foi buscar a ajuda de vizinhos ou, no caso daqueles colonos que podiam, pagar peões como diaristas para a labuta. Pois era urgente preparar a terra, construir uma infra-estrutura básica no sítio para manter a sobrevivência, visto que os colonos sabiam que nenhuma ajuda lhes seria dada fora a terra. Maria Braga conta que o começo foi muito difícil, trabalhou em parceria com seu marido na limpeza do lote, na abertura do poço, mesmo estando grávida:

Eu e o meu marido, mais com as crianças não tinha dinheiro. Os dois trabalhando, eu ajudava ele a traçá madeira. A furá poço, pegava a terra. Aí quando deu na pedra, ele pôs um peão com medo de eu jogá a pedra na cabeça dele, sabe? Porque a gente que é mulher não tem a mão certa, pra pegá o balde de terra. A gente sofreu muito. Eu, grávida, ajudando ele traçá pau, pegando peso, pegava a ajudá ele a amontoá aqueles paus.

Todavia os informantes relataram que, passados os primeiros anos, aos poucos a vida foi ficando melhor na Colônia. Com o lote preparado, a lavoura ganhou corpo e passou a ocupar o lugar que antes era mata virgem. A criação de animais também se desenvolveu, criavam muitas galinhas, porcos e poucas cabeças de gado. A fartura era grande, pois a terra era muito boa. Os colonos plantavam feijão, milho, arroz, amendoim, mandioca. Todos os entrevistados relatam com ânimo e saudade a fertilidade da terra nos tempos da Colônia.

Porém, outras dificuldades passaram a impor barreiras na vida dos pequenos agricultores, como a falta de mercado comprador para a lavoura.

61 Ofício 129, de 06/11/1949. Caixa 19. APE - MS.

Os entrevistados afirmam que a venda da lavoura era feita por meio de caminhoneiros que entravam na Colônia e compravam a produção. Como os caminhoneiros eram atravessadores, o preço pago ao colono era baixo. “As coisas tudo baratinho, jogava aquela balançona no chão, outra hora eles traziam essa balança... Pesava arroz, feijão, milho...”, informa Maria Braga. Sobre o milho, dá o exemplo de que, para ganhar preço, ele deveria ser vendido debulhado, “Esse tempo dos primeiros anos que a gente mudou lá, você não vendia milho. Você tinha que debulhá o milho pra vendê, ensacado. Tudo baratinho”. Com o desgosto de não conseguir preço na pequena lavoura do milho, conta que Antonio Batista, seu marido, “foi vendê e ninguém queria, só queria milho debulhado baratinho, então ele colocou fogo! Aquelas espigona assim... Dava dó, queimava aquela espigona de milho. Ele queimô acho que bem uns 4, 5 carros de milho”.

Outros motivos que fizeram com que os colonos se desfizessem da produção iam desde a falta de compradores, até o preço baixo imposto pelos atravessadores e a falta de armazéns para a produção. A falta de armazéns em uma Colônia Agrícola constituía uma falta grave de infra-estrutura, problema que parece se perpetuar na história da CAND. É possível constatar esse ciclo de descaso com o agricultor-colono por duas fontes documentais. A primeira corresponde ao mandato do primeiro administrador, Jorge Coutinho Aguirre, que confirma as dificuldades vividas, ora relatadas pelos depoentes. Segundo Aguirre, no período de setembro de 1949, a Colônia possuía cerca mil colonos, com uma área plantada de dois mil alqueires em culturas. Apesar das intempéries climáticas, a safra foi bem sucedida, mas, na falta de uma logística quanto a uma rede de compradores, sugeriu um “convênio” entre a CAND e a 9ª Região Militar, para facilitar o escoamento da safra e diminuir a presença dos intermediários:

[...] em vista do mercado interno estar procurando abastecer-se de outras fontes externas, além de cotar os nossos produtos por

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

preços baixos, que não compensam o sacrifício dispendido pelo produtor.

[...] apesar da seca que sofremos, diminuindo grandemente a safra, a colheita obtida acha-se em grande parte retida pela falta de compradores, embora o abastecimento de cereais para o Estado, esteja provindo dos Estados do Paraná e São Paulo.

Em vista de uma situação anormal como a presente, que causa enorme prejuízo ao trabalho de fomento e colonização [...] peço a vênia para sugerir um entrelaçamento, entre esta Colônia e a 9ª Região Militar, afim de que esta como grande compradora de gêneros alimentícios para o abastecimento de suas tropas, faça a aquisição diretamente ao produtor. Não será necessário aqui expor os benefícios para ambas as partes, visto que está implícita a grande vantagem do desaparecimento dos intermediários⁶².

Posteriormente, em março de 1954, o gargalo da falta de compradores e de armazéns ainda se repetia. Na segunda fonte documental, o administrador Clodomiro Albuquerque escreveu ao Diretor da Divisão de Terras e Colonização, solicitando financiamento para a safra. Nesse mesmo documento, porém, há indicativos da situação de abandono a que os colonos estavam submetidos:

A produção de milho, arroz e feijão, na C.A.N.D., estimada em 600 mil sacos, está praticamente colhida e **não há compradores, nem financiamento e nem armazéns** para a mesma. A situação econômica do lavrador chegou assim a um ponto de grave perigo, senão forem tomadas medidas urgentes pelo Governo no sentido de ampará-lo (grifo nosso)⁶³.

Parece que receber o lote não significava que os colonos estavam imunes aos problemas, pois passavam por dificuldades de outra natureza, por exemplo, a dificuldade no escoamento e armazenamento da safra. Ma-

62 Correspondência de 14/09/1949. APE - MS.

63 Ofício. APE - MS.

ria Braga e Antonio Lima eram vizinhos de lote e contam que passaram pelo drama de não ter para quem vender a produção. O senhor Antonio Lima, ex-colono, afirmou que, devido à fertilidade da terra, a safra em meados da década de 1950 foi excelente, porém, “não tinha quem comprá, era tanto feijão que nós fizemos covas perto da estrada no lote, e jogamos todo aquele feijão novinho, e enterramos tudo lá, não tinha quem comprá”. Maria Braga confirma: “jogamos 40 saca de feijão. Aquele feijão que vocês via assim que tava lumiando, pra desocupá a sacaria, pra pôr o outro, porque o outro feijão da roça já tava amarelando, com os pés até torto assim... Jogô que nem ali na rua [estrada] assim, ele jogô 40 saca”. Quando a safra era colhida, não tinha armazém; como o paiol era pequeno e a lavoura tinha sido generosa, Maria Braga explica que foi preciso usar a casa de madeira em que a família morava para guardar a safra:

Esse véio [marido] enchia as tuias de arroz, enchia os quartos, pegava fechava a porta do quarto e ia enchendo pela janela do quarto. Enchendo, enchendo o quarto e ficava de arroz até em cima da parede.

Uma vez ele encheu dois quartos, aí a tapera de madeira garrô querê abri assim. Aí o véio juntô lá com os meninos, juntô com uns dois homens e ensacou o arroz.

Vendeu daquele preço mesmo que a gente tava. A gente guardava assim, mais qualquer coisa já ia lá pegava a sacaria e vendia do preço que tava. [...] Ele não tinha onde guardá.

Santos, em sua obra sobre a história dos nordestinos em Dourados, escreveu que as terras da Colônia são “[...] referenciadas na memória dos entrevistados como realmente férteis, porém, embora dadivosas, muitos produziam apenas para a subsistência, devido à falta de mercado para vender os produtos, não podiam tirar dela grandes lucros” (2003, p. 32). Isso implica um contraste significativo, se forem levados em consideração os objetivos iniciais da criação das Colônias Agrícolas Nacionais, que era de incentivar e organizar a produção agrícola nacional e dar subsídios aos colonos para promover agricultura.

Quanto às correspondências sobre verbas federais destinadas à Colônia, tais verbas existiram. Mas foram realmente aplicadas pelos administradores em benefício dos colonos? Uma hipótese é que se tornaram insuficientes no amparo aos colonos, e desse modo, somente alguns foram beneficiados. Entretanto as falas dos entrevistados são contundentes em afirmar que nem eles próprios, ou mesmo vizinhos, parentes ou conhecidos receberam ajuda suficiente.

Capítulo 3

OS COLONOS E SUAS EXPERIÊNCIAS: CONFLITOS, TRABALHO E FESTAS

Além de colonizar a terra ainda não ocupada e promover a pequena propriedade em detrimento do latifúndio, o Estado deveria acima de tudo, como afirma Lenharo, promover “uma colonização de corpos e mentes” (1985, p. 59). Isto é, “colonizar” primeiramente as pessoas que seriam responsáveis pela empreitada de colonizar a terra. Este seria o maior desafio: a colonização ideológica dos colonos. Isso porque grande era a dificuldade em “radicar ‘indivíduos rudes’, por vezes de mentalidade nômade, rebelde, portanto, à disciplina e aos hábitos de sedentaridade que a agricultura exige” (*apud* LENHARO, 1986a, p. 54).

A preocupação em disciplinar colonos que atendessem aos anseios do projeto de colonização já determinado era algo fundamental para o Estado quando foram criadas as Colônias Agrícolas Nacionais. Elas estavam inseridas no projeto da nacionalização das fronteiras tendo em vista a preocupação com a segurança nacional. Por isso, havia naquele momento a preocupação do Estado com um “colono modelo”. Lenharo esclarece que:

O trabalhador “nacional” escolhido como matéria-prima da nova colonização não respondia aos apelos da obra civilizadora do Estado exatamente como dele se esperava. Desde o momento da sua saída do ponto de origem, passando por roteiros improvisados de instalação e produção material, o migrante nacional não se apresentava como o tipo adequado do colono [...] (1986a, p. 59 e 60).

Inicialmente o Estado teve preocupação com a disciplina, fato que se deve também às características dos colonos, segundo Lenharo: “É de se pensar sobre este esquadramento disciplinar aplicado sobre trabalhadores nacionais, pobres e analfabetos, afeitos a um mundo cultural eqüidistante dessas normas urbanas de fiscalização dos corpos e dos costumes” (1986a, p. 54). A preocupação com a disciplina dos colonos existiu sobretudo na gênese das Colônias Agrícolas Nacionais, porém, posteriormente isso não se aplicou na prática, como foi o caso da CAND.

Os administradores, figuras que personificavam o poder do governo federal dentro da CAND, eram nomeados diretamente pelo Presidente da República. Como afirma a reportagem publicada no jornal *O Progresso* em 24 de março de 1953 “De conformidade com um telegrama por nós recebido, foi nomeado pelo sr. Presidente da República, para o alto cargo de Administrador da Colônia Agrícola Nacional de Dourados do sr. Lloyd Ubatuba, será ocupado pelo sr. Elpidio M. Prado”⁶⁴. Não há informações precisas de quantos administradores a CAND possuiu, mas foram muitos os que ocuparam o cargo. A sucessão de administradores parecia ser constante. Sebastião Ducatti disse que “teve uns dois que ficô pouco tempo, nem me lembro, teve uns que ficô meses e pouco e já saiu”. Chama a atenção o fato do jornal *O Progresso* sempre dedicar espaço anunciando a troca de administradores, o que pode ser um indício do prestígio social e político desses altos funcionários junto à sociedade local. Entre os administradores, os que mais se destacaram pela documentação pesquisada foram Lloyd Ubatuba, Clodomiro Albuquerque e Tácito Pace. Na hierarquia interna da CAND, o administrador era a autoridade máxima; abaixo estavam funcionários como engenheiros agrimensores, secretárias, motoristas, professores e fiscais.

Nem sempre a relação entre colonos e administradores era harmoniosa, como afirma Lenharo “É sabido que, em período bem posterior, surgiram sérios desentendimentos entre colonos e administradores”

64 Jornal *O Progresso*. Museu Histórico de Dourados/MS.

(1986a, p. 54). Irregularidades cometidas pelos administradores dentro da CAND evidenciam os desmandos a que os colonos eram constantemente submetidos. Nesse caso, só cabia uma única alternativa ao colono: dirigir a reclamação ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), ao Ministério da Agricultura ou ao próprio Presidente da República, segundo constam as fontes pesquisadas.

O ano de 1953 foi um período marcado por denúncias contra as ilegalidades cometidas contra os colonos por administradores. Um exemplo é o documento protocolado no INIC, no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1953, que, na verdade, trata-se de uma carta do colono João Figueiredo Netto⁶⁵. O referido colono, sua esposa e filhos estavam com problemas de saúde. Segundo a carta, em face da situação difícil e das poucas posses, João Figueiredo buscou a ajuda do administrador. Diante do pedido do colono, o administrador prontamente encontrou uma solução: “[...] autorizaria a que o requerente (colono) vendesse as benfeitorias do seu lote utilizando-se do produto dessa venda para tratamento de saúde de sua família, e que lhe concederia outro lote [...]”. O colono assim o fez. Para comprovar os problemas de saúde, apresentou por exigência do administrador “[...] o atestado médico comprovando o estado precário da sua saúde e de sua família”. Foi efetuada a venda das benfeitorias do lote n. 35, da quadra 102, pelo administrador, sendo que a venda ilegal de benfeitorias ou mesmo transferência de lotes contrariava o regimento da CAND. Mas o administrador não cumpriu o prometido ao colono, pois este não recebeu o outro lote “efetuada a transferência do lote ao comprador, surpreso é o peticionário (colono) informado pelo administrador que não lhe daria outro lote”.

Além do caso do colono João Figueiredo, ocorrido em 1953, outra fonte pesquisada referente ao ano de 1951, na vigência do administrador Lloyd Ubatuba, também evidencia que a prática da venda de benfeitorias

65 Carta datilografada de João Figueiredo Netto. APE - MS.

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

era comum. Lloyd, ao responder acusações do Presidente da Câmara dos Deputados sobre irregularidades na Colônia, relata:

[...] devo informar que as anteriores administrações permitiram a transferência de lotes, pelos colonos, a requerentes, mediante indenização de benfeitorias. Esta prática, porém, foi suprimida por minha Administração, dado seu caráter especulativo. Quanto a este particular, por mim denunciado, em telegrama n. 48 de 30/4/51 informo que será instaurado rigoroso inquérito pela D.T.C.⁶⁶.

No mesmo período, outra denúncia remetida desta vez ao Ministério da Agricultura envolveu diretamente o administrador da CAND sobre a venda irregular de lotes. Segundo a carta de Gerson Antonio, em “[...] agosto com ordem da administração da citada colônia, de então, entrei para uma determinada zona, completamente desabitada, onde comecei a fazer benfeitorias [...]”. A autorização recebida pelo colono parece ser verbal, sem nenhum documento oficial da administração para a permanência no suposto lote. Ainda segundo a carta do colono Gerson Antonio:

Contudo, por ocasião da medição pelo engenheiro, embora este encontrasse em meu lote a referida roça, informou a administração da Colônia que não havia ocupante. O resultado dessa injusta informação não se fez esperar: o administrador deu então o lote que eu ocupava a um funcionário da Colônia, o qual o vendeu a uma outra pessoa a quantia de Cr. \$ 1.600,00 (mil e seiscentos cruzeiros)⁶⁷.

Esse fato é referente à invasão e instalação de colonos irregulares na área da CAND, episódio que fugiu ao controle da administração. Porém, mesmo sem a delimitação legal dos lotes, progressivamente a área da CAND foi sendo demarcada pelos engenheiros e funcionários. Consta na

66 Ofício nº. 231, de 15/10/1951. Emitido por Lloyd Ubatuba para Hermes Machado Cardoso - Chefe da Seção de Colonização. Caixa 18. APE - MS,

67 Carta datilografada de Gerson Antonio de Lima de 07/09/1953. APE - MS.

carta que o colono lesado no seu direito tentou recorrer primeiramente ao próprio administrador, porém não foi atendido e por isso encaminhou sua reclamação ao Ministro da Agricultura: “procurei imediatamente o administrador e apresentei-lhe a minha reclamação, naturalmente pautada nas normas de justiça, pois **eu já havia marcado aquele lugar com o suor do meu rosto**, fazendo longe de recurso, uma roça e outras benfeitorias (grifo nosso)”⁶⁸.

O caso de autorizações “verbais” para ocupação do lote e que posteriormente foram vendidas ou doadas a outros colonos parece se revestir de um aspecto legal na CAND. Os conflitos por conta das ações ilegais cometidas por administradores não foram casos isolados. Outro documento pesquisado era uma carta datada do ano de 1953 endereçada ao presidente da República, Getúlio Vargas. Desta vez, o reclamante foi o colono Raimundo Lopes. Segundo ele, “dois filhos meus [...], e mais dois outros colonos [...], tiveram, há tempos, ordem assim como uma infinidade de colonos, para entrar em uma zona da colônia e abrirem lotes, os quais ficariam futuramente para aquelas pessoas que tivessem trabalhado”⁶⁹.

A prática de conceder permissão para o colono ocupar o lote ainda não marcado indica a dificuldade de implantar a infraestrutura básica de colonização na CAND. Além disso, levanta a possibilidade de que a administração foi negligente em não assentar os colonos legalmente, mas sim, em alguns casos, somente com autorização verbal e sem nenhum documento comprobatório. A carta do colono Raimundo Lopes mostra que os próprios funcionários da Colônia acabaram dando a terceiros o lote já ocupado anteriormente por ele. Como denuncia a carta do colono:

[...] o fiscal de comum acordo com o engenheiro deram os referidos lotes a outros indivíduos, sendo que meus dois filhos e os outros dois já haviam feito roças trabalhando e gastado toda a economia que tinham nos ditos lotes.

68 Idem.

69 Carta datilografada de Raimundo Lopez da Silva, de 14/09/1953. APE – MS.

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

Diante do exposto venho pedir a V. Excia, que digne tomar providencias no sentido de serem reentregues os lotes às pessoas que trabalharam e que tudo enfrentaram para conseguirem um pedacinho de terra⁷⁰.

As irregularidades tomavam a força da legalidade dentro da CAND, o que caracteriza a corrupção e o jogo de favores que as terras da CAND representaram nas mãos dos administradores e funcionários. Paralelamente a esse cenário, os colonos não tinham a quem recorrer, já que os próprios administradores infringiam as leis. É relevante destacar a atitude dos colonos que, por meio de cartas, procuraram as instâncias superiores para reclamar os seus direitos. É o que demonstram os documentos citados anteriormente. Como agricultores de origem humilde conseguiram redigir e datilografar cartas a órgãos localizados no Rio de Janeiro? Talvez esses colonos tivessem o apoio de profissionais liberais. Ou seriam colonos de condição sócio-cultural mais elevada?

A maior parte dos colonos não pôde nem ter o direito de reclamar. Muitos nem sabiam acerca de seus direitos, quanto mais expressar indignação e denúncia diante dos atos corruptos. Dessa forma, estavam mais suscetíveis às ações criminosas ou ilegais oriundas dos administradores. Quando perguntei a Maria Braga se os colonos reclamavam da Administração, ela respondeu enfaticamente que “Demais! Tinha algum que queria fazê até greve, que aqueles povo de primeiro era muito atrasado, né? Não é como é agora!”. Segundo a informante, apesar de reclamar, os colonos nunca fizeram nada contra os administradores, pois “[...] aquele tempo não tinha lei. Não é como hoje que dá parte. Qualquer coisa o nego passava a mão no revólve e falava: ‘a noite eu te cato’”. Martim de Carvalho escrevia cartas para os colonos, pois era um dos poucos que sabiam ler e escrever. Perguntei se chegou a escrever alguma carta de reclamação dos

70 Idem.

colonos contra a administração ou para o Ministério da Agricultura e ele respondeu:

Nunca! Nunca! Isso nunca nem passou pela cabeça deles. Naquele tempo não tinha opção de reclamá pra ninguém, você tinha que se virá. Hoje a facilidade você vê aí... Tem bolsa família, tem o sem-terra que fica assentado aí e não trabalha, fica recebendo comida, fica recebendo tudo. Nós não tivemos essa sorte, nós tivemos que se virá!

Mas não eram somente colonos isolados que se revoltaram e mostraram sua indignação contra o tratamento que recebiam por parte da administração. Durante a vigência do mandato do primeiro administrador da CAND, Coutinho Aguirre, no ano de 1950, houve uma mobilização por parte dos colonos que causou tamanha apreensão da administração que o exército esteve presente na CAND, fazendo rondas noturnas pelas estradas e até mesmo tomando depoimentos dos possíveis líderes revoltosos. Depois que o exército se retirou da CAND, a Polícia Civil do Estado de Mato Grosso coordenou os interrogatórios e depoimentos de vários envolvidos e também de testemunhas responsáveis pelo suposto levante. Todos os depoimentos foram tomados em uma escola da própria Colônia pelo delegado regional de Campo Grande, Major Benedicto de Paula Correa, acompanhado pelo escrivão policial.

Os colonos foram acusados de terem articulado um movimento para tomar com armas a administração, o que não aconteceu de fato apesar dos rumores. A causa da revolta dos colonos foi um abaixo-assinado que até então não tinha conseguido atingir seu objetivo. Eles fizeram um abaixo-assinado pedindo a volta do funcionário Rafael Lino Souto Maior, que, na ausência do administrador Aguirre, comandava interinamente a CAND. Os depoimentos prestados pelos colonos ao delegado Major Benedicto de Paula têm em comum o fato de o funcionário Souto Maior gozar de grande prestígio entre os colonos. Segundo as fontes documentais, Souto Maior era engenheiro agrônomo da Colônia; além disso, os ofícios

assinados na vigência de seu mandato indicam que ele até mesmo coibia os conflitos armados entre os colonos.

O colono Epaminondas Alves Costa, 36 anos, casado, natural de Bela Vista-MT informou que “[...] os colonos sentiam-se mais confortados sendo atendidos com prontidão e boa vontade, dentro da medida do possível [...] por isso, tornou-se ele (Rafael Souto Maior) admirado entre os colonos”⁷¹. Já Antonio Gomes de Freitas, colono também ouvido em interrogatório, afirmou que com a atuação de Souto Maior, “[...] os colonos eram tratados e socorridos com mais prontidão [...]”⁷².

Para o colono pernambucano José Alves da Silva, 36 anos, casado, o administrador interino “[...] procurou cumprir o decreto da Colônia [...] como também tratava bem os colonos com bondade [...]”. Sobre os motivos que levaram os colonos a articularem o abaixo-assinado afirmou que

esse funcionário (Souto Maior) infelizmente foi removido para o Rio de Janeiro e na ausência do mesmo, voltou a mesma situação anterior; que, em vista disto os colonos por iniciativa própria organizaram o abaixo-assinado, composto de 1.112 assinaturas dirigidas ao Presidente da República, solicitando o retorno do Dr. Souto⁷³.

O colono José Alves foi o portador do referido abaixo-assinado; para isso contou com a colaboração financeira dos colonos para a sua viagem ao Rio de Janeiro, segundo consta no seu depoimento ao delegado de Campo Grande. A viagem do colono à capital federal foi confirmada em outro ofício (que faz parte das investigações) de autoria do delegado de Dourados, o qual relata que, em viagem ao Rio de Janeiro, foi-lhe apresentado pelo Senador Filinto Müller o referido colono, José Alves:

71 Termo de Declaração de Epaminondas Alves Costa. APE - MS.

72 Termo de Declaração de Antonio Gomes de Freitas. APE - MS.

73 Termo de Declaração de José Alves da Silva. APE - MS.

Em 12 desse mesmo mês, estava eu e o Dr. Promotor da Justiça de Santa Anna da Parnaíba, em uma sala, no Senado da República, aguardando o Senador Filinto Muller, quando em dado momento apareceu o referido Senador, acompanhado de um homem, mal trajado, [...] dizendo-me que era um colono, que havia ido levar assinaturas de Colonos Federais de Dourados [...] solicitando o regresso do Dr. Souto para a Colônia [...] ⁷⁴.

Diante do empenho dos colonos em se organizarem e, até mesmo, de mandarem um representante com o objetivo de propor a volta de um funcionário que ficou temporariamente no lugar do administrador oficial, surge a pergunta: como era a assistência feita a esses colonos pelo administrador responsável? Nos mesmos depoimentos colhidos em interrogatórios podem ser constatados alguns dos motivos concretos da reivindicação coletiva dos colonos, especialmente a grave falta de infraestrutura básica que acometia o projeto de colonização da Colônia. Os mesmos colonos declarantes no inquérito já citado anteriormente também fizeram denúncias sobre as péssimas condições de vida. Antonio Gomes, colono havia dois anos na CAND, disse “[...] que sempre lutou com dificuldade, ora por falta de habitação, ora por falta de estradas, ferramentas e mesmo carestia de gêneros quando adquiridos pelos colonos”. José Alves, representante dos colonos, também afirmou que:

há quatro anos reside na Colônia em Dourados [...] e até o momento não lhe fora dada casa, morando em um galpão construído pelo declarante; - que nessa situação quase que a totalidade dos colonos permaneceu faltando, pode-se dizer tudo, como seja, habitação, cimento, estradas, educação, assistência médica e outras [...].

Chama a atenção nos termos de declaração e mesmo nas demais correspondências sobre o abaixo-assinado dos colonos a preocupação do

74 Informação nº. 1/50, do delegado de Polícia do Município de Dourados ao Sr. Major Benedicto de Paula Correa, encarregado do inquérito. APE - MS.

responsável pelo inquérito, Major Benedicto de Paula, sobre elementos fora da CAND que, de alguma forma, poderiam ter incitado os colonos contra a administração. Segundo os Termos de Declaração e as outras correspondências que fizeram parte do inquérito, tanto os colonos como o delegado do município de Dourados foram questionados sobre a presença de terceiros na organização do movimento em prol do retorno do Dr. Souto Maior.

O abuso de poder cometido pelos administradores contra os colonos não se referia somente às questões fundiárias, mas também aos assuntos fundamentais relacionados com a administração. Isso sugere que a CAND não foi diferente de outros órgãos estatais dirigidos por funcionários que não cumpriam as determinações legais, aplicando de maneira duvidosa o dinheiro público. As denúncias envolvendo administradores parecem não serem casos isolados como os mencionados anteriormente, visto que até mesmo os próprios administradores trocavam acusações entre si. Isso é mostrado no ofício escrito em tom de denúncia pelo administrador Lloyd Ubatuba sobre o mandato do seu antecessor ao Ministro da Agricultura “[...] oriundo da orientação incoerente de um administrador, que só cogitou de gastar as verbas consignadas a CAND, com obras de fantasia, empreendimentos imaginários, protecionismos [...]”. Sobre a aplicação da verba pública federal na CAND, afirmou que:

Seis milhões de cruzeiros foram gastos, até que posso perceber, em desmancho de obras feitas [...]; em pagamentos de empreitadas inconclusas, como um campo de pouso, saneamento de córregos, abertura de estradas e outros; construções de casas para colonos que foram pagas, mas não existem; em pagamentos de mercadorias que não deram entrada no almoxarifado; e em tantos outros meios de despender dinheiro inutilmente [...]⁷⁵.

75 Ofício 169, de 04/08/1951. APE - MS.

A denúncia de mau uso das verbas federais é um sinal de que a atuação dos administradores nem sempre foi lícita, como se esperava. E também que nem sempre o seu autoritarismo era a única causa da indignação dos colonos, pois a aplicação irregular das verbas e a atuação de uma administração corrupta que não levava em conta as necessidades da Colônia interferiam de forma direta na vida dos colonos. Ubatuba escreveu ainda:

Não é somente no setor social que se fez sentir o desrespeito às leis e às normas de orientação, também no setor material, tudo falta. Recebi um almoxarifado desfalcado, uma maquinaria desmantelada e os trabalhos abandonados. [...] Desta sorte, compreendereis, Sr. Ministro, que nem crédito terá esta CAND⁷⁶.

As acusações de Lloyd Ubatuba contra seu antecessor reforçam as denúncias feitas por meio de ofícios e cartas dos colonos sobre o abuso da autoridade e a negligência dos administradores. O fato de um administrador denunciar outro pode ser visto também como um problema de caráter pessoal, ou mesmo, a tentativa de Lloyd Ubatuba de fazer sua autopromoção, prejudicando, assim, o outro administrador.

As fontes orais indicam a imagem que os colonos tinham em relação aos administradores. A todos os entrevistados perguntei sobre os administradores, e as respostas foram um tanto surpreendentes. Por meio da análise dos depoimentos, a distância entre colonos e administradores pareceu ser imensa. O administrador mais citado foi o “Dr. Tácito”. O farmacêutico da Vila Brasil, Sebastião Ducatti, disse que, na época, “Dr. Tácito era o mais popular”. Quando perguntei sobre a presença de outros administradores junto aos colonos, ele respondeu: “De em vez em quando eles vinham. Mais quem andava mais era os fiscais da Colônia, essa turminha [administradores] não vinha por qualquer coisa. Mas quem que andava aí no meio do povo, vendo a documentação era os fiscais”. A presença de fiscais não foi mencionada pelos depoentes; os funcionários mais

76 Idem.

ênfatisados foram os engenheiros e “picadeiros”, que eram responsáveis por abrir caminho para a demarcação dos lotes.

José Anísio conta sobre os administradores: “Bom, eu não conheci nenhum! Eu sei o nome! Ubatuba e o Dr. Tácito, administrador da Colônia”. Sobre Lloyd Ubatuba disse: “o Ubatuba gostava mais da estrada boa, porque ele gostava muito de corrê nuns carrinho véio de madeira, perua. Mais primeiro foi o Dr. Tácito, não tenho certeza qual deles foi o primeiro que foi o administrador da Colônia. Quem podia saber disso era o pai”. Para Adalberto Vieira, morador da 2ª zona “Não tinha administrador! Se existia, quase ninguém conhecia. O Engenheiro Daniel é que ajudava os colonos, depois ele ia nas casa humilde dos colonos visitá, mas era só”. Deve ser levado em conta, na análise das falas dos entrevistados, que ambos os mencionados moravam em regiões diferentes dentro da Colônia. Adalberto Vieira e sua família já chegaram em um período posterior, em 1958, na 2ª zona, enquanto que, em 1949, a família de José Anísio já estava na CAND. Pode-se fazer uma estimativa de que os primeiros colonos tiveram muito mais contato com os administradores, sobretudo os da 1ª zona, visto que a sede da Colônia ali se localizava.

Pelas fontes documentais, era alto o número de funcionários que a CAND possuía: engenheiros agrimensores e agrônomos, técnicos e auxiliares de escritório, secretárias, diaristas (eram colonos contratados temporariamente), médicos, professores, operadores de máquinas, mecânicos e fiscais. O depoimento de Maria Braga quanto ao número de funcionários coincide com as fontes documentais. Quando perguntei se havia muitos funcionários, afirmou categoricamente “Tinha! Sei lá, a gente não pode ficá falando e nem julgando as pessoas, que quem julga as pessoas é Deus. Era meio assim na base do quieto, um trabalhava e o outro não, o outro mandava o outro trabalhá, e o outro ficava a toa. É, mais sempre entrava uma graninha pra eles”. Sobre os funcionários da Colônia, a ex-colona relata “[...] a pobreza sempre corria na frente de tudo, sabe? Tanto dos colonos, como dos empregados, como... Era tudo na base do carro de boi, aqui, Mato Grosso, não tinha estrada, não tinha nada”. A “pobreza” men-

cionada diz respeito à falta de estrutura da Colônia que, mesmo organizada com escritórios e funcionários, encontrava-se em péssimas condições.

3. 1. O caso das Serrarias

Como a Colônia, em sua grande parte, consistia de área de mata ainda virgem, passou a sofrer a intervenção dos colonos por meio do machado e da foice. Mas, com a abertura e consequente limpeza dos lotes, a madeira tornou-se um “problema” na ocupação da Colônia. Como já foi mencionado, os colonos que ganharam os lotes no início da década de 1950 receberam-nos somente com a demarcação. A área estava coberta pela mata nativa da região.

Outro dado importante é que a CAND tinha uma serraria oficial para atender os colonos no fornecimento de madeira. Tal serraria se localizava no atual distrito de Indápolis, pertencente ao município de Dourados, e ainda hoje é chamado pela população local de “Serraria”.

Mas as fontes indicam que, além dessa, havia muitas serrarias clandestinas e que a venda de madeira foi um capítulo à parte nas irregularidades que se somaram à história da CAND. A venda de madeira foi para alguns colonos uma fonte de renda importante, pois os lotes estavam sendo ocupados e os colonos passaram a vender as árvores derrubadas no processo de limpeza dos lotes. É no mandato de Lloyd Ubatuba que foram encontradas correspondências sobre a atuação de serrarias clandestinas. Segundo Ubatuba, “O gesto da administração passada criou prosélitos e as serrarias clandestinas proliferaram pela vastidão das florestas da CAND [...]”⁷⁷.

O que chama atenção é o fato de que a grande oferta de madeira atraiu também outros trabalhadores que estavam fora da Colônia: os paraguaios. A presença de estrangeiros em um projeto de colonização inserido na perspectiva de nacionalizar as fronteiras parece ter sido um problema

77 Ofício 055, s/d. De Clodomiro de Albuquerque ao Presidente INIC.

para o administrador: “[...] elementos procedentes do Paraguai, para onde muitos acabam de regressar em virtude das determinações enérgicas desta Administração [...] que defenderá o interesse nacional”⁷⁸.

Sobre a atuação de madeireiras, Foweraker esclarece: “Em todas as fronteiras, literalmente centenas de serrarias clandestinas eliminam, durante o processo de ocupação, as árvores que vão sendo cortadas, sobre a proteção da escuridão da noite [...]” (1982, p. 47). Legalmente, uma porção das matas pertencia à União e portanto deveria ser preservada. Lloyd Ubata fez uma investigação administrativa em julho de 1951 sobre a atuação dos colonos madeireiros. Segundo parte de um processo coletado, foram 15 as declarações prestadas à administração; porém encontrei apenas sete sobre o caso.

O termo de declaração consiste em um depoimento prestado pelos colonos, que indicam atuações distintas quanto à exploração e venda de madeiras na CAND. O colono Benjamin Nunes Ferreira depôs responsabilizando a Administração. Assim, consta em seu depoimento “que se efetuou essa venda (de madeira) é porque tinha ordem do ex-administrador senhor Tácito Pace; que já vende à Nocera & Irmão cento e cinquenta e seis metros cúbicos de madeira”⁷⁹. Entretanto Natalino Benites era serrador, e não colono da CAND, mas tinha “[...] uma serraria manual no lote do colono Peru Gomes sem nenhuma autorização da Administração; que a serraria do declarante serra mais ou menos dois metros cúbicos por semana; que essa madeira é vendida não só para os colonos mas também para Dourados [...]”⁸⁰.

Outro depoimento, do colono Paulo Gonçalves, mostra que ele mantinha uma serraria manual em seu lote “[...] que não utilizou as madeiras existentes no lote que recebeu; que a madeira serrada que dirige era adquirida dos outros colonos; que pagava cem cruzeiros por cada árvore

78 Idem.

79 Termo de declaração de Benjamim Nunes Ferreira, de 26/07/1951. APE - MS.

80 Termo de declaração de 26/07/1951. APE - MS.

de angelim derrubada; que vende essas madeiras depois de beneficiadas [...]”⁸¹. No Termo de Declaração o colono também informou que “[...] não foi autorizado por ninguém a dirigir essa serraria, que acha que está certo no desenvolvimento de sua atividade, porque vê todos os seus vizinhos trabalharem no mesmo ramo de negócio”⁸².

A compra de madeira dos colonos também era a estratégia de Policarpio Gimenes, colono paraguaio. Segundo o termo de declaração prestada, Policarpio era dono de duas serrarias manuais em seu lote e “costuma vender toras para a Indústria Douradense de Madeiras Ltda. [...]”, e adquiria as “toras dos outros colonos a troco de trinta por cento da produção das tábuas [...]”. Como os demais, Policarpio não tinha ordem por escrito, mas afirmou que “sempre teve autorização verbal dos dois ex-administradores da Colônia”.

As declarações prestadas pelos colonos indicam que as serrarias clandestinas tinham o aval dos administradores anteriores; talvez alguns colonos nem tivessem tal autorização verbal. Mesmo assim, a atividade madeireira se propagou entre os colonos, pois várias eram as serrarias manuais na CAND. O próprio administrador Lloyd Ubatuba, em agosto de 1951 confirmou a autorização ilegal dos administradores anteriores: “fora autorizada a venda de madeiras, das mais preciosas essências florestais. Resultou, daí, o descaminho do homem, a contravenção da lei e a subversão da moral e do dever”.

Maria Braga, moradora da 1ª zona, lembra com detalhes do destino da madeira do seu lote. “Conforme fosse a gente vendia, vendia pra esses madeireiros. Essas mais grossas aí vinha os madeireiros, cortava e arrastava. Tinha árvore que ocê vendia em pé, tinha pau que ocê vendia deitado que tava no chão [...]”.

Ao mesmo tempo que a ex-colona afirma a existência da venda de madeira, nega a existência das madeiras clandestinas: “Não, não era

81 Termo de declaração de 26/07/1951. APE - MS.

82 Termo de declaração de 26/07/1951. APE - MS.

clandestina não. Era dentro da Colônia que... Da Colônia mesmo tinha a Serraria onde é Indápolis, a serraria da Colônia funcionava, eles fazia mesa, essas coisas, pra vendê pros colonos”. Porém Maria Braga elucida um fator importante quanto à atuação da Serraria da CAND: que a madeira era beneficiada em forma de móveis, como cadeiras e mesas vendidas aos colonos. Além disso, conta que a Serraria, quando comprava a madeira, “enrolava” para efetuar o pagamento, “Mas a Colônia enrolava mais a gente, às vezes levava, pagava aos poucos, o véio era muito enfezado não gostava de ficar cobrando eles, porque às vezes brigava”.

Morador da 2ª zona, Martim de Carvalho presenciou a existência de várias serrarias em Vila Brasil. As serrarias eram manuais, usavam o “serrotão”. A técnica usada era serrar a tora em duas frentes; primeiramente um buraco era cavado embaixo da tora na profundidade equivalente à altura de um homem. Assim, os madeireiros entravam no buraco para poder ficar em pé e serrar. Simultaneamente, outros homens serravam na parte superior da tora; assim, a etapa da serragem era iniciada tanto por cima como por baixo da tora. Martim de Carvalho conta que “A primeira serraria que teve foi do véio José Matheus [...]. Era um buraco feito no chão, eles cavavam um buraco bem fundo que dava pra um homem ficar em pé, colocava a tora, cavava um buraco embaixo dela [...]. Cortava um em cima e outro embaixo”.

No caso das serrarias clandestinas, não houve presença de grandes companhias madeireiras estabelecidas dentro da área da Colônia. O corte de madeira ficou a cargo dos próprios colonos, que individualmente passaram a derrubar e a serrar indiscriminadamente a reserva florestal da Colônia. Mas existe nesse ponto uma contradição: como os colonos, que mal conseguiam fazer roças porque os lotes estavam em processo de desmatamento, conseguiram montar serrarias, com ferramentas adequadas e com uma infraestrutura básica para serrar madeira?

Uma hipótese seria a de que empresas, como a citada Indústria Douradense de Madeiras Ltda., poderiam, de alguma forma, financiar a

montagem das serrarias dos colonos. Por outro lado, a venda de madeira que estava no lote dos colonos representava uma alternativa de renda que abriu um precedente para que serrarias clandestinas começassem a atuar na CAND. Acrescentado a isso, os próprios administradores não coibiram a iniciativa dos colonos de serrar e vender as madeiras, o que fez com que essa atividade ilegal se consolidasse na Colônia.

3. 2. A presença de “comunistas” na CAND

A possível organização política dos colonos era alvo de atenção por parte da administração, sobretudo no que diz respeito à existência de possíveis comunistas dentro da Colônia, como foi mencionado anteriormente, sobre o processo de investigação dos envolvidos no abaixo-assinado a favor do funcionário Souto Maior. Em ofício ao delegado de Dourados fica evidente a preocupação do Major Benedicto de Paula, de Campo Grande, com os possíveis comunistas na CAND. “Existem elementos comunistas, fazendo propaganda de greve na já citada Colônia ou mesmo dentre os Colonos?”⁸³. A resposta foi a de que “Nunca teve notícias esta Autoridade (delegado de Dourados), da existência de elementos comunistas, provocando greve na Colônia e mesmo neste município [...]”.

A vida dos colonos estava sob uma administração aparentemente rígida. É o que indicam os casos de violência e inquéritos policiais envolvendo colonos.

Por tratar-se de um caso que reputo grave em vista do colono envolvido considerar-se **líder de um grupo cearense e arvorar-se constantemente como defensor do povo, promovendo movimentos de massa em torno de suas idéias, peço a V.S. a mais rigorosa apuração dos fatos ocorridos que a se torna-**

83 Ofício nº 2. Do Major Benedicto de Paula Correa, encarregado do inquérito, ao Delegado de Polícia do Município de Dourados, em 22/01/1950. APE - MS.

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

rem positivos motivará a exclusão do turbulento colono (grifo nosso)⁸⁴.

Ao que parece, sempre houve por parte da administração da CAND uma preocupação com possíveis movimentos internos, motins e revoluções. Prova disso é o ofício de maio de 1951, em que o administrador da CAND, Lloyd Ubatuba, escreveu ao Delegado de Polícia de Dourados sobre um suposto tumulto em que colonos o ameaçavam de morte “[...] pude conhecer que havia um movimento entre colonos e alguns funcionários, evidentemente por ‘chefetes’ de masorca, os quaes, em palavras, caluniavam e injuriavam a pessoa do Administrador da CAND”. Imediatamente foram adotadas medidas para a apuração do suposto caso, como assim solicita o administrador: “Tal procedimento revela sinal de desacato e, por este motivo, solicito-vos as necessárias providências, no sentido de que seja instaurado inquérito policial, a fim de que se possa, através do mesmo, conhecer as pessoas envolvidas em tão lamentável acontecimento, o qual tem caráter de anarquia”.

No processo nº. 1357, de 1955, do INIC, consta com destaque a denúncia de comunistas presentes na Colônia⁸⁵. No referido processo o padre José Daniel afirma que há dois anos estava trabalhando junto aos colonos com um único objetivo: “debelar as revoltas dos comunistas e anarquistas, ameaçadores da ordem e do desenvolvimento da mesma Colônia”⁸⁶. O relato do padre permite a percepção de duas realidades existentes: uma é a situação difícil em que se encontrava o colono, e a outra é a prática interna da administração da CAND:

Depois de dois anos de trabalho imenso, constatei que o descontentamento do povo [...], em grande parte, dos erros mastodônti-

84 Ofício de 05/03/1951 encaminhado pelo administrador da CAND ao Delegado de Polícia de Dourados.

85 O processo citado foi remetido ao Ministério da Agricultura. APE - MS

86 A Paróquia Nossa Senhora da Glória pertencia à Diocese de Corumbá.

cos do governo referente à Colônia. O comunismo não é repelir só com a pregação, mas com a assistência social ao pobre, e com leis que garantam a ordem e o progresso⁸⁷.

O mesmo processo remete a outro problema grave enfrentado pela administração: a venda ilegal de lotes. Segundo o relato do padre José Daniel, “Essa Colônia não é agrícola, mas anárquica: todos mandam, todos compram e vendem terras – fazem e desfazem e assim chegamos ao ponto do ‘salve-se quem puder’”⁸⁸.

Além disso, havia os movimentos políticos muitas vezes chamados erroneamente de “comunistas” pela administração. Qualquer organização por parte dos colonos que fosse contra as normas estabelecidas pela Colônia era caracterizada como subversiva. Em uma correspondência já citada, sobre a organização de colonos na região de Jateí para a demarcação de terras, a preocupação do fiscal da Colônia era com a possível organização política “Considerando de imensa gravidade o que se passa, bem como a organização e formação de um Diretório Comunista, não poderia deixar passar sem dar conhecimento a esta Administração [...]” (destaque do original). O fiscal também escreveu:

Ao terem conhecimento da nossa presença, fomos insultados, desmoralizados e chocados com palavras ofensivas e com sérias ameaças.

Outrossim, se o Sr. Administrador não tomar severas providências e criar o patrimônio naquele local, irá em futuro muito próximo lutar com problemas de grande gravidade, criados e trazidos por esses elementos de ideologias anti-nacionalistas pois trata-se de elementos perturbadores da ordem, do sossego, do progresso e da moral. [...] foi o que observamos na reunião havida pelos filiados a Moscou em nossa querida Pátria (08/01/1956)⁸⁹.

87 APE - MS.

88 Processo nº. 1357 de 1955. APE - MS.

89 Correspondência. APE - MS.

As fontes orais não contribuíram com a questão dos “comunistas” e nem mesmo com as possíveis disputas políticas de modo mais significativo. Sr. Martim de Carvalho faz uma associação de comunistas com os protestantes e afirma que na CAND “Naquela época não existia isso não, nem crente nem comunista. Depois que veio chegá crente foi quando... uns 8, 10 anos depois que veio falar de outra religião. Mas se tinha suas palavras na Católica e, comunista, ninguém nem imaginava”. Já José Anízio “Naquela época não ouvi nem falá em comunista, não! Agora eu ouvi falá de comunista depois de 60 quando eu mudei pra cá [Fátima do Sull], que teve história de comunista. Que tempo aí que nêgo sumiu aí, desapareceu”. Talvez José se refira ao golpe de 1964, no qual colonos estiveram envolvidos (ARAKAKI, 2003). Mas sobre os partidos políticos, disse que havia divisões entre os colonos: “Tinha, tinha mais era PTB, PSD e UDN. Udenista era bravo”. Já Maria Braga afirma que ela e seu esposo eram “partidários de Getúlio Vargas”, acompanhavam não os políticos, mas o PTB. Segundo ela, entre os colonos eram muitos os que seguiam o partido de Vargas “E só sei que eu mais o véio, nós nunca foi de outro partidário que não fosse do lado do Getúlio, sabe? Nós não acompanha a pessoa, pode ser parente, pode ser quem for. Se não for do partidário do Getúlio, pra nós...”.

Quando questionei Sebastião Ducatti sobre possíveis disputas políticas, disse que não houve nada desse tipo em Vila Brasil. Mas recordou a visita do presidente da República à vila: “Aqui teve o presidente da República, pouca gente sabe, João Goulart, o mandato dele teve aqui, teve aqui em Fátima, passô o dia aqui. Ele ficou no meio da praça fazendo discurso”.

A preocupação com os colonos eleitores e também com sua organização política ficou evidente, pois Clodomiro de Albuquerque afirmou: “A CAND tem cerca de 25.000 habitantes, cerca de 4000 são eleitores”. O documento indica que o trânsito de partidos políticos dentro da Colônia era grande, o que resultava em conflitos, ainda mais se os partidos fossem de oposição ao governo federal da época:

[...] durante o período [...] eleitoral, os diversos partidos políticos de influências na região projetam suas visitas sobre aquela dependência, criando muitas vezes casos e choques que vem prejudicar não só os trabalhos normais de administração, como as fainas agrícolas dos próprios colonos⁹⁰.

Na tentativa de evitar problemas maiores, o Administrador solicitou, no referido documento, a presença do exército para resguardar futuros problemas:

[...] com o intuito de que sejam evitadas quaisquer anormalidades devidas ao próximo pleito de outubro, solicito de V. Excia. se digne promover, junto aos poderes competentes, a ida de um contingente do Exército, com brevidade, se possível composto de 10 soldados [...] permanecendo ali até o encerramento das eleições.

3. 3. A diversão na Colônia: bailes, festas...

Mesmo sem energia elétrica, sob o claro da lua, os moços e as moças, filhos dos colonos, se reuniam e tinham como diversão as “brincadeiras de roda”. José Anízio viveu sua infância e juventude na Colônia, participou constantemente das brincadeiras de roda. Falar versos, passar anel, “balança caixão” e “tem farinha aí” eram as brincadeiras mais comuns e mais agradáveis.

A roda dos jovens era regada por histórias e “causos” do povo da roça. Martim de Carvalho também viveu toda a sua juventude na Colônia e, como bom filho de colono, gostava de participar das brincadeiras de roda. Além de declamar poesias, era sempre escolhido para contar histórias de princesas, de gigantes... Na fala de Martim de Carvalho, a emoção da juventude estava presente quando contou sobre sua atuação de protagonista nas “rodas dos moços”:

90 Ofício S/N. Junho/1954. Caixa 18. APE - MS.

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

[...] sentava aquela roda de moça e rapaz ali. Eu era um dos convidados pra contá uma história de Trancoso. Era o que tinha! E eu ia contá. A história da Princesa do Reino do Mar Sem Fim, Gigante Quebra Osso, João Acaba Mundo. Então a gente sentava... Aquela rapaziada... Passava anel ali, e contava estória. Então eu era um dos contadores de estórias...

A contribuição cultural dos nordestinos consistia, principalmente, dos bailes embalados ao som do ritmo alegre do forró. Martim de Carvalho também relembra o convívio entre os colonos, “ali, de noite, tinha festa de sanfona. Tinha um baile de sanfona ou, então, uma cantoria”. Toda a família se divertia nos bailes. Maria Braga relata que a diversão era garantida: “Tinha os sanfoninha do pé de bode, comia a noite inteira”.

Adalberto Viera relata com satisfação que era “Muito bom! Num raio de 20 quilômetros todo mundo era amigo!”. Segundo Adalberto, os bailes na casa dos colonos eram animadíssimos “[...] com o forró e o lampião garrado no muro. Ia todo mundo. Tocava forró, só forró. Pra não fazer poeira jogava água no chão”. Além do baile ao som da terra natal, os colonos consumiam frango assado, bolo de puba (mandioca) e a típica buchada de bode. As bebidas também faziam parte do forró, como o cachaque, a cerveja, que era servida quente, e o rabo de galo (aguardente). Adalberto esclarece que as bebidas eram vendidas pelos organizadores dos bailes.

Os entrevistados, apesar de terem sido moradores de regiões distintas da Colônia, relataram a realização dos bailes, o que indica que eles faziam parte da vida cotidiana dos colonos. José Anízio vivenciou de forma intensa os bailes da Colônia. A alegria e o sorriso permearam a sua fala quando lembrou do seu pai e do costume de “fazer surpresa” na casa dos vizinhos “Meu pai mesmo gostava de fazer um bailinho na casa dos outros. Fazer surpresa, nas casas dos outros! Juntava bastante rapaziada, levava o sanfoneiro, batia palma, outra hora chegava tocando, o cara abria a casa e já começava uma festinha ali. Era assim... surpresa!”.

Como os casamentos eram muitos naquele tempo, os bailes também. José Anízio animava os bailes “Eu era sanfoneiro, toquei tanto baile, tanto baile de casamento, que nem eu não sei nem a contagem mais. Toda semana eu tocava baile de casamento. [...] era 20 a 30 casamentos por mês. Casamento era direto, às vezes teve 4 casamentos num dia só”. Manoel Rocha também relatou sobre as festas “Isso aí foi depois. Depois de uns 5, 6 anos. Aí tinha a igreja, tinha já salão... Eu tinha uns 15, 16 anos... Tinha baile, festa, casamento e tinha muito casamento. Naquela época o povo casava e casava muita gente. Hoje não, acabô. Era festa e mais festa”.

Alguns entrevistados mencionaram o fato de nos bailes ocorrer sempre algum tipo de desentendimento entre os colonos pelo fato deles andarem armados. Adalberto conta que, na região onde morou, quando havia baile, existia um costume no intuito de evitar desavenças: “Ia ter um baile... O cara chegava e entregava a faca pro dono da casa, às vezes a arma era peixeira. Às vezes tinha encrenca”. A “encrenca” era por conta das mulheres que, nos bailes, eram obrigadas a dançar com os homens. Caso a mulher rejeitasse o pretendente, não poderia dançar com mais ninguém; se ousasse dançar com outro, a “encrenca” começava. Por isso era recomendado que as armas ficassem com o dono da casa.

Além dos bailes, os entrevistados também mencionaram as “festas de igreja”, onde prendas como bolo e frango assado agitavam os leilões em prol das capelas, tanto de São José, que fica até hoje na Linha do Barreirão, como a de Indápolis. Das festas de igreja, as juninas eram as mais famosas. São Pedro era o santo padroeiro da igreja que se localizava na Vila São Pedro. A quermesse era até mesmo divulgada no jornal *O Progresso*, que em 1955 trazia o título: “A tradicional festa de S. Pedro na CAND”, convidando a todos para rezar e, principalmente, se divertir:

[...] à noite funcionarão dezenas de barracas com todo sortimento a contento do povo: bebidas, galinha assada, peru, leitão, churrasco, café, tody, frutas, pão, sandwich, pastéis, bolos, biscoitos, sopa etc. etc.. Poderosos altos falantes encherão os ares das mais belas músicas... dedicatórias... Funcionarão os mais variados jogos [...].

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

Para o leilão há prendas a gosto de todo freguês e ao alcance de qualquer bolso⁹¹.

Em 1956 novamente a divulgação da festa mostra que a programação era intensa: “Dia 29 na Colônia Federal programação novena religiosa de 20 a 29, quaresma e leilão, dia 29 missas, batizados e casamentos, procissão”⁹². Algumas fontes também contribuíram para revelar a vida social dos colonos, como o ofício sobre a autorização para instalação de cinema na CAND no valor de 3,00 cruzeiros⁹³. “Jogá bola toda vida teve, tinha os campos de bola. Mas cervejada como hoje, não. Cada um bebia suas pinguinhas em casa”, conta Maria Braga sobre o dia a dia dos colonos. Os funcionários e a administração formaram até mesmo um time de futebol, “Colonial Esporte Clube”, como publicou *O Progresso*: “Fundado no dia 01 de maio, o Colonial Esporte Clube, cuja Diretoria eleita na ocasião para uma gestão de 02 anos. Presidente de Honra Tácito Pace, Presidente Ruy Gomes, Diretor de Esporte Sr. Edward Thomas Charles Caim”⁹⁴.

Um “jornal” publicado em janeiro de 1955, intitulado *O Marreta*, era de autoria de funcionários da Colônia. Seria um “Órgão independente dos funcionários do Núcleo Colonial Dourados”⁹⁵. O Redator era o funcionário Mauricio Rabelo Gonçalves, que trazia informações sobre acontecimentos sociais, não dos colonos, mas da sociedade douradense. Outras edições de *O Marreta* não foram encontradas, somente o número 1, em que a apresentação já mencionava o objetivo do jornal quinzenal: “Estou entre vocês, caros CANDIANOS, para divulgar os principais fatos e boatos da nossa vida funcional” (destaque do original). O jornal apresentava várias seções. A seção Viajantes Ilustres contém uma nota interessante: “Após longa permanência entre nós, viajou para S. Paulo o ilustre Deputa-

91 *O Progresso*, de 10/06/1954. NDIRH/UFMT - MT.

92 *O Progresso*, de 10/06/1956. NDIRH/UFMT - MT.

93 Ofício 7, de 23/09/1949. Caixa 19. APE - MS.

94 *O Progresso* de 20/05/1956. NDIRH/UFMT - MT.

95 *O Marreta*, de 31/01/1956. APE - MS.

do, eleito por esta Colônia, Sr. Alberto Monteiro e Exma. Senhora”. Essa informação reforça o fato já mencionado de que a CAND era um local importante para os políticos da região devido à quantidade de eleitores.

Como todo jornal, *O Marreta* também trazia notícias sobre os visitantes que ora passavam pela CAND e até mesmo sobre os eventos da sociedade douradense: “No Clube Social de Dourados tivemos o grato prazer de apreciar um belo desfile de modelos [...]”. Notícias como a eleição da nova diretoria do O CAND Esporte Clube, ou sobre o financiamento de “UM MILHÃO DE CRUZEIROS para financiamento das safras dos colonos [...]” (destaque do original).

3. 4. “Só era respeitado quem andava armado”

Tanto as fontes orais como as documentais revelam a precariedade do aparelho estatal nas terras da CAND, o que fica especialmente evidente em relação à violência. Ressalto que a área da Colônia era grande e os casos de conflitos armados talvez não fossem vivenciados por todos os colonos. Maria Braga e Antonio Lima, vizinhos, moradores da Linha do Guassú, moravam próximos a Indápolis e relatam que a violência naquela região era assustadora. Maria Braga conta que sempre havia assassinatos naquelas redondezas. “Na região onde eu morava, teve umas duas semanas que eles cada dia matavam um na semana, assim perto da casa. Perto que você escutava até o tiro”.

Também Antonio Lima afirma que todos os colonos andavam armados e enfatiza que “Só era respeitado quem andava armado”. Segundo ele, andar armado era necessário por dois motivos: primeiro, os animais da região; segundo, os próprios colonos. Antonio conta que, ao acompanhar os filhos até a escola, presenciou o professor dando aula com dois revólveres na cintura. “Tava ele lá dando aula pros meninos, armado, um revólver de cada lado!”. José Anízio conta que “quase todo mundo” portava armas da Colônia e afirma: “Aquele tempo tinha que andá armando, tinha nêgo que tinha dois revólve”.

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

As fontes documentais corroboram os depoimentos dos entrevistados. Coletei durante a pesquisa várias correspondências trocadas entre a administração e a Delegacia de Dourados que abordam a questão das armas, conflitos e inquéritos envolvendo colonos. Os documentos remontam aos primeiros tempos da Colônia, o que indica que a violência esteve presente já no início.

No ano de 1949, alguns documentos já relatavam conflitos armados, como o ofício 154, “Arrecadação de espingarda de colono recolhida pela delegacia devido a desastre ocorrido na CAND”⁹⁶. Em março de 1949, há um ofício encaminhado ao Delegado de Dourados, sobre uma “desordem” verificada em uma festa realizada na casa de um colono. Nesse ofício, e também em outros, é mencionado que a Colônia possuía guardas. Assim consta no documento:

Apresento-vos os Sr. Eulogio Peres e Pedro Dias residentes na área desta Colônia, acusados de no dia 27 do corrente mês provocarem desordem em uma festa realizada em casa do primeiro conforme as testemunhas [...].

Para maior esclarecimento a vossa ciência, o guarda desta Colônia Ramom Marques Dautaker, que efetuou a prisão dos mesmos, apreendeu um revólver e uma faca, motivo pelo qual estão os mesmos incurso no porte ilegal de armas.

Em virtude do acima referido, rogo a V.S. a instauração do competente inquérito [...]⁹⁷.

O fato do administrador em exercício, Rafael Lino Souto Maior, denunciar os colonos pelo porte ilegal de armas é contraditório diante dos depoimentos dos ex-colonos, que afirmam que a administração tinha conhecimento dessas armas. Outro aspecto que deve ser analisado é o fato de funcionários da Colônia portarem armas. Um documento de 1945 informou ao Delegado de Dourados sobre a lista de armas de posse da ad-

96 Ofício 145, de 26/12/1949. Caixa 19. APE - MS.

97 Ofício 37, de 28/03/1949. Caixa 19. APE - MS.

ministração para serem devidamente registradas. No total, 13 armas, entre as quais estavam: três carabinas “Winchester” calibre 44, duas espingardas de dois canos calibre 28, e oito revólveres calibres 32 e 38. Todo esse arsenal seria usado pelos funcionários: “Comunico-vos para os devidos fins, que a partir desta data as armas da parte acima mencionada, só serão utilizadas por funcionários a serviço ou em viagem, devidamente autorizados por esta Administração”⁹⁸.

As festas e os bailes sempre foram motivo de “rusgas” entre os colonos. Maria Braga conta que os bailes na Serraria eram famosos pelas brigas entre os colonos, “[...] os meninos nunca matô ninguém. E as meninas cresceu e os quatros filhos homem nunca matô ninguém, nunca ninguém foi baleado. Mas era um perigo! Tinha baile que matava dois, três. Não era baile de muita gente não, filha, era bailinho”.

Ainda em 1949 foi registrada outra ocorrência. No ofício 102, Souto Maior fez o encaminhamento, por meio do guarda da Colônia, Ramom Dauzaker, de facas apreendidas em poder dos agressores do paraguaio chamado “Quintana”. Além das facas, outras armas tinham sido apreendidas pelos guardas e seriam entregues ao delegado de Dourados, “Pelo mesmo portador, encaminho-vos também, 2 revólveres, sendo um, marca Ruby-Extra, calibre 38 longo, e outro marca ‘Colt’, calibre 32 curto [...]”⁹⁹. Sobre o mesmo “Quintana”, o administrador solicitou a abertura de inquérito e encaminhou “[...] 4 homens acusados de provocar desordens e de terem ferido Quintana”¹⁰⁰.

Diante da necessidade de se proteger, Maria Braga guardava atrás da porta “uma carabina doze tiros”. Quando questionei se ela chegou a usar a carabina, disse que não, mas que prevenir, isto é, ter uma arma de fogo em casa, era necessário:

98 Ofício 2, de 27/01/1945. APE - MS.

99 Ofício 102, de 03/09/1949. Caixa 19. APE - MS

100 Ofício 101, de 31/08/1949. Caixa 19. APE - MS.

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

Nóis era prevenido! Porque ninguém qué morrê de graça.
Eu falei: ‘Se matá meu véio, eu mato quem matá’. E se matasse eu,
ele matava também.
A carabina não saia de trás da porta da sala. Doze tiro assim!
Eu sabia mexê na carabina, jogá o cartucho por baixo, o véio ensinava. O véio falava: ‘Nóis aqui minha mulhé, nós tem que ser igual a eles’.

As causas para as mortes dentro da Colônia iam de brigas por causa de terra até desentendimentos pessoais. Segundo Maria Braga, os colonos brigavam por qualquer coisa. Sempre quando alguém era assassinado, o povo logo perguntava “Mais matô fulano? Mais gente, o qué que foi?”. A resposta era “Écha Velha!”. Maria explica que essa expressão era usada com frequência: “é dizer de índio e paraguaio”. Depois do acontecido, “fazia o enterro daquele miserável e pronto, o assunto era encerrado”. A ex-colona conta um caso de morte que ocorreu perto da sua casa:

O curadô disse que tava fazendo benzedura lá no povo, numa mulher. Disse que tinha uma moça, e o curador não sei o que fez lá pra moça. E ajuntou o povo depois deu quatorze tiro no curadô. A mulher que foi lá vê ele, eu não fui, nem o véio e nem ninguém. Falo que o curadô ficô traçado de bala.

3. 5. Viver na terra, conquistas e sonhos...

A terra proporcionou aos colonos uma nova organização no modo de vida na CAND. Com a garantia da terra, a roça ganhou a extensão do lote e proporcionou a subsistência e a venda do excedente em pequena escala. Os colonos entrevistados afirmaram que a vida ficou melhor, em comparação com a chegada na Colônia, mesmo considerando as dificuldades já relatadas. A memória dos “bons tempos” ainda está presente no depoimento dos entrevistados. Manoel Rocha, morador da 2ª zona, conta:

Na hora que já tinha tudo colocado, que a gente sabia que o lote era da gente mesmo, que tinha onde trabalhasse. Tinha nem o que

fazê dia de domingo. Ia numa missa, ia no córgo tomá banho, no rio. Tinha um córgo muito bom. Tinha aquela alegria de fazê... Era todo mundo ali. Trabalhava a semana todinha, mas no domingo sempre não tinha o que fazê. Tomá um banho no rio, ia na igreja, ia numa missa e numa festa...

A riqueza dos recursos naturais da Colônia era também um atrativo à parte. Os córregos eram piscosos, límpidos; a mata que ainda existia fornecia caça aos colonos. A semana de trabalho era compensada pelos finais de semana. Apesar da grande maioria ser católica, a distância dos lotes às igrejas não permitia de modo mais intenso a prática religiosa. Por isso era solicitado que os padres fossem até o povo: “Tinha o padre Daniel, mais morreu, ele ia rezá missa a cavalo aqui na 4ª e 5ª linha em Culturama. Ele ia rezá missa lá. Naquela época tinha mais católico que hoje”, informa Manoel Rocha.

Os moradores da 1ª zona, como Maria Braga, iam à Igreja de São Pedro, na vila do mesmo nome: “Lá na Igreja São Pedro não dava pra ir todo domingo, era muito longe. A gente ia, às vezes eu tava grávida. Eu ia batizá os filhos. Quase todos os filho é batizado na Igreja São Pedro, os meninos mais novo”. Já Adalberto Vieira e sua família não participavam com frequência das missas pelo mesmo motivo: a distância. Segundo ele, “a cada 15 dias ia na missa, ia a pé, ia na Vila Rica que ficava cinco, seis quilômetros. Já Vicentina fica dez quilômetros, mas ia”.

A prática religiosa não era somente dominical ou durante os dias considerados santos. A frase mencionada por José Anízio sintetiza a religiosidade dos colonos: “Lá a turma rezava até pra chuvê!”. O que significa que “as rezas” faziam parte do modo de viver dos colonos. José explica ainda que: “Quando tava pra chuvê a turma rezava nas casas, nos sítios. Um dia na casa de um. Um dia na casa de outro, na casa de outro, até chuvê ou espantá a chuva rezava”.

A reza era praticada por meio dos terços e novenas. Maria Braga, católica, também participava de reuniões de orações nas casas dos vizi-

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

nhos, mesmo contrariando o seu marido. Não deixava de participar e levava sempre seus filhos:

Rezava terço, a gente ia no Seu Antonio [vizinho] rezá terço. A gente fazia novena, sabe? Nas casas. As vezes a gente ia até nos terços de noite, tinha dia que ele [marido] deixava a gente ir, tinha dia que ele não deixava a gente ir. Ele falava: “É, vocês tem uma rezação pra casa dos outros!”.

Até mesmo a questão religiosa pertinente aos interesses dos colonos passava pelo controle da administração da CAND. Um indício foi uma solicitação do Pastor Benedito Francisco, que também era colono, para a instalação de um templo da Congregação Batista na área da Colônia. O administrador Tácito Pace demonstra flagrante desrespeito à Constituição Federal, através do seu apoio oficial ao catolicismo: “Desde que cheguei tenho lançado mão de todos os meios para incrementar a prática da religião católica [...]”¹⁰¹. Referente à solicitação do colono, afirmou que:

Há na Colônia as seguintes seitas protestantes: adventistas, batista e presbiteriana, de sorte que cada qual desejará possuir seu templo próprio e a concessão de uma parte da área reservada da Colônia, especificamente para a construção de um templo, abrirá o precedente e estariamos estimulando a prática de várias seitas, simultaneamente com a assistência oficial ao catolicismo¹⁰².

Na difícil solução para o impasse, Lloyd Ubatuba remeteu ao DTC o processo da Congregação Batista. Justificando, escreveu “Esta entidade não conseguiu, até o momento, provar sua personalidade jurídica, motivo pelo qual julguei mais conveniente devolver o processo [...]”¹⁰³. As fontes orais indicam que havia uma diversidade religiosa, porém nenhum conflito

101 Ofício de 20/03/1951. APE - MS.

102 Ofício de 20/03/1951. APE - MS.

103 Ofício de 02/10/195. APE - MS.

nesse segmento foi mencionado pelos ex-colonos entrevistados. O impasse sobre a igreja protestante talvez possa ser considerado um “conflito administrativo” devido aos interesses do administrador.

Segundo José Anízio, a Colônia comportava pessoas de várias religiões: “Tinha tudo! Tinha Batista, Adventista e tinha a Católica”. Maria Braga, católica praticante, conta que na Cooperativa havia igrejas protestantes e também espíritas, e afirma que diversas religiões eram praticadas pelos colonos. “Tinha, na Cooperativa mesmo, tinha igreja de crente. Tinha a nossa igreja, e tinha a deles. Esses espíritas diziam que eles eram espíritas, eles não gostavam de santos, não gostava de padre. A gente ia na missa e eles falava ‘é, vai lamber a batina do padre?’”.

Os colonos também davam muita credibilidade aos benzedores, que faziam orações para as pessoas, ensinavam remédios caseiros e também simpatias. Na Colônia existiam vários benzedores e benzedeiras, ou mesmo curadores. Cada benzedor tinha orações específicas, alguns benziavam “mordida de cobra” tanto em pessoas como em animais. Havia benzedeiras que atendiam crianças com “quebrante”, uma espécie de mau olhado que deixava a criança doente. Martim de Carvalho relata que “[...] tinha as benzedeiras de quebrante, de olhado que a mulher levava a criança pra benzê. Seu Manoel Baiano era um deles; dona Francisca era outra benzedeira; e tinha Dona Maria Biló que era a parteira das mulheres... Todas as mulheres até minha filha foi pegada por ela, né... Então vivia assim”.

Conta Manoel Rocha que os colonos também tinham muita fé nessa prática religiosa. Segundo ele, a necessidade de benzedeiras e curadores era grande porque não havia médico:

Tinha muito, tinha muito curadô. Ah, fulano sabe benzê! O povo tinha aquela fé, tinha que se pegá, se pegá naquele povo ali. Às vezes dava certo, aquela dor de cabeça, aquela tontura, aquele negócio que o povo tava passando mal.

Um tal de Alfredinho. Ele benzia a pessoa, ensinava como fazia o remédio, dava o remédio, ensinava pra quê era bom o chá. Melhorava [...].

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

O pai de Martim de Carvalho era “curador de cobra”. Segundo ele:

Meu pai era curadô de cobra, salvô muitas vidas. Se ninguém tem fé, mais eu vi ele salvá muitas vidas. Era animal, era gente, o pessoal chegava lá: ‘Seu João, eu fui mordido por cascavel...’. Seu véio Manoel Baiano tirava todo o sangue de toda pele assim, tomô a cura sarô na hora, 30 minutos acabô toda a dor, acabô todo o problema.

A cultura de benzer sempre esteve presente no meio rural brasileiro; no caso da CAND, porém, cabe salientar que aos colonos somente restava “as benzedadeiras e curadores”. A administração dava aos colonos um atendimento médico insuficiente, que representava mais uma dificuldade vivida por eles. Manoel relata a falta de médicos:

A dificuldade pió foi essa que não tinha recurso nenhum, não. A farmácia que tinha era um farmacêutico a cavalo que vendia comprimido, vendia um para um, pro otro... Dizê: vai lá compra um remédio na farmácia que tem, não existia isso aí? Era chá de erva cidreira, chá de capim santo, era tudo caseiro.

Sebastião Ducatti, farmacêutico em Vila Brasil, conta que a Colônia não disponibilizava médicos:

Aqui nesta época aqui em Fátima não tinha. Aqui era tudo pobre, inclusive eu. Quando machucava um aí com derrubada [de árvores] uma coisa e outra, pegava um caminhão véio e ia pra Dourados na década de 60, 58 aí já tinha médico aqui. E pela Colônia mesmo aqui não tinha não. Tinha na Cooperativa, na Serraria.

A ex-colona Maria Braga também afirma que “médico era tudo pago!”. Quando chegou não tinha médico na Colônia; somente depois de alguns anos começou a ter médico na Cooperativa ou na Serraria:

Tinha um lugá na Cooperativa, que atendia, e tinha um outro lá em Indápolis que atendia. Mas no começo era tudo no Dourado, depois que garrô a vim. Eles dava umas água choca, uns compri-

midos. Água choca que a gente fala, é aqueles remédios temperado, aquelas coisa. Tinha uns comprimido assim... Umas pilulona grandona, que tinha que molhá senão não passava na garganta.

Não era só a falta de médicos. A infraestrutura da Colônia, com a carência de meios de transporte e estradas, também não ajudava no socorro aos doentes:

Olha, nunca deixou de morrê, sempre morria. Eu lembro até como se fosse hoje. O menino com crupe, eu fiz umas injeçãozinha aqui e foi prá Dourados, saiu daqui 9 horas da manhã e quando chegou em Dourados 10 horas da noite, já chegou morto. Tinha vez que pra ir até Dourados você gastava um dia, eram ruim de estrada.

As fontes documentais também mencionam a falta de medicamentos. Duas solicitações de remédios foram coletadas na pesquisa, ambas de autoria do médico da Colônia, Camilo Ermelindo da Silva, ao Diretor do Serviço Nacional de Malária. Fica evidente que a demora na remessa de medicamentos para atender os colonos era recorrente “[...] há vinte dias mais ou menos enviamos relação de Araleme fornecido à população desta CAND e pedimos a vossa colaboração, em maior escala, tanto para a parte curativa como profilática do surto de malária que avassala esta região...”¹⁰⁴. Outras doenças acometiam os colonos: “Tendo surgido um surto de bastante intensidade de paludismo dentro desta Colônia, vimos, com este a vossa presença solicitar uma colaboração mais efetiva do serviço sob a vossa chefia”¹⁰⁵.

A história dos colonos não pode somente ser registrada quanto a números, datas ou fatos. As fontes orais contribuíram de forma significativa para compreender o que representou subjetivamente para os colonos ter vivido na CAND. A terra sem dúvida nenhuma é algo que os motivou,

104 Ofício 30, de 23/02/1950. Caixa 19. APE - MS.

105 Ofício 15, de 24/01/1950. Caixa 19. APE - MS.

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

mas, ao mesmo tempo, foi causa de sofrimento. Maria Braga conta que seu marido se arrependeu quando chegou na Colônia, mas, como voltar para trás? A solução foi ficar. O mesmo é relatado por Martim de Carvalho, quando lembra que, para seu pai, a única saída ao chegar na Colônia era ficar:

E hoje eu fico imaginando meu pai... Não tinha outro jeito pra voltar pra trás. Ele não tinha dinheiro... E tinha uma família de 8 filhos! Ele teve dinheiro pra vim, chegô aqui o dinheiro acabô e ele ficô sem saída. Então ele não tinha saída, a saída era pegá a terra ou não pegá. Não tinha jeito, era pegá a terra e ficá.

E ali o que Deus desse, você tinha que se virá pra sobrevivê, então...

Eu não acabei de contar que nós corria atrás de pau velho pra comê lagarta. Uma criança comê lagarta? Comê tanajura? Gabiroba?

Os pés... Era um frio tão miserável! A gente descalço correndo atrás de comida dentro das matas. E eu sabia lá porquê esse sofrimento, eu entendia lá com 7 anos?

Eu ia entendê esse sofrimento, eu pra mim era uma coisa natural, é, mais meu pai deveria sabê na pele: “puxa, o que eu vim fazê aqui, agora não posso voltá.

Percebo nas falas dos entrevistados que nem todas as expectativas e sonhos foram concretizados. Quando perguntei a Maria Braga se ela tinha conseguido realizar o seu sonho na Colônia, respondeu:

Não, nem eu, e nem ele [marido]. A gente tinha vontade de ficá dentro da Colônia mais foi ilusão, sabe? Nós tinha vontade de comprá bastante terra, fazenda, aumentá. Porque dentro da Colônia seria bom a gente aumentá, mais no começo não tinha jeito. Agora pode comprá até 5 lotes, mas aquele tempo não.

Nem todos os colonos têm essa percepção da experiência da vida na Colônia. Para Manoel Rocha, o fato de seu pai ter a terra foi o motivo que valeu a pena a opção por terem vindo e permanecido na Colônia:

Era gostoso fazê aquilo naquela época. Hoje não, mas naquela época era... Tinha todos meus irmãos. Tinha tudo! Tinha fartura. Tinha a vaquinha pra tirá o leite. Tinha o porco no mangueiro, tinha galinha pra tratá. A terra dava tudo, era a galinhada... Era gostoso levantá cedo e cuidá daquilo ali. Ainda mais o meu pai que era baiano que veio da Bahia e vê tudo aquilo ali.

3.6. Levantamento Estatístico

Realizado pela Administração, em 1954, esse levantamento consistia numa espécie de censo sobre os colonos. Foi feito com base em um formulário impresso, preenchido a lápis pelos funcionários, que, pelas observações feitas, devem ter colhido as informações no próprio lote do colono.

A ficha é constituída por mais de 40 (quarenta) campos: estado civil; se o colono já tinha recebido e feito o requerimento do lote; dados sobre a produção agrícola; se o colono tinha empregados; local; religião; estado em que nasceu; de que material era construída a casa. Sobre a família do colono residente no lote, vários eram os dados requisitados: nome da esposa e dos filhos, sexo, cor, idade, e se sabia ler (ver anexo).

Nem todos os dados foram por mim analisados, pois selecionei aqueles que considero mais relevantes para este trabalho. Ao todo foi pesquisado 30% das fichas do Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul. É importante destacar que as referidas fichas estão organizadas de forma precária, separadas pelas quadras às quais pertenciam os lotes e envoltas por barbantes e papéis. Grande parte das fichas está em estágio avançado de decomposição, o que também impossibilitou a pesquisa.

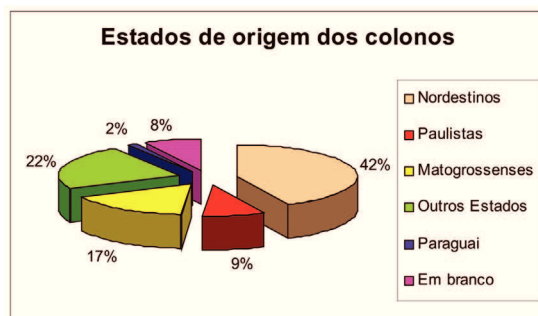
Todas as 700 fichas estão postas em uma mesma caixa, a de número 17. Cada ficha se refere a um colono titular do lote e contém o número do lote e da sua respectiva quadra. Vários campos estão em branco, não foram preenchidos pelos funcionários da CAND e por isso foram inseridos na elaboração dos gráficos. Algumas fichas também se encontram totalmente em branco. Mesmo diante dos entraves para a tabulação das

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

informações, esse material contribui com dados quantitativos consistentes sobre os colonos.

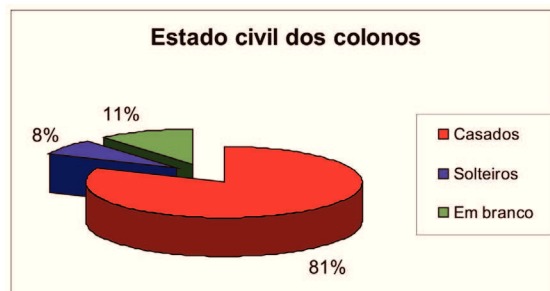
O Gráfico 1 trata do Estado de origem dos colonos; 42% eram nordestinos e 17% eram mato-grossenses. Essa informação é importante para desmistificar a informação de que somente o nordestino foi o responsável pelo povoamento da CAND.

Gráfico 1



O Gráfico 2 refere-se ao estado civil dos colonos; 81% dos colonos eram casados e a menor parte era de solteiros. Como foi mencionado anteriormente pelos ex-colonos, havia a necessidade de casar para garantir o lote, o que também se constata na computação de dados sobre estado civil.

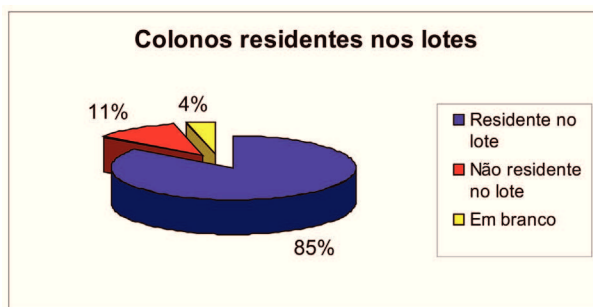
Gráfico 2



O Gráfico 3 esclarece que grande parte (85%) residia no lote, porém, nem todos os colonos foram encontrados residindo nos lotes. Trata-

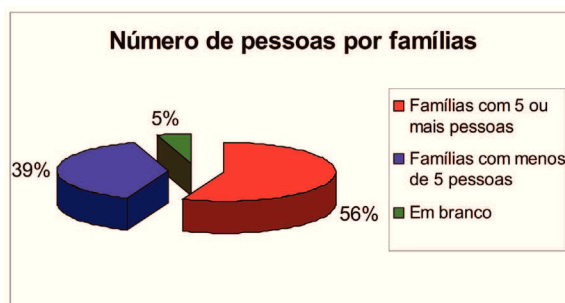
-se de um dado significativo, que pode ser interpretado como comprovação de que terras foram usadas para especulação, ou seja, para serem vendidas a terceiros. Algumas fichas mostram lotes arrendados para outros colonos. Um exemplo é o lote do colono João Fernandes da Silva, morador do Lote 8 da Quadra 16, segundo as observações: “Colheita feita por arrendatários, não mora no lote”.

Gráfico 3



O Gráfico 4 indica que as famílias eram numerosas; 56% eram compostas de cinco pessoas ou mais, incluindo o colono, sua esposa e filhos.

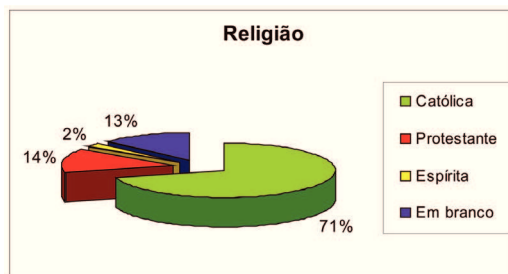
Gráfico 4



A religião era algo importante para a administração, tanto que esse item foi inserido no levantamento. Como as fontes já demonstraram, a grande maioria dos colonos era católica, mas outras religiões também foram registradas, como mostra o Gráfico 5.

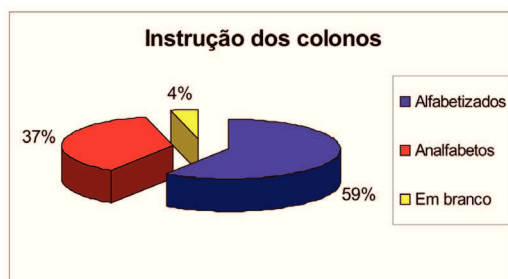
Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

Gráfico 5



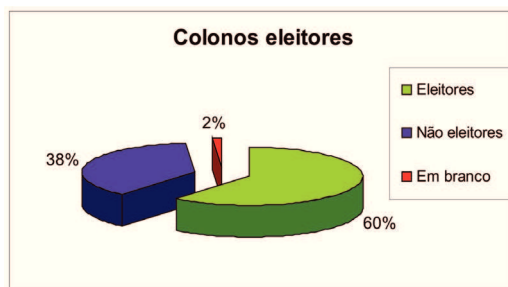
O gráfico 6 pode ser interpretado como contraditório quanto ao número de colonos tidos como alfabetizados, pois as fontes orais e escritas indicam que a maioria era constituída de analfabetos. Talvez os 59% poderiam ser aqueles que sabiam pelo menos escrever o nome.

Gráfico 6



O número de colonos eleitores foi registrado nas fichas no campo “observação”. Tratava-se de uma informação importante, sobretudo porque os colonos eram alvo de interesses por parte dos candidatos.

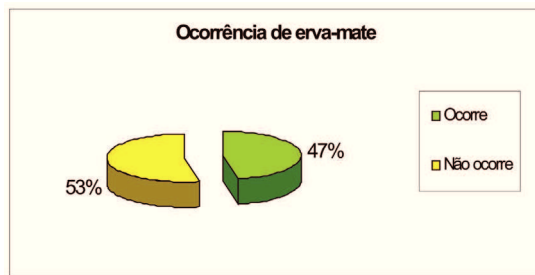
Gráfico 7



A produção agrícola era baseada nas culturas de arroz, feijão, milho, mandioca, amendoim e outros. No Levantamento Estatístico um elemento importante é o fato de grande porcentagem dos lotes terem pés de erva-mate. Grande parte da Colônia era área nativa de erva-mate. O *Douradense* publicou uma matéria, em 29 de janeiro de 1949, sobre a visita de uma Comissão na CAND, na vigência do administrador Jorge Aguirre. Segundo o jornal, foram percorridos três quilômetros dentro da CAND, e a Comissão registrou: “Vimos, então, pelos caminhos percorridos, plantações de trigo, cevada, café pelo regime de sombreamento natural, algodão, mate e todas as demais espécies de cereais. Desnecessário será dizer que a herva mate é nativa na região, florescendo, como nunca, em todos os terrenos da Colônia”¹⁰⁶.

Como grande parte dos colonos era de outras regiões do país, desconheciam a erva-mate e, por isso, essa cultura nativa foi arrancada na derrubada da mata para a limpeza do lote. Maria Braga informa que no seu lote tinha erva-mate e na derrubada seu marido deixou alguns pés: “Teve um tempo que ele [marido] deixou as árvores e vendeu pro povo fazê. Os povo vinha com a carroça e cortava, e levava”. Antonio Lima também disse que no seu lote havia vários pés, mas que a erva-mate era cortada e vendida para “uns paraguaiois”; ele mesmo não colhia a planta.

Gráfico 8



Também José Anízio confirma “Aqui mesmo quando a gente mudou tinha dois pés de erva-mate depois arranquemo tudo”. Figueiredo

106 Museu Histórico de Dourados.

esclarece sobre a transposição da frente pioneira sobre o mundo ervateiro. Segundo o autor:

O que se percebe diante deste avanço para oeste é que o mate retrai-se sempre para o oeste e muitos desbravadores eliminam reservas naturais da planta, principalmente na área de Dourados e em meio ao reverso dos planaltos. [...]. Em suma, o mate, ao contrário da pecuária, não se integrou à frente pioneira [...] (1967, p. 244).

Maria Braga também menciona os mesmos “paraguaios” para os quais era vendida a erva do seu lote “Ah, eu não sei o nome, eram uns paraguaio. O véio foi lá, ofereceu, e eles veio de carroça. Porque o véio ia derrubá mesmo a árvore pra fazê derrubada, ia queimá... E por isso ele vendeu bem baratinho pra eles, coitados”. O motivo que levou seu marido a vender a erva-mate era o fato de a planta ser desconhecida para eles, e de não terem o hábito de usá-la: “A gente não usava. Depois o véio aprendeu tomá mate, eu não tomo não”.

CONCLUSÃO

No processo de transição do latifúndio para a pequena propriedade, da intervenção estatal numa região antes sem investimentos significativos, verificou-se uma série de fatores: a intensa migração de pessoas das mais diversas regiões do país para uma região com baixa densidade demográfica; o “desbravamento” voraz da mata nativa em nome do progresso; a expulsão dos povos indígenas que, de donos, passaram a ser considerados intrusos; e a concessão das terras que não tinham ainda conhecido a enxada a homens que buscavam ter o seu primeiro quinhão. Muitas contradições e conflitos foram vivenciados em meio à sensação de esperança e expectativa do progresso transpassadas por uma causa em comum: a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, sua criação e instalação em um território de fronteira. Nos estudos realizados sobre a CAND, pouco se faz referência às contradições desse empreendimento na concepção da fronteira. A Colônia estava situada no espaço em construção, de transição,

que se configura em uma “situação de conflito ou de fricção, que se oculta e se revela [...]” (MARTINS, 1997, p. 29).

O Estado concebeu e projetou a Colônia mirando o *status* de desenvolvimento e prosperidade. Entretanto, segundo as fontes, mostraram-se insuficientes as ações destinadas às necessidades básicas dos colonos: construção de casas; auxílio médico; distribuição de sementes e outras. Porém, na percepção dos ex-colonos entrevistados, há uma contradição: para eles, nenhum tipo de ajuda foi dada. O auxílio fornecido pela administração foi ínfimo perto das necessidades que se apresentavam no cotidiano do colono, por isso tem-se a sensação de que nada foi feito para ajudá-los.

O objetivo da CAND era promover a pequena propriedade em detrimento do latifúndio, e isso foi alcançado apesar de todos os meandros percorridos pelos colonos e da atuação da Administração, que nem sempre concorria para o provimento da população. Em síntese, a grande massa de colonos foi assentada em pequenas propriedades. No entanto a ordem interna da CAND estava mais próxima do caos: a administração era permeada de entraves burocráticos e carecia de políticas públicas voltadas para o colono. Isso se verifica na demora no processo de implantação da Colônia; na morosidade em assentar os colonos que, com ou sem o aval da Administração, foram entrando na área; nos problemas de infraestrutura – falta de estradas, casas, poços, sementes e armazéns. Além desses entraves, as terras demarcadas no entorno da Colônia foram alvo de especulação intensa com o respaldo do governo estadual, e a demora no repasse de verbas federais prejudicou a execução das obras de melhoria em prol dos colonos.

Outra constatação é o desencontro de expectativas entre a CAND e os colonos, que trouxeram para a Colônia o anseio de prosperidade e vida boa. Todos os colonos tinham esperança de uma vida melhor do que aquela que levavam em outras regiões do país, mas nem todas as suas expectativas foram concretizadas. Ao chegarem, depararam-se com uma situação bem distinta daquela sonhada. Percebiam que a terra, em si, não era a única solução para um agricultor, pois não só dela depende a produção. Elementos de infraestrutura importantes para a produção agrícola

na Colônia foram negligenciados e, de certa forma, os colonos ficaram solitários no cultivo da terra. Um descaso estatal assim se pode definir o contexto no qual viviam.

Outro fato importante é a diversidade cultural. Havia colonos de nacionalidades diferentes e, no caso de brasileiros, oriundos de regiões diversas. A diversidade fica evidente no que se refere à religião, às orientações políticas, ao modo de vida e aos costumes, que permaneceram apesar das dificuldades materiais.

A presença estatal não foi consistente o bastante e os colonos, sozinhos ou em grupos, se reuniram para reelaborar uma forma de viver que às vezes contradizia as ordens pré-estabelecidas da Colônia. Isso pode ser percebido pelos casos da venda de benfeitorias de lotes, venda de datas, moradia irregular dentro da área da CAND, atos ilícitos praticados pelos colonos que estavam inseridos no contexto de desordem e desmandos da Administração. Assim, a ação interna dos colonos se revestiu de certa legalidade porque não houve uma repressão legal eficaz por parte da Administração. Assim, nos conflitos entre os colonos imperava a lei do mais forte, como algumas fontes demonstraram, sobretudo quanto à questão de ocupação dos lotes. Isso mostra que a Administração foi incapaz de lidar com os conflitos, ou talvez não se importasse com a atitude dos colonos, pois seria impossível fiscalizar e normalizar as irregularidades cometidas.

Percebemos que o colono não foi simplesmente um migrante que percorreu o país e, tendo chegado à Colônia, tornou-se lavrador diante das terras que lhe foram concedidas, como a historiografia informa. Ao contrário, o colono, sozinho ou organizado, atuou internamente na CAND, muitas vezes contra a Administração e seus desmandos sem critério. Ou em benefício próprio, como mostram os exemplos da venda de benfeitorias, de lotes e de datas sem a permissão da Administração. Nesse cenário os colonos também articularam mecanismos de sobrevivência para fazer denúncias às instâncias superiores, como é o caso das cartas que foram citadas no corpo deste trabalho, nas quais colonos reclamaram e denunciaram a situação de vida na Colônia, relatando as injustiças e o descaso ali vivenciados.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Silvana de. *Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense: contexto, propósitos e contradições*. 2001. 328 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH/USP, São Paulo.
- ARAKAKI, Suzana. *Dourados: memórias e representações de 1964*. 2003. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.
- BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CAMPESTRINI, Hildebrando, GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991.
- CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*. 3. ed. São Paulo: Brasil Oeste, 1969.
- CARMELLO, Armando da Silva. *Dourados, terra prometida: esboço histórico de Dourados, MT*. Campo Grande: Alvorada, [s.d.]. 75 p.
- CAPILÉ, Cláudia Coutinho. *História de Fátima do Sul*. [S.l.]: Gráfica Caiuás, 1999.
- CAPILÉ JÚNIOR, João Augusto; CAPILÉ, Júlio; SOUZA, Maria de Lourdes da Cruz e. *História, fatos e coisas douradenses*. Dourados: [s.n.], 1995.
- CARLI, Maria Aparecida. *A Colônia Agrícola Municipal de Dourados colonização e povoamento: 1946-1956*. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COSTA, Damárci Olivi da. *Colonização, especulação fundiária e terra de índio: a Colônia Agrícola Nacional de Dourados e a Aldeia Panambi*. Dourados, 1998. 45p. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Centro Universitário de Dourados, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1998.

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12 ed. São Paulo: Editora USP, 2004.

FERES, João Bosco. *Propriedade da terra: opressão e miséria – o meio rural na história social do Brasil*. Amesterdam: Centrum voor studie en documentatie na latjins Amerika. III. CEDLA Latin América Studies; 56, p.1990.

FIGUEIREDO, Alvanir de. *A presença geoeconômica da atividade ervateira: com destaque da zona ervateira do Estado de Mato Grosso, tomada como referência*. Presidente Prudente, 1967. 436 p. Tese (Doutoramento em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1967.

FLOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil*. Tradução de Maria Júlia Goldwassar. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. *Revista Brasileira de História: espaço plural*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 14, nº. 28, p. 180-193, 1994.

GARRIDO, Joan del Alcazar. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. *Revista Brasileira de História: memória, história, historiografia*. São Paulo, v. 13, nº. 25/26. p. 33-54. set. 92/ago. 1993.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143 -179.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A luta pela terra nos sertões de Mato Grosso. *Estudos Sociedade e Agricultura*, p. 148-168, abr. 1999.

IANINI, Otávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

INAGAKI, Edna Mistsue. *Dourados: caminhos e cotidiano dos nikkeis em Dourados (décadas de 1940, 1950 e 1960)*. 2002. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

LAMOSO, Lisandra Pereira. *A ocupação da Amazônia mato-grossense: o caso de Jauru/MT*. 1994. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão. 4. ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1986a.

_____. A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v.6. n. 12, p. 47-64, mar./ago.1986b.

LIMA, Alexandrino Ferreira de. *Glória de Dourados: datas e fatos*. [Glória de Dourados]: [s.n.], [1982].

LIMA, Archimedes. *Problemas matogrossenses*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1941.

MARTINS, Demosthenes. *História de Mato Grosso: os fatos, os governos, a economia*. São Paulo: V. Bicego, [s.d.].

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. Editora Hucitec: São Paulo, 1997.

MATTOSO, José. *A escrita da história: teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. 255 f. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Assis.

_____. A colonização do Estado Novo em Mato Grosso, 1937-1945: o discurso e a história. *Fronteiras: revista de História*. Campo Grande: Ed. UFMS, v.1 n. 2. (jul - dez), 1997, p. 13-25.

_____. O Estado Novo e a nacionalização das fronteiras: a ocupação estratégica do sul de Mato Grosso. In: *Fronteiras: revista de História*. Campo Grande: Ed. UFMS, v.6, n. 12, 2002, p. 9-22.

PONCIANO, Nilton Paulo. Um rio no meio do caminho: aspectos históricos de Fátima do Sul. *Fronteiras: revista de História*. Campo Grande: Ed. UFMS, v. 6, nº. 12, 2002, p. 131-153.

_____. *Fronteira, religião, cidade: o papel da igreja católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul, MS. (1946-1965)*. 248 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, 2006.

POMPEU, Ercília de Oliveira. *Monografia do município de Dourados*. Dourados: [s.n.], 1965. 36 p.

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e o Estado Nacional brasileiro. *História, Região e Identidades*. Ed. UFMS: Campo Grande, 2003.

_____. *Vias de comunicação e articulações econômicas do antigo sul de Mato Grosso* (século XIX e XX): notas para discussão. Dourados, 2004. 37 p. Digitado.

_____. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Bauru, SP: EDUSC; Campo Grande, /MS: Ed. UFMS, 2004.

SANTOS, Marina de Souza. *Memórias, trajetórias e viveres: a experiência de ser nordestino (a) em Dourados, MS (1940-2002)*. 2003. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFU, Uberlândia.

SANTOS, Vivência Deusdete Gomes dos. *A contribuição da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND no processo de ocupação e desenvolvimento do Mato Grosso do Sul Meridional*. 2000. 80 f. Monografia (Especialização em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

TEIXEIRA, Márcio Antonio. *As mudanças agrícolas no Mato Grosso do Sul: o exemplo da Grande Dourados*. São Paulo, 1989. 134p. Tese (Doutoramento em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989.

TOLENTINO, Terezinha Lima. *Ocupação do sul de Mato Grosso antes e depois da Guerra da Tríplice Aliança*. [Campo Grande], [Brasília]: Centro Gráfico do Senado Federal, 1986.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Tradução de Wal-tensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre (1957-1970)*. 1986. 82 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis.

PESSOAS ENTREVISTADAS

Adalberto Vieira (nascido em 13/04/1950, residente em Campo Grande).

Antônio Lima (nascido em 05/02/1917, residente em Campo Grande)

Suzana Gonçalves Batista Naglis

Clara Alexandrina (nascida em 25/05/1925, residente em Fátima do Sul).

Eduardo Marchi (nascido em 19/11/1933, residente em Fátima do Sul).

José Anísio Vieira (nascido em 29/05/1946, residente em Fátima do Sul).

Maria Braga (nascida em 22/10/1931, residente em Campo Grande).

Maria Nilda Alves (nascida em 16/10/1926, residente em Fátima do Sul).

Martim de Carvalho, “poeta Martinzinho” (nascido em 21/03/1946, residente em Fátima do Sul).

Manoel Rocha (nascido em 28/10/1943, residente em Fátima do Sul).

Sebastião Ducatti (nascido em 22/11/1935, residente em Fátima do Sul).

Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto

ANEXO

SERVIÇO DE COLONIZAÇÃO
LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO

Nome Hiratan, Jairo Número da quadra? 2
 Nacionalidade brasileira Quantas pessoas? 5
 É casado no civil? sim Estado que nasceu? Paraná
 Número do lote 5 Religião? Católica
 Tem agregados? sim Distância a escola?
 Tem veículos? " o hospital?
 Já requereu? " a Igreja?
 Aonde mora? na casa no lote Quantos alqueires derrubados?
 De que material é construído sua casa?
 Em que data começou a cultivar o lote?

FAMÍLIA DO COLONO RESIDENTE NO LOTE

NOME	SEXO	CÓR	IDADE	SABE LER
Concessionário <u>Jairo Hiratan</u>	<u>M</u>	<u>B</u>	<u>44</u>	<u>na</u>
Esposa <u>Maria Jairo de S. Hiratan</u>	<u>F</u>	<u>B</u>	<u>43</u>	<u>na</u>
Filhos <u>Jairo Hiratan de S. Hiratan</u>	<u>M</u>	<u>B</u>	<u>15</u>	<u>na</u>
<u>Alfa Hiratan de S. Hiratan</u>	<u>M</u>	<u>B</u>	<u>12</u>	<u>na</u>
<u>Isa Hiratan de S. Hiratan</u>	<u>F</u>	<u>B</u>	<u>10</u>	<u>na</u>

CEREAIS E OUTROS PRODUTOS

Milho 1 saca Erva mate 3 sacas Mandioca 1/4
 Feijão 5 sacas Algodão
 Arroz 3 sacas Trigo Soja
 Fa. Mandioca 15 sacas Alfafa Hortelã
 Cana Batatinha Alho 20 quilo
 Café Cebola Amendoim

ANIMAIS E AVES

Cavalos Cabras 2
 Burros Galinhas 10
 Rezes
 Porcos 4

Água corrente ou poço? poço
 OBSERVAÇÕES:
.....
.....

VISTO